

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE

LÍGIA MARIA DE AQUINO

**EFETIVIDADES E ENTRAVES DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MATÃO/SP: Um Olhar sobre a  
Segurança Alimentar dos Beneficiários**

SÃO CARLOS - SP

2024

LÍGIA MARIA DE AQUINO

**EFETIVIDADES E ENTRAVES DO PROGRAMA BOLSA  
FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MATÃO/SP: Um Olhar sobre a  
Segurança Alimentar dos Beneficiários**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Administração e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

São Carlos – SP

2024



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade

---

## Folha de Aprovação

---

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Lígia Maria de Aquino, realizada em 03/07/2024.

### Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida (UFSCar)

Prof. Dr. Leandro de Lima Santos (UFSCar)

Prof. Dr. Alecio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço a todos que tornaram possível a realização deste trabalho, direta ou indiretamente.*

*Ao meu marido Matheus, pelo apoio e incentivo durante todos os momentos há tantos anos.*

*Aos meus pais, José e Cleide, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem nas minhas decisões.*

*À amiga Ana Carolina, pela companhia no trabalho e no Mestrado, tornando as viagens à UFSCar mais divertidas.*

*Aos colegas de classe Nadine, Ana Carolina, Adilson e Ricardo, pelos momentos de descontração e trocas de conhecimento no grupo de WhatsApp, tornando o percurso mais leve.*

*Ao Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, pela orientação e confiança depositada no desenvolvimento do projeto.*

*Aos Professores Alecio Rodrigues de Oliveira e Leandro de Lima Santos pelas contribuições que ajudaram a aprimorar o trabalho.*

*"Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso e pessoas fracassadas. O que existem são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles."*

*Augusto Cury*

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre as principais efetividades e entraves institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como enfoque analítico elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla. Para isso, foram realizadas entrevistas com 100 famílias beneficiárias (titulares) por meio da aplicação de formulários semiestruturados, e coletadas informações junto ao gestor responsável pelo programa local. O tamanho da amostra foi definido por meio do método de amostragem probabilística estratificada proporcional ao número de famílias atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizada uma combinação de análise quantitativa e qualitativa de dados provenientes das pesquisas de campo realizadas. As técnicas quantitativas foram baseadas em metodologias validadas, como a Rede Alimenta da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que inclui o método da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), utilizando um formulário aplicado às famílias beneficiárias do programa em etapa antecedente às técnicas qualitativas. Estas foram adotadas por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor local do programa do município de Matão. Através da coleta e análise dos dados, foram obtidos resultados tanto qualitativos quanto quantitativos sobre o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos beneficiários, bem como suas percepções e percepção do gestor em relação ao programa e às entidades responsáveis, que proporcionaram algumas recomendações para essas políticas públicas. Os resultados indicam que, apesar de a maior parte dos recursos familiares ser destinado à alimentação, a insegurança alimentar prevalece em 96% das famílias. Isso evidencia a importância do programa em melhorar imediatamente as condições adversas de vida das famílias, porém, por si só, não garante a segurança alimentar delas. Portanto, é crucial integrar o programa com outras políticas públicas relacionadas à educação, saúde, segurança alimentar, capacitação, geração de trabalho e renda. Além disso, a criação de um setor ou departamento responsável pela segurança alimentar no município é essencial.

**Palavras-chave:** Avaliação de políticas públicas. Programa Bolsa Família. Efetividades. Entraves. Segurança alimentar e nutricional.

## ABSTRACT

This study aims to discuss the main effectivenesses and institutional and organizational barriers of the Bolsa Família Program in the municipality of Matão/SP, focusing on elements of food security treated comprehensively. For this purpose, interviews were conducted with 100 beneficiary families (holders) through the application of semi-structured forms, and information was collected from the manager responsible for the local program. The sample size was defined using the method of stratified proportional probability sampling to the number of families served by the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in the municipality. For the development of the work, a combination of quantitative and qualitative analysis of data from field research was used. Quantitative techniques were based on validated methodologies, such as the Food Network of the State University of Campinas (UNICAMP), which includes the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA) method, using a form applied to beneficiary families of the program in a stage preceding the qualitative techniques. These were adopted through semi-structured interviews with the local manager of the municipality's program in Matão. Through the collection and analysis of data, both qualitative and quantitative results were obtained on the socioeconomic and sociodemographic profile of the beneficiaries, as well as their perceptions and the manager's perception regarding the program and the responsible entities, which provided some recommendations for these public policies. The results indicate that, although the majority of family resources are allocated to food, food insecurity prevails in 96% of families. This highlights the importance of the program in immediately improving the adverse living conditions of families, however, by itself, it does not guarantee their food security. Therefore, it is crucial to integrate the program with other public policies related to education, health, food security, training, job creation, and income generation. Additionally, the establishment of a department or sector responsible for food security in the municipality is essential.

**Keywords:** Evaluation of public policies. Bolsa Familia Program. Effectiveness. Obstacles. Food and Nutrition Security.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Região Administrativa Central de São Paulo (RA12), sendo Matão circulado em vermelho.....	51
--	----



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com as entidades responsáveis pelo programa.....	78
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a área de localização dos domicílios.....	78
<b>Gráfico 3:</b> Situação domiciliar das famílias beneficiárias.....	79
<b>Gráfico 4:</b> Existência de banheiros no domicílio.....	79
<b>Gráfico 5:</b> Proveniência da água utilizada no domicílio.....	80
<b>Gráfico 6:</b> Tipo de esgoto sanitário no domicílio.....	80
<b>Gráfico 7:</b> Tratamento dado ao lixo no domicílio.....	80
<b>Gráfico 8:</b> Fornecimento de energia elétrica no domicílio.....	81
<b>Gráfico 9:</b> Métodos de cozimento mais utilizados.....	81
<b>Gráfico 10:</b> Sexo do titular.....	82
<b>Gráfico 11:</b> Composição familiar.....	82
<b>Gráfico 12:</b> Cor/raça do titular.....	83
<b>Gráfico 13:</b> Número total de moradores por domicílio.....	84
<b>Gráfico 14:</b> Número de moradores menores de 18 anos.....	84
<b>Gráfico 15:</b> Idade dos titulares do benefício.....	84
<b>Gráfico 16:</b> Idade dos membros da família.....	85
<b>Gráfico 17:</b> Escolaridade do titular.....	86
<b>Gráfico 18:</b> Maior escolaridade familiar.....	86
<b>Gráfico 19:</b> Quantidade de menores de 18 anos estudantes.....	86
<b>Gráfico 20:</b> Renda total per capita das famílias beneficiárias.....	87
<b>Gráfico 21:</b> Padrão de consumo alimentar do titular.....	88
<b>Gráfico 22:</b> Refeição média escolar dos menores de 14 anos.....	89
<b>Gráfico 23:</b> Tipo de pagamento em relação à compra de alimentos.....	89
<b>Gráfico 24:</b> Dívidas em relação à compra de alimentos.....	89
<b>Gráfico 25:</b> Gastos com a compra de alimentos.....	90
<b>Gráfico 26:</b> Recebimento de ajuda em forma de alimento.....	91
<b>Gráfico 27:</b> Frequência da ajuda em forma de alimento.....	92
<b>Gráfico 28:</b> Doador da ajuda em forma de alimento.....	92
<b>Gráfico 29:</b> Recebimento da ajuda em dinheiro.....	93

<b>Gráfico 30:</b> Principais gastos com os benefícios do Bolsa Família.....	94
<b>Gráfico 31:</b> Existência de problema crônico de saúde nas famílias beneficiárias.....	94
<b>Gráfico 32:</b> Situação de trabalho do titular.....	95
<b>Gráfico 33:</b> Tempo de inserção no Programa Bolsa Família.....	96
<b>Gráfico 34:</b> Interrupções no recebimento do benefício.....	96
<b>Gráfico 35:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (dicotômica).....	98
<b>Gráfico 36:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (ordinal).....	99
<b>Gráfico 37:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a área de localização do domicílio e o nível de (in)segurança alimentar.....	100
<b>Gráfico 38:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a cor/raça do titular e o nível de (in)segurança alimentar.....	100
<b>Gráfico 39:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a composição familiar e o nível de (in)segurança alimentar.....	101
<b>Gráfico 40:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o número total de moradores por domicílio e o nível de (in)segurança alimentar.....	102
<b>Gráfico 41:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a escolaridade do titular e o nível de (in)segurança alimentar.....	103
<b>Gráfico 42:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a situação de trabalho do titular e o nível de (in)segurança alimentar.....	104
<b>Gráfico 43:</b> Relação entre a refeição média escolar dos menores de 14 anos das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar.....	104
<b>Gráfico 44:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a existência de problema crônico de saúde nas famílias e o nível de (in)segurança alimentar.....	105
<b>Gráfico 45:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o recebimento de ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar.....	106
<b>Gráfico 46:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o tipo de ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar.....	106
<b>Gráfico 47:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o doador da ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar.....	107
<b>Gráfico 48:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o recebimento da ajuda em dinheiro e o nível de (in)segurança alimentar.....	107

<b>Gráfico 49:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com os principais gastos com os benefícios do Bolsa Família e o nível de (in)segurança alimentar.....	108
<b>Gráfico 50:</b> Relação entre o gasto médio com alimentação das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar.....	109
<b>Gráfico 51:</b> Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a renda total per capita das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar.....	110

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.....	58
<b>Quadro 2:</b> Indicadores de caracterização dos titulares e membros da família.....	70
<b>Quadro 3:</b> Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves do Bolsa Família em Matão – Gestão.....	111
<b>Quadro 4:</b> Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves do Bolsa Família em Matão – Beneficiários.....	113

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Classificação dos níveis de segurança/insegurança alimentar.....	59
<b>Tabela 2:</b> Tamanho da Amostra de famílias beneficiárias do Bolsa Família pelas entidades responsáveis.....	61
<b>Tabela 3:</b> Valores críticos associados ao grau de confiança na amostra.....	62

## LISTA DE SIGLAS

ADA - Ação de Distribuição de Alimentos

BC - Benefício Complementar

BET - Benefício Extraordinário de Transição

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BPI - Benefícios Primeira Infância

BRC - Benefícios de Renda de Cidadania

BVF - Benefício Variável Familiar

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

CCPI - Centro de Convivência da Pessoa Idosa

CEP - Código de Endereçamento Postal

CF - Constituição Federal

COMAD - Conselho Municipal de Álcool e Droga

COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

COMCRIAMA - Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

COMDEF - Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CMPI - Conselho Municipal da Pessoa Idosa

CPMA - Central de Penas e Medidas Alternativas

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EAS - Estabelecimento Assistencial de Saúde

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO - Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

IA - Insegurança Alimentar

IAG - Insegurança Alimentar Grave

IAL - Insegurança Alimentar Leve

IAM - Insegurança Alimentar Média

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IDHM-E - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação  
IDHM-L - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade  
IDHM-R - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda  
IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico  
IGD - Índice de Gestão Descentralizada  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MEC - Ministério da Educação  
NIS - Número de Identificação Social  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família  
PBF - Programa Bolsa Família  
PCF - Programa Criança Feliz  
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNDS - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PT - Partido dos Trabalhadores  
RA12 - Região Administrativa Central do Estado de São Paulo  
RBRB - Rede Brasileira de Renda Básica  
SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
SEDS - Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania  
SigPBF - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família  
SUAS - Sistema Único de Assistência Social  
TAC - Taxa de Atualização Cadastral  
TCR - Transferência Condicionada de Renda  
UBS - Unidades Básicas de Saúde

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UnB - Universidade de Brasília

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

USDA - United States Department of Agriculture (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	19
Apresentação e problematização do problema .....	19
Objetivos .....	24
Aspectos metodológicos.....	25
Estrutura dos capítulos .....	26
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	28
1.1. Políticas Públicas .....	28
1.1.1. Transferência Condicionada de Renda (TCR) .....	29
1.2. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).....	32
1.2.1. Elementos de segurança alimentar como resposta às vulnerabilidades sociais .....	34
1.2.2. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) .....	35
1.3. Programa Bolsa Família .....	37
1.3.1. Criação do Programa .....	37
1.3.2. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).....	39
1.3.3. Famílias atendidas pelo Bolsa Família .....	40
1.3.4. Grupos Prioritários para o PBF.....	40
1.3.5. Condicionalidades .....	41
1.3.5.1. Condicionalidades de Educação .....	41
1.3.5.2. Condicionalidades de Saúde .....	41
1.3.5.3. Descumprimento de Condicionalidades.....	42
1.3.6. Averiguação Cadastral.....	43
1.4. Auxílio Brasil .....	43
1.5. Comparação dos Programas .....	46
1.6. Volta do Programa Bolsa Família.....	47
1.6.1. Índice de Gestão Descentralizada (IGD) .....	49
2. UNIVERSO EMPÍRICO E CAMINHO METODOLÓGICO.....	50
2.1. Local de Estudo .....	50
2.1.1. O município de Matão/SP .....	50
2.1.2. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDS) .....	52
2.1.3. Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).....	53
2.1.4. Bolsa Família em Matão-SP .....	55
2.2. Caminho metodológico.....	57
2.2.1. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) .....	57
2.2.2. População e Amostra.....	60
2.2.3. O formulário e suas dimensões.....	63
2.2.4. Coleta e Análise de Dados.....	65

2.2.5. Entrevista semiestruturada .....	66
2.3. Critérios Analíticos e Indicadores de Avaliação .....	67
2.3.1. Caracterização dos titulares e membros da família .....	70
2.4. Considerações Éticas .....	71
<b>3. DIAGNÓSTICO SOCIODEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MATÃO/SP: ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA .....</b>	<b>71</b>
3.1. Análise Qualitativa .....	71
3.1.1. Contextualização da gestão local do Programa .....	71
3.1.2. Contextualização dos beneficiários do Programa.....	76
3.2. Análise Quantitativa: caracterização dos beneficiários .....	77
3.2.1. Caracterização domiciliar.....	77
3.2.2. Caracterização dos titulares e membros das famílias .....	81
3.2.2.1. Perfil dos titulares e membros das famílias .....	81
3.2.2.2. Escolaridade e Renda.....	85
3.2.2.3. Alimentação, Apoio e Proteção Social .....	87
3.2.2.4. Saúde e Trabalho.....	94
3.2.2.5. Inserção do programa nas famílias.....	96
3.2.3. Caracterização das famílias conforme Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) .....	98
3.2.3.1. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x localização do domicílio.....	99
3.2.3.2. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x caracterização dos titulares e membros das famílias .....	100
3.2.3.3. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x Alimentação, Apoio e Proteção Social .....	105
3.2.3.4. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x Renda per capita das famílias.....	109
3.3. Principais efetividades e entraves do programa local .....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO A – Formulário socioeconômico e sociodemográfico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Matão/SP .....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXO B - Roteiro da entrevista semiestruturada ao Gestor local do Programa Bolsa Família em Matão.....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXO C – Endereços, telefones, horários de funcionamento e e-mails dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Matão/SP .....</b>	<b>144</b>

<b>ANEXO D – Abrangência dos Bairros por CRAS .....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXO E – Autorização da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Matão/SP .....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXO F – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa .....</b>	<b>147</b>
<b>ANEXO G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>154</b>

## INTRODUÇÃO

### **Apresentação e problematização do problema**

Um dos maiores desafios do governo é combinar o crescimento econômico com a erradicação da pobreza, visando a diminuição da desigualdade social e setorial.

Segundo Mesquita (2007), o tema da pobreza, da fome, da desigualdade social, além do desafio da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, preocupa pesquisadores e gestores públicos, diante dos elevados índices de iniquidades sociais que se impõem em quase todo o mundo. Em países que apresentam taxas de desigualdade tão altas, como o Brasil, as chances de que o desenvolvimento econômico, de forma isolada, supere a pobreza e a desigualdade são baixas. Isso ocorre pois os efeitos deste desenvolvimento não chegam às camadas mais pobres da população, exigindo a implementação de outras medidas diretas de combate à pobreza.

Neste contexto, as políticas públicas voltadas para a assistência social são de extrema importância, especialmente aquelas que visam a erradicação da fome e da pobreza, melhoria da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social (Traldi, 2011).

De acordo com a mesma autora, os desafios e as limitações das políticas públicas emergenciais, também conhecidas como políticas compensatórias, e das políticas estruturais voltadas para o combate à fome, têm sido constantes motivos de discussão.

Para a população, quando se discute segurança alimentar e o combate à fome, prevalece a compreensão de que o segundo é prioritário. Um dos fatores que contribuem para a dificuldade na assimilação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no país é o fato de que ele é mais ligado às organizações não governamentais da área. No entanto, é importante lembrar que a segurança alimentar e a fome fazem parte de um mesmo sistema, sendo complementares (Takagi; Belik, 2007).

Desde a década de 1990, no Brasil, houve um aumento da preocupação com as políticas públicas de proteção social, combate à pobreza e promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, com o debate aprofundando-se sobre os programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR). Apesar dos avanços, ainda existem

muitos desafios a serem superados, principalmente no que se diz respeito à eficiência<sup>1</sup>, eficácia<sup>2</sup>, efetividade<sup>3</sup> e continuidade dessas iniciativas. Logo, fica a pergunta, levantada por Almeida (2008): elas realmente representam casos concretos de políticas públicas ou são simplesmente programas temporários ou instrumentos sem direcionamento? É preciso respostas concretas, a fim de serem criadas políticas eficazes.

A partir de 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso implementou ações voltadas para a população em situação de pobreza e extrema pobreza no país. Dessa iniciativa, surgiu a Rede de Proteção Social, que abrangia programas de assistência social, programas setoriais de transferência de renda, programas de seguro social e iniciativas voltadas para o agricultor familiar. O governo descreveu essa rede como a mais significativa e abrangente redistribuição de renda em favor dos pobres realizada pelo Estado brasileiro em toda a sua história (Brasil, 2002).

De acordo com Motti e Santos (2008), a Rede de Proteção Social é definida como uma articulação de pessoas, organizações e instituições que têm o objetivo de compartilhar causas e projetos de forma igualitária, democrática e solidária. Trata-se de uma organização baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências.

No intuito de minimizar e/ou erradicar os problemas existentes, o Governo Federal Brasileiro na época decidiu investir em políticas públicas compensatórias, tais como os Programas de Transferência Condicionada de Renda. Estes substituem ou complementam outras formas de intervenção, como a distribuição de alimentos e outros programas de alimentação (Burlandy, 2007).

Até 2021, o principal programa de TCR era o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Governo Luiz Inácio Lula da Silva, e que beneficiava milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todos os municípios brasileiros, com a intenção de combater a miséria e a exclusão social, além de promover a autonomia das

---

<sup>1</sup> A eficiência refere-se ao grau de aproximação e à relação entre o planejado e o realizado, envolvendo a combinação adequada de recursos e instrumentos necessários para alcançar os resultados desejados. Isso abrange também as metodologias, procedimentos e ferramentas de planejamento, projeção e tratamento de dados (Belloni; Magalhães; Souza, 2001).

<sup>2</sup> A eficácia refere-se ao resultado alcançado em um processo, levando em consideração a abordagem metodológica adotada e as ações realizadas para atingir os objetivos e metas dentro de um prazo determinado, conforme estabelecido no plano, programa ou projeto originalmente proposto (Belloni; Magalhães; Souza, 2001).

<sup>3</sup> A efetividade revela em que medida os resultados obtidos correspondem aos objetivos estabelecidos em um programa (Belloni; Magalhães; Souza, 2001).

famílias mais pobres do nosso país. O programa integrava a Fome Zero<sup>4</sup>, com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos, proporcionando a segurança alimentar e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais exposta à fome (Brasil, 2010 *apud* Traldi, 2011).

Porém, em novembro de 2021, no Governo Federal de Jair Bolsonaro, foi definida a regulamentação de um novo programa social, o Auxílio Brasil, substituindo o Programa Bolsa Família, que dizia que a ideia era acabar, ao longo de 2022, com a fila de espera pelo benefício.

O Auxílio Brasil englobava em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda (Brasil, 2022). Porém, havia críticas sobre a criação do novo benefício. Segundo Mattar (2022), o Auxílio Brasil foi construído sem articulação com a assistência social, considerando o programa temporário, exclusivo, insuficiente, com um pacote de auxílios e bônus com desinformações e incertezas. A autora o comparou com o PBF, que tinha como principal objetivo a conexão com a rede de assistência social, saúde e educação, onde as famílias beneficiárias e o poder público assumiam compromissos para a continuidade do programa. A autora afirmou que o novo Programa era apenas mais uma tentativa de receber dividendos eleitorais do que de fato investir em um programa social.

Indo na mesma linha de pensamento, Teodoro (2022) afirmou que os benefícios do Auxílio Brasil não avançavam em relação ao Bolsa Família, e que o Governo estava longe de conseguir minimizar a questão da pobreza. Além disso, o autor se preocupava pelo caráter de provisoriedade do programa, já que a perspectiva de pagamento era somente até dezembro de 2022, mostrando não ser uma política de Estado, mas de Governo, a fim de atender aos interesses eleitoreiros do presidente da época.

Contudo, com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva ao Governo em 2023, o Programa Bolsa Família - considerado o maior programa de transferência de renda do Brasil e reconhecido internacionalmente por ter tirado milhões de famílias da fome - foi retomado em março do mesmo ano.

---

<sup>4</sup> Estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada para pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esta estratégia se desenvolve a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, bem como mobilização e controle social (BRASIL, 2010b *apud* TRALDI, 2011).

O município de estudo desse trabalho, que está situado na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, é o 2º município mais populoso da Região Geográfica Imediata de Araraquara, e evidencia grande relevância para a região, graças ao seu alto potencial de consumo. Destacam-se positivamente as atividades de apoio à agricultura, pecuária e pós-colheita, os serviços de bufê e as lavouras permanentes.

Segundo o IBGE (2024a), o PIB<sup>5</sup> per capita de Matão, em 2021, era de R\$ 63,7 mil. Em comparação com outros municípios do estado, Matão ocupava a 83ª posição entre os 645 municípios do Estado de São Paulo e a 566ª posição entre os 5.570 municípios do Brasil. No contexto da Região Geográfica Imediata, Matão se destacou na segunda posição, sendo superado apenas pelo município de Gavião Peixoto. Com relação ao IDH<sup>6</sup>, a última medição foi realizada em 2020, registrando o valor de 0,773 para Matão. Esse resultado posicionou o município em 96º lugar no Estado de São Paulo, dentre um total de 645 municípios.

Nesta perspectiva, observa-se a necessidade da realização de estudos e projetos que visem avaliar e aprimorar o diálogo e a articulação entre os programas e as instituições públicas envolvidas, com o objetivo de promover o desenvolvimento local, garantir a inclusão social e aumentar a capacidade de ação dos agentes que participam dessas políticas públicas.

O Programa Bolsa Família é amplamente conhecido tanto no Brasil quanto no exterior, gerando repercussões de todos os tipos. Seus resultados são frequentemente questionados em diversos setores, principalmente quando se trata da segurança alimentar dos beneficiários. Nesse sentido, algumas indagações emergem: quais são as efetividades do Programa Bolsa Família para promover a Segurança Alimentar das famílias beneficiárias, de maneira ampla, do município de Matão/SP? O recebimento de recursos financeiros, através do programa, é capaz de proporcionar um acesso adequado à renda e à segurança alimentar aos seus beneficiários? O perfil de segurança alimentar dessas famílias e seus rendimentos per capita estão de acordo com a necessidade de receberem o auxílio?

---

<sup>5</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, sendo o cálculo feito nas suas respectivas moedas (IBGE, 2023).

<sup>6</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, com o objetivo de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (PNUD, 2023).

O programa compõe realmente uma agenda de políticas públicas de combate à fome e à pobreza, ou é apenas um instrumento isolado, com efeitos demagogos e sem nenhum acréscimo às perspectivas de inclusão social? A partir das políticas públicas desenvolvidas, há formação de uma rede de proteção social para os beneficiários? A gestão do programa está realmente sendo eficiente? Ou seja, há atuação intersetorial entre as entidades responsáveis, tanto direta como indiretamente, principalmente em relação às condicionalidades e ao controle social?

Assim, estas questões nos levam às hipóteses: se o Bolsa Família proporciona efeitos positivos significativos no padrão de segurança alimentar de seus beneficiários, especialmente no que diz respeito à renda, alimentação, educação e proteção social; se traz resultados relevantes com relação à exclusão de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza; e se ele tem sido efetivo na redução das desigualdades sociais, contribuindo para o aumento do bem-estar das famílias mais vulneráveis.

Os elementos que serão abordados neste estudo remetem-se à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e suas associações com os eixos da saúde e solidariedade. No primeiro, serão investigadas as interações entre a insegurança alimentar e problemas crônicos de saúde enfrentados pelos beneficiários. No segundo, serão exploradas as vulnerabilidades sociais, considerando fatores como renda, padrões de consumo alimentar, nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho e acesso a programas de proteção social.

Os resultados esperados a partir dos pressupostos levantados visam fornecer subsídios importantes para uma análise mais profunda do programa local e nacional, desde sua criação e desenvolvimento, até o fim da pesquisa. Serão avaliados o perfil, a trajetória e a percepção das famílias beneficiadas, assim como a gestão local, abordando questões como: o que o programa representa para o orçamento familiar, quais são as dificuldades e problemas enfrentados, a repercussão das críticas, os maiores entraves e a efetividade da articulação entre as entidades gestoras.



## Objetivos

O objetivo principal desta Dissertação de Mestrado é discorrer sobre as efetividades<sup>7</sup> e os entraves<sup>8</sup> institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como enfoque elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla<sup>9</sup>.

É importante ressaltar que o foco deste trabalho não é realizar uma avaliação final da política pública local do Bolsa Família, mas sim adotá-la como uma perspectiva. Inicialmente, busca-se estabelecer um diagnóstico dos efeitos, tanto positivos quanto negativos, sobre o funcionamento do programa local, sua gestão e as características e condições das famílias beneficiárias.

Como objetivos específicos, podemos destacar:

- Caracterizar a situação socioeconômica e o nível de (in)segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família;
- Correlacionar cada nível de (in)segurança alimentar com variáveis sociodemográficas e socioeconômicas: saúde, trabalho, renda, moradia, educação, acesso à alimentação, apoio e proteção social, entre outras;
- Analisar os impactos do programa em relação às suas principais vertentes: renda, educação, saúde, assistência social, focalização, oferta de trabalho, trabalho infantil, condicionalidades, fiscalização e controle social;
- Verificar as percepções do programa sob a ótica dos beneficiários e da equipe gestora local;
- Avaliar a eficácia e identificar os entraves da Gestão Municipal nos eixos de atuação do Programa Bolsa Família.

---

<sup>7</sup> Os efeitos de uma política sobre a sociedade não se limitam àqueles que foram previstos e são esperado ou, pelo menos, desejados, de acordo com seus objetivos. A avaliação deve considerar os efeitos colaterais, sejam eles positivos ou negativos, que a política pode acarretar. Analisar o impacto é apreciar todos os efeitos que foram produzidos com a ação, sejam eles de caráter técnico, econômico, ambiental e social (Conseil De L'Évaluation, 1996; Guéneau, 2001 *apud* Almeida, 2008).

<sup>8</sup> Entraves são filtros institucionais e organizacionais - regras, normas, políticas públicas e convenções de mercado - que dificultam a capacidade de operação e de obtenção de recursos dos atores de uma política pública (Almeida, 2008). Segundo Thiollent (1997, *apud* Almeida, 2008), o conceito de ator pode ser entendido como qualquer grupo de pessoas que detém certa capacidade de ação coletiva consciente em um contexto social delimitado.

<sup>9</sup> Os elementos de segurança alimentar amplo abrangem vários aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, como o nível de segurança alimentar, a saúde, a escolaridade, as redes de cooperação, o trabalho, a renda, a pluriatividade, as redes de proteção social, o autoconsumo, as condições da moradia, as práticas ambientais mais sustentáveis, os bens duráveis, o acesso ao crédito, entre outros (Almeida, 2008).

## Aspectos metodológicos

A pesquisa de natureza aplicada utilizou métodos descritivos<sup>10</sup>, de caráter exploratório<sup>11</sup>, com abordagens qualitativas e quantitativas. O objetivo exploratório da pesquisa partiu do levantamento bibliográfico de dados secundários do objeto de estudo (obras publicadas, capítulos de obras publicadas por autores organizadores, artigos de periódicos e de eventos, dissertações, teses, resumos, relatórios, palestras, notas de aulas, seminários, reportagens e outros documentos impressos e on-line) e dos sujeitos envolvidos, a fim de ampliar o mais detalhado possível seu conhecimento.

O tamanho da amostra, determinado com base na estimativa da proporção populacional, foi definido com recorte apenas nos beneficiários do Bolsa Família do município de Matão/SP, sendo utilizada a amostragem estratificada por Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

O desenvolvimento do trabalho foi baseado na combinação da análise quantitativa e qualitativa de dados primários provenientes das pesquisas de campo realizadas. As técnicas quantitativas foram baseadas na metodologia da Rede Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional - Rede Alimenta<sup>12</sup> da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), utilizando, neste caso, um formulário (adaptado pelo pesquisador) aplicado às famílias beneficiárias do programa (Anexo A) em etapa antecedente às técnicas qualitativas. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, com beneficiários registrados nos seis CRAS de Matão. Os formulários foram impressos e aplicados pessoalmente, de forma direta, aos beneficiários do bolsa família. Posteriormente, foi utilizado o aplicativo Microsoft Forms® contendo previamente todas as perguntas, e o aplicador marcou as respostas do beneficiário, a fim de facilitar na avaliação dos dados. Em seguida, utilizou-se o Excel® para elaborar os gráficos.

---

<sup>10</sup> A pesquisa descritiva é geralmente utilizada quando se pretende mapear dada realidade de mercado (Fowler, 1993). Ela busca identificar quais situações ou opiniões estão presentes em uma população. Apresenta a distribuição de algum fenômeno na população ou entre os subgrupos dessa população ou, ainda, faz uma comparação entre essas distribuições (Pinsonneault; Kraemer, 1993 *apud* Freitas *et al.*, 2000).

<sup>11</sup> As pesquisas exploratórias são utilizadas quando se deseja obter dados sobre a natureza de um problema. Esse tipo de pesquisa é utilizado quando não há informações estruturadas o suficiente para que seja possível conduzir uma pesquisa descritiva ou experimental, ou quando o interesse do projeto é exatamente obter uma quantidade de informações que explorem em profundidade como dado fenômeno ocorre (Malhotra, 2006).

<sup>12</sup> O formulário da Rede Alimenta, na qual engloba o método da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), possibilita o cruzamento com variáveis sociodemográficas, padrão de consumo, local de moradia, redes de proteção social, trabalho, renda, entre outras, que abrem brechas analíticas ao desenvolvimento do trabalho e ao programa em questão (Almeida, 2008).

As técnicas qualitativas foram adotadas por meio de observações de campo e entrevista semiestruturada com o gestor local do programa do município de Matão-SP (Anexo B).

Segundo Bryman (1989 *apud* Martins, 2018), as características da pesquisa qualitativa são: ênfase na interpretação subjetiva dos indivíduos; delineamento do contexto do ambiente da pesquisa; abordagem não muito estruturada; múltiplas fontes de evidências; importância da concepção da realidade organizacional; e proximidade com o fenômeno estudado. Já a pesquisa quantitativa, o mesmo autor diz ser uma pesquisa mais exploratória, e não apenas uma preocupação em testar hipóteses. Martins (2018) mostra que a combinação dessas abordagens permite que a vantagem de uma suavize a desvantagem da outra. Por exemplo, a abordagem quantitativa é fraca em entender o contexto do fenômeno, enquanto a qualitativa não é. Além disso, a abordagem quantitativa é menos suscetível a tendências na coleta de dados que a abordagem qualitativa. Dessa forma, a combinação entre elas ajuda a fortalecer as abordagens combinando-as.

Foram realizadas entrevistas adicionais com o objetivo de caracterizar os níveis de Insegurança Alimentar (IA) das famílias relacionadas, a fim de identificar o acesso à alimentação, renda, trabalho, proteção social, condições de saúde, escolaridade, moradia e o desempenho do programa local, baseado nas percepções do gestor e dos beneficiários, dentre outros.

## **Estrutura dos capítulos**

O trabalho está dividido em 3 Capítulos, além da Introdução, Considerações finais, Referências e Anexos.

O Capítulo 1 apresenta uma revisão bibliográfica da pesquisa que fundamenta toda a análise realizada. Nele, são explorados conceitualmente os aspectos históricos e as definições relacionadas a políticas públicas e programas de Transferência Condicionada de Renda. Além disso, são examinados os elementos da temática da segurança alimentar em seu conceito mais amplo, associados ao instrumento de percepção e análise dos níveis da situação alimentar das famílias, bem como a outros indicadores. O objeto de análise da pesquisa é abordado em seu conceito macro, contemplando o Programa Bolsa Família em sua totalidade, desde sua criação até

aspectos como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), as famílias atendidas pelo Bolsa Família, os grupos prioritários, as condicionalidades e a averiguação cadastral do PBF. Além disso, é feita uma análise do Auxílio Brasil, substituto do Programa Bolsa Família por um período, uma comparação entre os dois Programas e a volta do Programa Bolsa Família.

O Capítulo 2 oferece uma análise detalhada do universo empírico e dos procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa. Inclui a caracterização do município de Matão, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDS) e dos Centros de Referência de Assistência Social do município, além de abordar o Programa Bolsa Família na localidade. Detalhes sobre a pesquisa de campo são apresentados, incluindo informações sobre a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a população e a amostra selecionada, bem como os instrumentos utilizados. O capítulo também descreve os procedimentos de coleta e análise de dados, as entrevistas semiestruturadas, os critérios analíticos e indicadores de avaliação, além de discutir as considerações éticas relacionadas à realização da pesquisa.

O Capítulo 3 apresenta os resultados das pesquisas de campo conduzidas com o gestor local e os beneficiários do programa. Os dados são analisados qualitativamente e quantitativamente, abrangendo a caracterização socioeconômica e demográfica das famílias beneficiárias do Bolsa Família em Matão. Além disso, são avaliados os níveis de Insegurança Alimentar dessas famílias em relação ao acesso à alimentação, renda, trabalho, proteção social, saúde, escolaridade e moradia. A análise também inclui o funcionamento do programa local, conforme percebido pelo gestor e beneficiários. Essa análise fornece elementos cruciais para o diagnóstico das efetividades e desafios do programa em Matão, sendo esses aspectos discutidos nas Considerações Finais.

A Dissertação é finalizada com as Referências Bibliográficas e os Anexos, este último abrangendo os formulários aplicados aos participantes da pesquisa, informações sobre as entidades responsáveis pelo programa (os CRAS), a autorização da SEDS para realização da pesquisa e a aprovação do Comitê de Ética para a realização da pesquisa, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado aos participantes.

## 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 1.1. Políticas Públicas

No Brasil, a história do pensamento político se confunde com a de reflexão sobre o próprio Estado, e os estudos sobre este, apesar de importantes, não focalizavam a gestão dos governos. Os estudos sobre as políticas públicas no país foram abordados por muito tempo por instituições governamentais. Portanto, o desenvolvimento da área de políticas públicas no Brasil é considerado recente (1980), além da produção nesse campo ser considerada como desafios para a sistematização do conhecimento sobre as práticas governamentais (Capella, 2009).

Definir política pública não é algo fácil. Segundo Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Em seus estudos, a autora apresentou que Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo a partir de grandes questões públicas, e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos. Peters (1986) segue a mesma linha, definindo-a como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, influenciando a vida dos cidadãos. Dye (1984) a define como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Mas a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública ocasionam respostas às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz.

Souza (2006) buscou estruturar, em seu trabalho, os diferentes conceitos e modelos de formulação e análise de políticas públicas, e definiu os fatores que contribuíram para a maior visibilidade desta área: a adoção de políticas restritivas de gasto; as novas visões sobre o papel dos governos e a substituição das políticas keynesianas; e a falta de coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população, principalmente na América Latina.

A mesma autora citou que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton, que serão descritos a seguir.

Em 1936, Laswell estabeleceu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), a fim de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e para estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Em 1957, Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), colocando essa racionalidade como entrave à prosperidade das políticas públicas, por envolver algumas influências pessoais. Em 1959, Lindblom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Em 1965, Easton definiu a política pública como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Para Gobert e Muller (1987 *apud* Höfling, 2001), políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação”, ou seja, é o Estado instituindo um projeto de governo, a partir de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

As políticas públicas refletem na economia e nas sociedades, já que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, além de pesquisadores de tantas disciplinas partilharem um interesse comum na área e terem contribuído para avanços teóricos e empíricos (Souza, 2006).

Souza (2006) resume política pública como o campo do conhecimento que coloca o governo em ação ao mesmo tempo em que analisa essa ação (variável independente), propondo mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente), quando necessário. A formulação de políticas públicas consiste em governos democráticos que transformam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

### **1.1.1. Transferência Condicionada de Renda (TCR)**

A partir do governo de Getúlio Vargas, começou a surgir no Brasil, de maneira mais objetiva, a ideia de construção de um Estado de bem-estar social com o intuito de enfrentar os problemas. Tratava-se de um regime específico de transferências sociais, de base fiscal, que tinha o objetivo de promover o bem-estar dos indivíduos por meio

de uma redistribuição da renda e da riqueza (ativos) comprometida com a ideia de justiça (Lavinás *et al.*, 2000).

Com a Constituição de 1988, a assistência social foi definitivamente inserida no campo das políticas públicas, incorporando-se à Previdência Social e à saúde, e ocasionando uma atenção maior do Estado às pessoas, famílias e comunidades mais vulneráveis, devido aos inaceitáveis níveis de pobreza e a exclusão social (Weissheimer, 2006).

Contudo, é preciso voltar pelo menos à década de 1930, em que foram criados os primeiros programas e leis voltados aos trabalhadores e aos setores mais pobres da população, já que crescia o problema da desigualdade social no país, e conseqüentemente, a pobreza. Santana (2007) afirma que a pobreza é um fato que vem acompanhando a humanidade há séculos; vem das desigualdades sociais e econômicas, desde o capitalismo na sociedade, devido à concentração da população nas grandes cidades, a reestruturação industrial e a distribuição desigual de bens que levaram ao crescimento de problemas e carências relacionados à violência urbana, insegurança pessoal e desorganização dos grupos mais vulneráveis.

O autor declara que a partir das discussões sobre as desigualdades sociais, é preciso verificar quais programas deveriam ser implementados para reduzir de maneira mais rápida e eficaz a pobreza, que vem se apresentando de diversas formas e, para combatê-la, é necessário executar ações com visão de curto, médio e longo prazo, com a finalidade de que ela deixe de ser ligada à estrutura da sociedade e que não se repita a cada geração, como os Programas de transferência condicionada de renda (TCR).

Os programas de transferência condicionada de renda são políticas públicas inseridas nas redes de proteção social, surgindo de forma pontual, principalmente durante os anos 1990, em alguns países da América Latina, como o Brasil, que conta com um dos programas mais antigos e abrangentes do mundo: o Bolsa Família. Desde então, observou-se uma rápida disseminação dessas políticas pelo mundo, especialmente em países em desenvolvimento (Fiszbein; Schady, 2009).

Resumidamente, essas políticas envolvem a transferência de renda para famílias de baixa renda, com a condição de que estas realizem investimentos específicos em seu capital humano. Isso implica o cumprimento de obrigações predefinidas relacionadas à saúde e/ou educação, frequentemente direcionadas a crianças e jovens. O objetivo é abordar a pobreza tanto no presente, por meio da transferência de recursos financeiros,

quanto no futuro, ao melhorar as condições de saúde e educação das gerações mais jovens. Espera-se que, a longo prazo, esses indivíduos estejam em uma situação melhor do que a de seus familiares hoje (Nazareno; Vasconcelos, 2015).

Em linhas gerais, esse tipo de política pública apresenta três componentes essenciais: a transferência direta de dinheiro para o cidadão ou família, o foco nos estratos mais pobres da população e a existência de condicionalidades. Como contrapartida, os beneficiários devem cumprir uma agenda de atividades (Bastagli, 2009). Outro aspecto crucial desses programas é a possibilidade de articulação ao longo da sua implementação, tanto horizontalmente, com outras políticas sociais, quanto verticalmente, com diferentes esferas de governo. Dessa forma, a multidisciplinaridade e a descentralização da gestão também são características do modelo padrão de transferência condicionada de renda (Cavalcante, 2011).

A transferência direta de dinheiro, como mencionado anteriormente, contribui para o empoderamento dos indivíduos, permitindo que decidam de forma autônoma como utilizar o benefício. No entanto, na literatura, também são encontrados argumentos que sugerem que a pobreza seria mais efetivamente combatida por meio do crescimento econômico, impulsionado por investimentos públicos. Além disso, há a preocupação de que as transferências diretas possam criar incentivos negativos para os beneficiários, como desestimular a busca por emprego (Fiszbein; Schady, 2009). Por outro lado, existem argumentos céticos em relação ao potencial das transferências para reduzir a pobreza, uma vez que esta é vista como um problema estrutural inerente ao capitalismo (Boyadjian, 2009).

De maneira distinta, os argumentos a favor das transferências ressaltam que, nos países em desenvolvimento, os investimentos públicos para o crescimento econômico frequentemente não conseguem beneficiar os estratos mais pobres da população. Além disso, as transferências têm o potencial de melhorar o bem-estar das famílias carentes, atuando como uma forma de seguro durante períodos de instabilidade econômica, além de compensar as desigualdades de oportunidades decorrentes da pobreza (Fiszbein; Schady, 2009).

Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa de combate à pobreza. Eles foram concebidos com a ideia de que o beneficiário sabe quais são suas necessidades mais urgentes, e com isso tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício (Santana, 2007).



De acordo com Cotta e Machado (2013), alguns estudos apontam que as famílias atendidas por programas de transferência condicionada de renda costumam gastar uma grande parte do benefício recebido na aquisição de alimentos para as crianças. No entanto, isto não necessariamente reduz a insegurança alimentar ou melhora o bem-estar nutricional destas famílias, visto que, além das razões econômicas, outros fatores também influenciam na má escolha dos alimentos, como a divulgação de propagandas de produtos de baixo valor nutricional e com alto teor calórico, mas a preços acessíveis.

## **1.2. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) teve origem a partir da Segunda Guerra Mundial. Naquela época, a questão de segurança alimentar (SA) era vista principalmente como uma limitação de disponibilidade de alimentos, representando uma ameaça para os países, especialmente os europeus. Isso ocorreu devido à crise agrícola que se seguiu ao conflito, dificultando a produção suficiente de alimentos para atender à população. Essa compreensão da SA levou o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) a propor um indicador de medida padronizado baseado na disponibilidade calórica per capita. Por ser muito agregado, esse indicador dificultava o uso para a identificação da população sob risco de Insegurança Alimentar (IA), em nível tanto local como estadual, porém era bom para o acompanhamento de tendências históricas e comparações entre países (Belik, 2003; Migotto *et al.*, 2005).

À medida que o conceito de segurança alimentar se tornava mais complexo, foram introduzidos outros indicadores para capturar e medir as novas dimensões da segurança alimentar incorporadas (Kepple; Segall-Corrêa, 2011). Para avaliar o acesso aos alimentos, começou-se a utilizar o indicador de renda familiar, os gastos da família com a compra de alimentos e o consumo alimentar individual, seja através da frequência semanal ou da análise da ingestão alimentar nas últimas 24 horas. Os indicadores antropométricos tradicionalmente estimam a gravidade da insegurança alimentar com base em suas consequências nutricionais, especialmente entre crianças. (Belik, 2003). Com exceção do consumo alimentar, os demais indicadores são especialmente adequados para identificar e analisar os determinantes da insegurança alimentar ou para avaliar suas consequências para a saúde e nutrição dos indivíduos e populações (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009).

Segundo Belik (2003), o conceito de segurança alimentar evoluiu para abranger não apenas a quantidade de alimentos disponíveis, mas também sua qualidade e regularidade no acesso. No que tange à quantidade, usa-se a ideia de acesso aos alimentos, o que difere da disponibilidade de alimentos. Os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações pobres podem não ter acesso a eles, por diversos problemas, como renda, ou outros fatores como conflitos internos, ação de monopólios ou mesmo desvios. Já em relação à qualidade, ele sugere que os alimentos disponíveis para o consumo da população não podem estar submetidos a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos. Evidentemente, a qualidade dos alimentos diz respeito também à possibilidade de consumi-los de forma digna, o que significa permitir que as pessoas possam se alimentar em um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas de higiene. O último aspecto refere-se à regularidade, que significa que as pessoas devem ter acesso constante à alimentação, ou seja, alimentando-se ao menos três vezes ao dia.

O autor também destaca que o direito de ter acesso regular e adequado à alimentação não deve depender da benevolência ou de ações de caridade, mas sim de uma obrigação prioritária do Estado, que é a representação da nossa sociedade.

As primeiras referências à Segurança Alimentar como política pública surgiram em 1986, por meio do Ministério da Agricultura, que propôs uma "Política Nacional de Segurança Alimentar", com o objetivo de atender às necessidades alimentares da população e alcançar a autossuficiência nacional na produção de alimentos. Formulada por uma equipe de técnicos convidados pelo Ministério da Agricultura, esta política apresentou poucos desdobramentos à época. A utilização do conceito de segurança alimentar estava limitada a avaliar o controle do estado nutricional das pessoas, especialmente a desnutrição infantil, no âmbito da Vigilância Sanitária (Maluf; Menezes; Valente, 1996). A proposta de desenvolver uma política de Segurança Alimentar incluía a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), presidido pelo Presidente da República e com a participação de Ministros de Estado e representantes da sociedade civil. Esse assunto foi retomado durante a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, realizada em 1986, na qual a alimentação foi reconhecida como um direito fundamental.

Por fim, em 2004 no Brasil, o CONSEA desenvolveu o conceito que passou a ser utilizado no país e posteriormente adotado pela Lei Orgânica de Segurança

Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em setembro de 2006. Segundo essa definição, segurança alimentar e nutricional é:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, Art. 3º).

As autoras Kepple e Segall-Corrêa (2011) mostram que a definição brasileira se destaca por definir a SAN em termos de qualidade e quantidade de alimentos adequadas para toda a população, de todas as classes sociais, sem excluir as classes menos carentes.

### **1.2.1. Elementos de segurança alimentar como resposta às vulnerabilidades sociais**

Durante a década de 1990, as políticas públicas de intervenção e distribuição para garantir a segurança alimentar no Brasil, com coordenações centralizadas e decisões tomadas de cima para baixo, começaram a encontrar sintomas de esgotamento. Isso se deve a grande dificuldade em atender a população necessitada em áreas cada vez mais complexas: zonas urbanas degradadas e semiabandonadas, outras de difícil acesso, regiões produtivas com elevado índice de exclusão, zonas rurais distantes e de complexa logística, entre outras (Almeida *et al.*, 2006).

No início do século XXI, a implementação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas tornou-se crescente em diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Dessa maneira, foi possível ver um maior investimento nesta área, principalmente, para o enfrentamento à fome da população carente e para tornar realidade ações solidárias direcionadas aos grupos marginalizados no Brasil, como trabalhadores rurais e agricultores familiares. Desde 1997, quando a Cúpula Mundial da Alimentação da ONU logrou aprovar um amplo conceito de segurança alimentar, destinado a subsidiar políticas aplicáveis a toda parte, vários programas foram implementados no Brasil. Ao longo destes anos, diversos governos brasileiros (locais, estaduais e federais) desenvolveram políticas eficazes de segurança alimentar (Paulillo; Pessanha, 2002 *apud* Almeida *et al.*, 2006).

De acordo com Almeida *et al.* (2006), as políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos. Além disso,

também devem estar ligadas a valores fundamentais da população, pertencentes a cinco eixos:

- Saúde: envolvem as dimensões dietética e farmacêutica ligadas à composição nutricional dos alimentos, como o conteúdo proteico, de fibras, colesterol etc.;
- Higiene e seguridade dos alimentos: refere-se à ausência dos elementos tóxicos ou nocivos, sendo necessárias informações, garantias e o controle sobre as condições da produção, distribuição e embalagens (certificação dos produtos);
- Meio ambiente: relacionado ao ecológico ou orgânico, que corresponde à produção de alimentos sem riscos tóxicos e respeito ao meio ambiente. Assim, sua preservação é fundamental;
- Autenticidade: ligado aos valores naturais e tradicionais da produção agroalimentar, à valorização da origem dos produtos e às especificações dos processos produtivos (desde a utilização da terra até a forma de processamento);
- Solidariedade: envolve valores morais e ideológicos que impulsionam a participação da população bem nutrida em ações humanitárias no processo de consumo, pela aquisição de um produto socialmente correto ao invés de outro.

Os elementos que serão trabalhados neste estudo remetem-se à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e suas associações com os eixos da saúde, relacionada a problemas crônicos de saúde dos beneficiários; e da solidariedade, relacionada às suas vulnerabilidades, nas quais contam os fatores renda, consumo alimentar, escolaridade, trabalho e proteção social.

### **1.2.2. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**

Entre os métodos de análise comumente empregados para medir a situação da SAN, destacam-se as escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, por exemplo, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual será utilizada no estudo proposto. As escalas de medida direta da insegurança alimentar, como a EBIA, fornecem informações estratégicas para a gestão de políticas e programas sociais,

porque permitem tanto identificar e quantificar os grupos sociais em risco de Insegurança Alimentar (IA) quanto os seus determinantes e consequências.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é uma escala psicométrica que avalia de maneira direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, através da percepção e experiência com a fome (Brasil, 2014).

O precursor da escala brasileira foi o Indicador Cornell usado nos Estados Unidos, sendo um projeto desenvolvido pela Universidade de Cornell – EUA, com o intuito de estudar o fenômeno da fome de maneira direta, utilizando-se primeiro de uma abordagem qualitativa com pessoas que já haviam vivenciado a fome, e em seguida um estudo quantitativo baseado nos relatos de experiências de vida (Brasil, 2014).

O mesmo estudo mostrou que a Escala Americana de percepção e vivência da fome contém em seu questionário 18 itens e foi usada primeiramente pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) e posteriormente por outros países. Além disso, ela identifica segurança alimentar em quatro níveis, como: Segurança alimentar no domicílio; Insegurança alimentar em nível domiciliar (equivale a IA leve); Insegurança alimentar entre adultos da família (equivale a IA moderada); e Insegurança alimentar entre crianças (equivale a IA severa).

Tomando como base a escala americana, um grupo com cinco instituições de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT) se reuniu, tendo como objetivo produzir uma escala própria para a realidade brasileira, que medisse de forma direta a segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2014).

Primeiramente, foi realizada a tradução da escala original americana, apresentada a um painel de especialistas para críticas. Em seguida, fizeram um estudo de validação em quatro cidades com população urbana e cinco áreas rurais de unidades da federação diferentes. O estudo de validação foi realizado com amostra intencional de residentes em comunidades pobres tanto urbanas quanto rurais. Como resultado deste trabalho de validação, foi feita uma proposta de escala com 15 perguntas, sendo cada uma com quatro opções de frequência, com estrutura, conceitos e linguagem consideradas de fácil compreensão para a realidade brasileira. Essa pesquisa de validação concluiu que a EBIA poderia ser utilizada como um instrumento de alta validade para o diagnóstico da (in)segurança alimentar no Brasil (Brasil, 2014).

Ao longo do uso da escala brasileira, a partir de resultados de análises realizadas e de outros conhecimentos produzidos pela literatura científica, especialistas

propuseram o aprimoramento da EBIA, fazendo a junção de dois itens que se mostraram redundantes. Com isso, a escala que vinha sendo aplicada com 15 questões, passou a ter 14 questões. Essas modificações consistiram em aprimorar e atualizar a escala para a realidade nutricional do Brasil e simplificar seu conteúdo (Brasil, 2014).

Em 2004, a EBIA foi aplicada na Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2010 *apud* Athila; Leite, 2020). Dois anos depois, em 2006, passou a ser parte integrante da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) (Ministério da Saúde, 2009 *apud* Athila; Leite, 2020). Desde então, a escala, que foi definida como um "instrumento robusto de avaliação", tem servido para medir a insegurança alimentar em domicílios rurais e urbanos, oferecendo subsídios para que os gestores identifiquem segmentos vulneráveis da população, bem como para que avaliam e ajustem diversas políticas públicas (Segall-Corrêa; Marin-Leon, 2009).

### **1.3. Programa Bolsa Família**

#### **1.3.1. Criação do Programa**

A criação do Programa Bolsa Família (PBF) foi determinada principalmente por dois aspectos. O primeiro deles, de caráter técnico-gerencial, foi evidenciado durante a transição dos governos de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002/2003. Uma avaliação realizada neste período apontava para a fragmentação administrativa dos programas de transferência condicionada de renda, bem como para a sobreposição do público-alvo. Desde 2001, havia quatro programas fundamentais desse tipo: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Esses programas operavam com cotas de atendimento, benefícios reduzidos e concentravam-se somente em um membro do grupo familiar, revelando a ignorância quanto à existência de programas similares implementados por estados e/ou municípios (Cohn; Fonseca, 2004 *apud* Mesquita, 2007). A proposta do Bolsa Família era unificar esses quatro programas, buscando maior racionalidade administrativa e de custos.

O segundo fator, de ordem política, se deu em 2003, quando o governo federal criou o Fome Zero. Esse programa previa a articulação de um conjunto extenso de políticas estruturantes e emergenciais visando combater a fome. Contudo, quase um ano

depois, não havia resultados concretos para mostrar. Seu aspecto mais notório, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Cartão Alimentação, enfrentava problemas relacionados à gerência do Programa por meio dos Comitês Gestores, assim como a fiscalização dos gastos dos beneficiários, que deveriam obrigatoriamente ser destinados a alimentos (Mesquita, 2007).

O Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), unificou as ações públicas nas áreas de assistência social, Segurança Alimentar e Nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda, visando maior eficiência administrativa e economia de custos. Foi assim que surgiu o Programa Bolsa Família, o principal programa do MDS e a mais importante política social do Governo Federal na época, beneficiando milhões de famílias em todo o Brasil (Traldi, 2011).

O Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 (convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004) e pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Tinha como principal objetivo contribuir para a superação da pobreza. Era um programa de transferência direta de renda destinado a famílias em situação de extrema pobreza (com renda per capita mensal de até R\$ 89,00) e pobreza (com renda per capita mensal entre R\$ 89,01 até R\$ 178,00), presentes em todos os municípios brasileiros, considerando um salário-mínimo de R\$240,00 em 2003 e R\$260,00 em 2004. Ao se beneficiarem do Programa, as famílias recebiam o benefício mensalmente e, como contrapartida, deveriam cumprir compromissos nas áreas de saúde e educação (Brasil, 2021a).

Os recursos eram repassados aos municípios do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), conforme estabelecido no art. 8º, da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004<sup>13</sup>, por meio da modalidade “fundo a fundo”. Essas transferências eram realizadas por meio de depósitos em uma conta corrente específica aberta pelo FNAS no Banco do Brasil, designada exclusivamente para a execução financeira das atividades relacionadas à gestão descentralizada do PBF e do Cadastro Único (Brasil, 2018).

---

<sup>13</sup> Atualizada pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2010.

### **1.3.2. Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)**

Os interessados em fazer parte do Programa tinham que estar cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda (Traldi, 2011).

O cadastramento das famílias no Cadastro Único é realizado pelos municípios e os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal, que tem a responsabilidade de atribuir um Número de Identificação Social (NIS) exclusivo, pessoal e intransferível para cada membro da família cadastrada. As principais informações cadastradas são: características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de membros, presença de gestantes, idosos, lactantes e deficientes físicos); identificação e documentação civil de cada membro da família; rendimentos e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros); qualificação escolar e profissional dos membros da família, bem como sua situação no mercado de trabalho (Cadastro Único, 2022).

Com base nos dados cadastrais, o MDS selecionava, de forma automatizada, as famílias que seriam incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implicava a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício. Os valores recebidos por família variavam de acordo com a situação de renda e com as características sociais e demográficas de cada família, por exemplo, a quantidade de adultos, jovens e crianças. A gestão do Programa era descentralizada e compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. Os entes federados trabalhavam em conjunto para melhorar, ampliar e fiscalizar a execução. O funcionamento do Programa dependia também da atuação de gestores e técnicos de diferentes políticas, em especial as áreas de Assistência Social, Saúde e Educação (Brasil, 2021a).

O Programa Bolsa Família e o CadÚnico tinham como objetivo ampliar a cidadania, promover a inclusão social e superar a miséria. Juntos, apresentavam impactos visíveis na vida econômica e social do país, com a melhoria de diversos indicadores (Brasil, 2021a).



### **1.3.3. Famílias atendidas pelo Bolsa Família**

Buscando o enfrentamento da pobreza, das desigualdades e das vulnerabilidades sociais, ao longo dos 18 anos de existência, o Programa Bolsa Família (PBF) contribuiu para assegurar os direitos sociais de milhões de famílias (Brasil, 2021a).

Em 2003, no momento de sua implementação, o Bolsa Família atendia 3,6 milhões de famílias. Em 2021, a rede de proteção social do PBF chegava a aproximadamente 14,7 milhões de unidades familiares, resultando na cobertura pelo Programa de 44.176.768 milhões de pessoas, tendo garantida a transferência direta de renda e sendo estimuladas, por meio das condicionalidades, a acessarem a rede de serviços públicos, como saúde e educação. Desse total de famílias beneficiárias, 12.344.764 famílias declararam possuir renda por pessoa de até R\$ 89,00 (Brasil, 2021a).

O Programa previa o pagamento dos benefícios financeiros preferencialmente à mulher, com o objetivo de contribuir para o bem-estar da família e para o desenvolvimento da autonomia feminina tanto no espaço doméstico como em suas comunidades. Dessa maneira, 87,6% das famílias beneficiárias do PBF no Brasil tinham a mulher como responsável familiar, sendo este percentual maior entre os estados da região Centro-Oeste (Brasil, 2021a).

### **1.3.4. Grupos Prioritários para o PBF**

Levando em conta o alto grau de vulnerabilidade social, alguns grupos são considerados prioritários no processo de ingresso no PBF. São eles: famílias indígenas, quilombolas, em situação de trabalho infantil, com pessoas libertas de situação análoga ao trabalho escravo e com catadores de material reciclável. Eram 456.103 famílias beneficiárias pertencentes a um dos grupos denominados prioritários (3,1% do total de famílias beneficiárias), totalizando 1.483.761 pessoas. O percentual de famílias prioritárias era maior nas regiões Norte e Centro-Oeste, com 5,2% e 4,7% do total de famílias beneficiárias (Brasil, 2021a).

### **1.3.5. Condicionalidades**

#### *1.3.5.1. Condicionalidades de Educação*

As condicionalidades são compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e, em especial, pelo poder público, com a finalidade de contribuir para a efetivação dos direitos sociais básicos de cidadania, por meio do acesso aos serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social. Sua formulação se deu a partir do entendimento de que os problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza não se traduzem exclusivamente na limitação da renda. Esses problemas estão, geralmente, relacionados ao reduzido exercício dos direitos de cidadania e a poucas oportunidades de acesso a uma melhor qualidade de vida, por meio de serviços sociais básicos (Brasil, 2021a).

Segundo Brasil (2021a), a gestão das condicionalidades é uma ação intersetorial estruturada entre as áreas de educação, saúde e assistência social com a participação da União, dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.570 municípios brasileiros.

Na área de educação, considerando os alunos de famílias do PBF, é necessária a frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. O registro do acompanhamento da frequência escolar era realizado cinco vezes ao ano, por meio do Sistema Presença/MEC. Os resultados do primeiro período de acompanhamento costumavam ser menores, devido às mudanças de escola dos beneficiários, no início do ano. No decorrer do ano, os percentuais tendiam a aumentar (Brasil, 2021a).

#### *1.3.5.2. Condicionalidades de Saúde*

A saúde é pilar fundamental para a melhoria das condições de vida da população beneficiária do Bolsa Família. As famílias beneficiárias assumiam o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. Além disso, as mulheres na faixa de 14 a 44 anos também tinham que fazer o acompanhamento e, se gestantes, realizar o pré-natal. O registro das informações das condicionalidades da saúde ocorria duas vezes por ano, no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, do Ministério da Saúde (Brasil, 2021a).

Em 2008, o acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF foi assumido pelos estados e municípios por meio do Pacto pela Vida, quando foi incluído o Indicador sobre o Percentual de famílias com perfil saúde beneficiárias do Programa acompanhadas pela Atenção Básica. O estímulo à vinculação de famílias aos serviços de saúde contribuiu para a implementação de ações direcionadas às vulnerabilidades das comunidades e, com isso, para a melhoria das condições de saúde e nutrição (Brasil, 2021a).

#### *1.3.5.3. Descumprimento de Condicionalidades*

Para o PBF, o descumprimento de condicionalidades sinalizava ao poder público que, por alguma razão, as famílias estavam tendo dificuldades de acesso aos serviços básicos de saúde ou de educação. Essas dificuldades podiam ser reflexo de situações de vulnerabilidade ou risco social (Brasil, 2021a).

Quando uma família não conseguia cumprir as condicionalidades de saúde e de educação, poderia ocorrer um efeito em seu benefício, a chamada repercussão. Os efeitos iam desde a advertência da família, passando pelo bloqueio e pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento conforme indicado (Brasil, 2021a):

- Advertência (no primeiro registro de descumprimento): a família era comunicada de que ocorreu descumprimento de condicionalidades, mas não deixaria de receber o benefício;
- Bloqueio (no segundo registro de descumprimento, ocorrido em até 6 meses): o benefício financeiro ficava bloqueado por um mês, mas podia ser sacado no mês seguinte, junto com a nova parcela;
- Suspensão por 2 meses (no terceiro registro de descumprimento em até 6 meses): o benefício ficava suspenso por 2 meses e a família não poderia receber os valores referentes ao período;
- Suspensão por 2 meses (por descumprimentos reiterados em até 6 meses): o benefício ficava suspenso por 2 meses e a família não poderia receber os valores referentes ao período;
- Cancelamento: o benefício era cancelado, a partir de regras estabelecidas.

### **1.3.6. Averiguação Cadastral**

Era realizado um cruzamento de informações registradas no Cadastro Único com os dados contidos em outros registros administrativos do Governo Federal, a fim de identificar possíveis inconsistências, usualmente de rendimentos do trabalho, óbitos e benefícios do INSS. Se as famílias com cadastros apresentassem alguma inconsistência, eram convocadas para a atualização cadastral, conforme disciplina a Portaria MDS nº 94, de 4 de setembro de 2013. Se fossem beneficiárias de algum programa (inclusive o Bolsa Família) e não tivessem mais o perfil, poderiam ser desligadas (Brasil, 2021a).

### **1.4. Auxílio Brasil**

Em agosto de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, regulamentando um novo programa social, o Auxílio Brasil. Este substituiu o Bolsa Família, extinto pela mesma Medida Provisória, que foi convertida na Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. A ideia era acabar, ao longo de 2022, com a fila de espera pelo benefício (Teodoro, 2022).

O Auxílio Brasil englobou em apenas um programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. Este novo programa social de transferência direta e indireta de renda era destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, com a finalidade de garanti-las uma renda básica, além de simplificar a cesta de benefícios e estimular a emancipação dessas famílias, visando alcançarem autonomia e superarem situações de vulnerabilidade social. O Auxílio Brasil era coordenado pelo Ministério da Cidadania, responsável por gerenciar os benefícios do programa e o envio de recursos para pagamento (Brasil, 2022).

Esse programa possuía os seguintes objetivos (Brasil, 2022):

- Promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a articulação de políticas voltadas aos beneficiários;
- Promover, prioritariamente, o desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de apoio financeiro a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes em situação de pobreza ou extrema pobreza;

- Promover o desenvolvimento de crianças na primeira infância, com foco na saúde e nos estímulos a habilidades físicas, cognitivas, linguísticas e socioafetivas, de acordo com o disposto na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016;
- Ampliar a oferta do atendimento de crianças em creches;
- Estimular crianças, adolescentes e jovens a terem desempenho científico e tecnológico de excelência; e
- Estimular a emancipação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Segundo Teodoro (2022), o auxílio era pago principalmente às famílias em situação de extrema pobreza. Porém, as famílias em situação de pobreza também podiam receber, desde que tivessem gestantes, lactantes ou pessoas com menos de 21 anos com educação básica completa ou cursando entre seus membros. As famílias em situação de extrema pobreza eram aquelas que possuíam renda familiar mensal per capita de até R\$105,00. Já as em situação de pobreza as que possuíam renda mensal per capita entre R\$105,01 e R\$210,00. Ainda havia a necessidade de estar com o cadastro atualizado no CadÚnico.

Com relação às condicionalidades, compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias quanto pelo poder público para reforçar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos, o Auxílio Brasil seguia a mesma lógica do Programa Bolsa Família, com algumas adaptações. Com relação às condicionalidades de saúde, continuou tendo a obrigatoriedade de estar com o calendário nacional de vacinação instituído pelo Ministério da Saúde em dia, o acompanhamento nutricional (peso e altura) das crianças menores de 7 anos, além do pré-natal de gestantes. Já em relação às condicionalidades da educação, a frequência escolar mensal mínima passou a ser de 60% para os beneficiários de 4 e 5 anos e de 75% para os beneficiários de 6 a 17 anos, e de 18 a 21 anos incompletos que recebiam o Benefício *Composição Jovem* e ainda não tinham concluído a educação básica (Brasil, 2022).

Segundo Silva (2022), os principais benefícios monetários básicos são três, pagos mensalmente:

- Benefício Primeira Infância: destinado a famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza com crianças entre 0 (zero) e 36 (trinta e seis)

meses incompletos, pago por integrante que se enquadre nessa situação, no valor de R\$130,00 (cento e trinta reais) mensais;

- **Benefício Composição Familiar:** destinado a famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza que possuam em sua composição gestantes, nutrizes ou pessoas com idade entre 3 (três) e 21 (vinte e um) anos incompletos, pago por integrante que se enquadre em tais situações, devendo os jovens de 17 (dezesete) a 21 (vinte e um) anos estarem matriculados na educação básica, no valor de R\$65,00 (sessenta e cinco reais) mensais;
- **Benefício de Superação da Extrema Pobreza:** valor mínimo calculado por pessoa, cuja renda familiar per capita, mesmo somada aos benefícios Primeira Infância e Composição Familiar, seja igual ou inferior ao valor da linha de extrema pobreza.

A família beneficiária podia receber, cumulativamente, os três benefícios básicos citados acima, porém os benefícios Primeira Infância e Composição Familiar eram pagos até o limite de cinco benefícios por família.

Além desses benefícios básicos, o Auxílio Brasil disponibilizava outros cinco benefícios (Brasil, 2022):

- **Auxílio Esporte Escolar:** auxílio financeiro para estudantes de 12 a 17 anos incompletos, integrantes de famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, que se destaquem nos Jogos Escolares Brasileiros, sendo 12 parcelas mensais de R\$100,00 (cem reais) para o estudante e parcela única de R\$1.000,00 (mil reais) por família;
- **Bolsa de Iniciação Científica Júnior:** concedido a estudantes, pertencentes a famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, que tenham se destacado em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional. Os valores são os mesmos do Auxílio Esporte Escolar;
- **Auxílio Inclusão Produtiva Rural:** benefício pago em parcelas mensais de R\$ 200,00 (duzentos reais) a famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil que possuam em sua composição agricultores familiares. A comprovação de enquadramento como agricultor familiar se dá pela Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar, não sendo permitido o pagamento de mais de um auxílio por pessoa e por família;

- Auxílio Inclusão Produtiva Urbano: destinado aos beneficiários do programa que comprovarem vínculo empregatício em carteira assinada. Também é limitado a um membro por família no valor de R\$200,00 (duzentos reais) mensais;
- Benefício Compensatório de Transição: valor complementado na parcela mensal do Auxílio Brasil, pago no limite de um benefício por família e concedido de forma automática, apenas para famílias que tiveram perdas financeiras na transição entre o Programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil.

### **1.5. Comparação dos Programas**

De acordo com a manifestação pública emitida pela Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB), em 2021, intitulado “Novo Bolsa Família”, o Auxílio Brasil era insuficiente e cruel para com os mais pobres. Ele era pior que o Bolsa Família em vários aspectos: os valores dos benefícios e o número de novas famílias a serem incluídas no Programa não eram definidos; empurrava os beneficiários para encargos de endividamento mediante crédito consignado; condicionava novos auxílios à participação em jogos esportivos e olimpíadas escolares, sem oferecer condições adequadas; era incompreensível para parte dos beneficiários, ao estabelecer uma diversidade de benefícios; não se consideravam apontamentos nem falhas da implementação do Benefício Emergencial, não se criava a transição dos dados do Auxílio Emergencial para o Cadastro Único e não se dialogavam com a realidade econômica que impunham novas respostas à população brasileira (Silva, 2022).

Em resumo, o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família em novembro de 2021, foi uma iniciativa do Ministério da Economia visando atender aos interesses políticos do Presidente Jair Bolsonaro, que pretendia ser candidato à reeleição em 2022. Esta ação não foi precedida por nenhuma consulta aos formuladores e executores do Bolsa Família, desconsiderando os 18 anos de sucesso e reconhecimento do programa, tanto a nível nacional como internacional. Além disso, os beneficiários não tiveram qualquer envolvimento na formulação deste novo programa, o que gerou uma grande

insegurança por parte deles. A motivação principal foi retirar do imaginário popular a designação "Bolsa Família", como uma forma de tentativa de anular a presença do Partido dos Trabalhadores (PT) na sociedade (Silva, 2022).

Indo na mesma linha de pensamento, Teodoro (2022) argumentou que o novo benefício não era capaz de minimizar a questão da pobreza no Brasil, se comparado ao Programa Bolsa Família. Além disso, ele demonstrou preocupação com a perspectiva de que esse benefício seria pago somente até dezembro de 2022, o que indicaria que a medida tinha fins eleitoreiros, e não se tratava de uma política de Estado.

### **1.6. Volta do Programa Bolsa Família**

O novo Programa Bolsa Família, criado por meio da Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023 (Brasil, 2023), convertida na Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, foi instituído pelo atual Governo Federal para substituir o Auxílio Brasil. Conforme artigo 3º, tem como objetivos:

- combater a fome, por meio da transferência direta de renda às famílias beneficiárias;
- contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações; e
- promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de pobreza.

No parágrafo único deste mesmo artigo, mostra que esses objetivos serão obtidos por meio de:

- articulação entre o Programa e as ações de saúde, de educação, de assistência social e de outras áreas que atendam o público beneficiário, executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital;
- vinculação ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, permitida a utilização de sua rede de serviços socioassistenciais;
- coordenação e compartilhamento da gestão e da execução com os entes federativos que venham a aderir ao Programa, na forma estabelecida nesta Medida Provisória e em seus regulamentos;



- participação social, por meio dos procedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória e em seus regulamentos;
- utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 1993, e sua promoção como plataforma de integração do Programa a ações executadas pelos Governos federal, estaduais, municipais e distrital; e
- respeito à privacidade das famílias beneficiárias.

O § 1º do artigo 7º apresenta os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

- I. Benefício de Renda de Cidadania, no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- II. Benefício Complementar, destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), que será calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;
- III. Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por criança, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre zero e sete anos incompletos;
- IV. Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:
  - a) gestantes;
  - b) crianças com idade entre sete anos e doze anos incompletos; ou
  - c) adolescentes, com idade entre doze anos e dezoito anos incompletos; e
- V. Benefício Extraordinário de Transição, destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

Devido a fraudes ocorridas no Programa enquanto Auxílio Brasil, como divergências de renda e de composição familiar, além de falta de atualização e

inconsistência de dados, foi criada a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do CadÚnico, através da Lei 14.601/2023, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, na forma estabelecida em regulamento, com o objetivo de aprimorar o programa e evitar fraudes.

### **1.6.1. Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

A gestão descentralizada é um modelo que possibilita à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios compartilharem os processos de tomada de decisão do Bolsa Família, estabelecendo bases de cooperação para enfrentar a pobreza e a exclusão social. Essa forma de colaboração é respaldada pela Constituição Federal (CF).

O MDS tem um instrumento que mede a qualidade de gestão do Bolsa Família em níveis estadual e municipal. Trata-se do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que representa uma ferramenta primordial para avaliar os resultados da gestão mensal do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Ele adota uma abordagem inovadora ao mensurar o desempenho de cada município, promovendo a busca por resultados de maior qualidade e influenciando a alocação de recursos destinados às administrações locais. Ao associar a eficácia da gestão aos repasses financeiros para estados e municípios, o IGD estimula melhorias na administração do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, visando aprimorar os serviços prestados às famílias beneficiárias. Portanto, os recursos recebidos devem ser aplicados em melhorias da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. O aumento do IGD está diretamente ligado ao desenvolvimento de ações integradas entre o Programa e o Cadastro, refletindo em uma prestação de serviços de maior qualidade (Brasil, 2024). Com base nesse Índice, que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o MDS realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família.

O cálculo do IGD é composto por 4 fatores:

- taxa de atualização cadastral e taxas de acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação;
- adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS);
- prestação de contas; e
- parecer das contas do uso dos recursos.

O repasse desses recursos é realizado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), sendo a responsabilidade pela prestação de contas atribuída ao gestor local do fundo. Por sua vez, a avaliação das contas é conduzida pelo Conselho de Assistência Social.

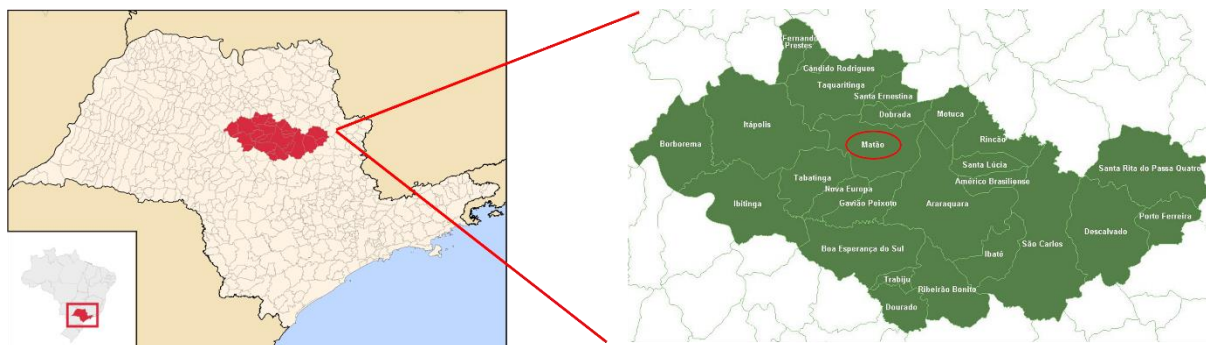
O índice pode melhorar por meio da atualização dos dados da gestão no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SigPBF) e pelo acompanhamento das famílias que estão em processo de suspensão devido ao não cumprimento das condicionalidades.

## **2. UNIVERSO EMPÍRICO E CAMINHO METODOLÓGICO**

### **2.1. Local de Estudo**

#### **2.1.1. O município de Matão/SP**

O município de Matão está localizado a cerca de 300 km da capital, na Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – RA12 (Figura 1), a qual reúne 26 municípios com uma população de mais de um milhão de habitantes e um PIB de 29 bilhões. Os municípios são: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Descalvado, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju. Os três municípios mais populosos são: São Carlos com 254.857 habitantes, Araraquara com 242.228 habitantes e Matão com 79.033 habitantes, considerando o último censo de 2022 (IBGE, 2024a). O município possui dois distritos: São Lourenço do Turvo e Silvânia.



**Figura 1:** Região Administrativa Central de São Paulo (RA12), sendo Matão circulado em vermelho (elaborado pela autora)  
*Fonte:* SPBR, 2023.

A história de Matão começou em 1890 com a chegada dos primeiros fazendeiros de café à região. O nome teve origem devido a existência de matas muito densas e de alto porte denominado Campo de Água Vermelha e pertencia ao Senhor José Inocêncio da Costa. Em 1895, foi celebrada a primeira missa, marcando a fundação da antiga vila do Senhor Bom Jesus das Palmeiras, padroeiro da cidade. Com a chegada de novos colonos para cultivar as terras, o comércio e a indústria impulsionaram o desenvolvimento da região. Um dos principais fatores de desenvolvimento da cidade foi a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Araraquara em fins de 1889. Em 1897 tornou-se distrito de Araraquara, já com o nome de Matão. Em 27 de agosto de 1898 conseguiu sua emancipação político-administrativa, tornando-se um município independente.

Sua localização no centro do Estado de São Paulo e a dinâmica econômica da região foram essenciais para o desenvolvimento do povoado. Aliando-se às boas condições agrícolas, imigrantes de origem inglesa e italiana estabeleceram-se na cidade, deixando suas marcas: os ingleses com o cultivo de café, e os italianos com a metalurgia. Hoje, Matão é um município ao mesmo tempo industrializado e agrícola, resultando em desenvolvimento.

A partir da média geométrica das três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - renda, longevidade e educação -, foi calculado que o IDHM de Matão é 0,773, o que é considerado alto. Os IDHM-R (Renda), IDHM-L (Longevidade) e IDHM-E (Educação) são, respectivamente, 0,766, 0,847 e 0,713 (PNUD, 2023).

Considerado um centro de grande influência nos municípios vizinhos, o município de Matão se localiza na região de Araraquara, São Paulo. Sua área de influência atrai a maioria dos visitantes para a logística de transportes. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município era de R\$ 63,7 mil, segundo o censo de 2022. Este valor advém dos serviços, seguidos pela indústria, a administração pública e a agropecuária. Matão possui o segundo maior PIB per capita da Região Geográfica Imediata de Araraquara, sendo superado apenas pelo município de Gavião Peixoto (IBGE, 2024a).

### **2.1.2. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDS)**

A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Matão atualmente está localizada na rua Cesário Motta, nº 853, no Centro, sendo de fácil acesso à população.

De acordo com os Recursos Humanos da Prefeitura, a Secretaria é composta atualmente por 90 funcionários, sendo 21 lotados na sede: 1 Educador Social, 1 Diretor de Departamento (Proteção Social), 1 Diretor de Departamento (Administrativo), 1 Gerente de Programas Sociais, 1 Auxiliar Administrativo, 1 Coordenador de Suprimentos, 1 Coordenador de Emprego/Inclusão Produtiva, 1 Coordenador de Recursos Materiais e Patrimônio, 1 Assessor de Gabinete, 2 Assistentes Sociais, 4 Serviços Gerais, 1 Cozinheiro, 1 Secretário, 3 Motoristas e 1 Auxiliar Geral.

Tem como missão gerenciar, monitorar, avaliar e implementar a política pública da Assistência Social, como atender e prevenir as vulnerabilidades, contribuir para transformar a realidade e atender as violações de direitos.

A estrutura administrativa funcional da SEDS é composta pela sua Sede, pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS “Casa da Cidadania”), o Centro de Convivência da Pessoa Idosa “Roberto Rossi” (CCPI), o Fundo Social de Solidariedade, a Casa dos Conselhos, a Central de Penas e Medidas Alternativas, como unidade de Atendimento de Reintegração Social (CPMA) e o Conselho Tutelar.

Os Conselhos que se integram à Secretaria são: o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), o Conselho Municipal de Álcool e Droga (COMAD), o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (COMCRIAMA), o Conselho

Municipal da Pessoa Idosa (CMPI) e o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMDEF).

Algumas de suas ações estratégicas estão em: atuar para que os problemas diagnosticados possam ser resolvidos, ampliar o quadro de funcionários, desenvolver o plano de capacitação continuada e construção de mais Centros de Referência de Assistência Social.

Os programas e serviços prestados pela Secretaria são: Programa Viva-Leite, com distribuição de 15 litros de leite mensais a crianças de 6 meses a 6 anos (Programa Estadual), Programa Criança Feliz – PCF (Programa Federal), e os serviços municipais, como o Acolhimento à Pessoa em situação de rua, as Medidas Socioeducativas e o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes – SAICA, que são executados pelo Terceiro Setor<sup>14</sup>. Além disso, a própria Secretaria tem o serviço de reunir a documentação das famílias, e serviços eventuais, como oxigenoterapia domiciliar, auxílio funeral, aluguel social e cartão alimentação.

### **2.1.3. Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)**

Segundo Orientações Técnicas (2009), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada que tem como objetivo implementar a política de assistência social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É responsável por proporcionar serviços de proteção social básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social, visando beneficiar famílias em todas as regiões do território nacional. Devido a sua capilaridade nos territórios, o CRAS é considerado a principal porta de entrada para a rede de proteção do SUAS, proporcionando o acesso de muitas famílias às ações sociais de assistência.

É uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do SUAS, no seu território de

---

<sup>14</sup> Terceiro Setor é um termo sociológico utilizado para definir organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público.

abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que conte com espaço físico e equipe compatível. Quando realizados em outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem estar vinculados ao CRAS.

A oferta dos serviços no CRAS deve ser devidamente planejada, considerando o conhecimento prévio do território, incluindo as famílias que nele vivem, seus anseios, necessidades e potencialidades. Além disso, é importante realizar um mapeamento acerca da ocorrência de situações de risco e vulnerabilidade social, bem como das ofertas já existentes.

Segundo Matão (2023), o CRAS existe para melhorar as condições de vida das pessoas. Para isso, conta com uma equipe especializada de profissionais, entre assistentes sociais e psicólogos, que oferece acolhimento, ouvido, orientações e encaminhamento para os serviços sociais e de assistência necessários. Tem como objetivo promover a Proteção Social Básica das famílias vulneráveis, mediante a interação entre elas, os grupos comunitários, bem como as redes socioassistenciais públicas e privadas existentes no município.

As ações do CRAS em Matão são:

- Visitas domiciliares;
- Atualização de fichas sociais;
- Levantamento das necessidades das famílias;
- Identificação de perfil para inclusão em benefícios sociais;
- Orientação sobre requisitos e condicionalidades dos programas sociais;
- Encaminhamento e acompanhamento de famílias à rede de assistência;
- Apoio a reuniões e ações comunitárias;
- Palestras para comunidade e para as famílias;
- Acompanhamento da família até a superação de seus problemas;
- Atendimentos com a Assistente Social e com a Psicóloga (escuta).

Já os serviços ofertados pelo CRAS são:

- PAIF – Programa de Atenção Integral à Família;
- Inclusão de famílias em programas de transferência de renda (Renda Cidadã). Ação jovem e SP amigo do idoso;
- Inclusão de crianças no Programa Viva Leite;

- Preenchimento, orientações e encaminhamento sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único;
- Orientação e encaminhamento para inclusão de pessoas idosas e pessoas com deficiência no BPC – Benefício de Prestação Continuada;
- Oferta de oficinas de pintura, artesanato e geração de renda;
- Orientação e encaminhamento para cursos de qualificação profissional;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Pessoas Idosas;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Jovens;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Crianças e Adolescentes;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com Mulheres.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Matão abriga, atualmente, além de sua unidade central, seis CRAS<sup>15</sup>: São José, IV Centenário, Santa Rosa, Portal, Paraíso e Bairro Alto, os quais, embora popularmente conhecidos pelos nomes dos bairros em que estão instalados, atendem regiões em que há maior vulnerabilidade social. Os bairros os quais são abrangidos por cada CRAS estão demonstrados no Anexo D.

#### **2.1.4. Bolsa Família em Matão-SP**

Além de oferecer uma renda básica para famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família visa integrar políticas públicas, a fim de proporcionar o acesso desses lares aos direitos básicos como: saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família não somente auxilia na restauração da dignidade e da cidadania dessas famílias, como também oferece ações complementares com vista à superação da miséria e às transformações necessárias na sociedade, tais como serviços sociais, esporte, ciência e trabalho. Segundo Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único (2023), seguem os benefícios do Bolsa Família em junho/2023 no município de Matão/SP:

---

<sup>15</sup> A relação dos CRAS de Matão/SP, endereços, telefones, horários de funcionamento e e-mails encontram-se no Anexo C.



- **9.138 Benefícios de Renda de Cidadania (BRC):** no valor de R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) por integrante, destinado a todas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- **3.352 Benefício Complementar (BC):** destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família cuja soma dos valores relativos aos benefícios financeiros de que trata o inciso I deste parágrafo seja inferior a R\$ 600,00 (seiscentos reais), calculado pela diferença entre este valor e a referida soma;
- **1.713 Benefícios Primeira Infância (BPI):** pago por criança, no valor de R\$ 150,00, para famílias beneficiárias que possuam em sua composição crianças com idade entre 0 (zero) e 7 (sete) anos incompletos;
- **2.700 Benefício Variável Familiar (BVF):** no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição:
  - Gestantes;
  - Nutrizes;
  - Crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos; ou
  - Adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos.
- **47 Benefício Extraordinário de Transição (BET):** destinado exclusivamente às famílias que constarem como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na data de entrada em vigor deste inciso, que será calculado pela diferença entre o valor recebido pela família em maio de 2023 e o que vier a receber em junho de 2023.

Com isso, no mês de junho de 2023 (momento em que foi definida a amostra), o município de Matão/SP teve 3.608 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, sendo 9.138 pessoas, totalizando um investimento de R\$ 2.458.240,00 e um benefício médio de R\$ 681,33 por família. Porém, desse total de famílias beneficiadas, 3.048 foram realmente atendidas. As demais estavam bloqueadas, por possuírem divergências pelo Governo Federal.

Quando uma família entra no programa, ela e o poder público assumem compromissos para reforçar o acesso de crianças, adolescentes, jovens e gestantes à saúde e à educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades.

Em março de 2023, 3.475 beneficiários(as) de 4 a 18 anos incompletos tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação. O município de Matão/SP conseguiu acompanhar 3.432 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 98,8% na educação. O resultado nacional de acompanhamento foi de 70,0%.

O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar muito promissor. Entretanto, é fundamental que a Gestão Municipal do PBF continue procurando identificar os beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola em que estudam (“não localizados”), a fim de realizar ações de orientação às famílias para que informem nas escolas que suas crianças e jovens são beneficiários do PBF e para que atualizem o Cadastro Único quando houver mudança de escola, ou ainda realizando a busca ativa de beneficiários que estejam fora da escola.

Em fevereiro de 2023, 5.746 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e as mulheres. O município de Matão/SP conseguiu acompanhar 4.795 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 83,4% na saúde. O resultado nacional de acompanhamento foi de 78,8%.

Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde muito promissor. No entanto, é fundamental que o gestor municipal do PBF continue se articulando com o coordenador municipal do PBF na Saúde, que é o responsável técnico pelo monitoramento desse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde.

## **2.2. Caminho metodológico**

### **2.2.1. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)**

Conforme mencionado na revisão da literatura, atualmente a EBIA é composta por 14 perguntas fechadas, que estão demonstradas no Quadro 1 abaixo:

**Quadro 1:** Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

<b>Escala EBIA</b>
<b>1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?</b>
<b>2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?</b>
<b>3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?</b>
<b>4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?</b>
<b>5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>
<b>14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?</b>

Fonte: Brasil (2014)

A pontuação para a classificação dos níveis de segurança ou insegurança alimentar das famílias entrevistadas neste estudo se deu através da somatória de valor 1 para cada resposta afirmativa. As pontuações para domicílios com crianças são diferentes das usadas para classificar os domicílios onde possuem apenas adultos, porque nestes casos são utilizadas apenas oito das quatorze perguntas da escala (Brasil, 2014). São considerados os pontos de corte segundo o nível de segurança/insegurança alimentar, demonstrados a seguir na Tabela 1:

**Tabela 1: Classificação dos níveis de segurança/insegurança alimentar**

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
<b>SA</b>	0	0
<b>IAL</b>	1-5	1-3
<b>IAM</b>	6-9	4-5
<b>IAG</b>	10-14	6-8

\* SA: Segurança Alimentar; IAL: Insegurança Alimentar Leve; IAM: Insegurança Alimentar Moderada; IAG: Insegurança Alimentar Grave.

Fonte: Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008)

Segundo as autoras Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008), esta escala permite a classificação das famílias em quatro categorias:

- **Segurança Alimentar (SA):** quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem a preocupação com a falta de alimentos no futuro;
- **Insegurança Alimentar Leve (IAL):** quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, logo, há um risco para a sustentabilidade alimentar e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta;
- **Insegurança Alimentar Moderada (IAM):** quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas, e;
- **Insegurança Alimentar Grave (IAG):** quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como para a de crianças residentes no domicílio. Nesta última, há evidente quebra nos padrões usuais de alimentação das famílias, com alta possibilidade de ocorrência de fome.

Conforme demonstrado, a EBIA é um método que mede a situação alimentar domiciliar, com o objetivo de captar diferentes dimensões da Insegurança Alimentar, desde o medo de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta e limitação da qualidade dos alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já alcançado. Foi aplicado diretamente a uma pessoa da família, responsável pela alimentação do domicílio, por meio de um questionário com 14 questões fechadas (já apresentadas anteriormente), sendo uma escala que mede a percepção da pessoa de referência sobre a situação alimentar domiciliar.

### 2.2.2. População e Amostra

Os levantamentos por amostragem têm o propósito de reproduzir fielmente a realidade em estudo. Esses levantamentos são aplicados a um conjunto real, chamado de população de estudo, composto por elementos. Os dados são coletados em amostras dessa população de estudo, e as medidas calculadas (estimativas) passam a representar as informações disponíveis sobre os valores populacionais desconhecidos (parâmetros). Esses levantamentos permitem obter informações acerca de valores populacionais desconhecidos ao observar apenas uma parte (amostra) do universo de estudo (população). Os elementos da população são as unidades de observação e análise. O conceito matemático de população se refere ao conjunto de elementos que possuem pelo menos uma característica em comum. A unidade amostral é a mesma unidade de observação e análise, constituindo a menor parte distinta da população (Ferreira, 2009).

De acordo com Moore (2011), a população em uma pesquisa estatística refere-se ao conjunto completo de indivíduos dos quais desejamos obter informações. Por outro lado, uma amostra representa uma parte selecionada dessa população, na qual realizamos exames com o intuito de coletar informações. Utilizamos uma amostra para tirar conclusões abrangentes sobre toda a população. Um planejamento amostral descreve minuciosamente como selecionar uma amostra a partir de uma população.

Segundo Levine, Stephan e Szabat (2015), há três razões principais para selecionar uma amostra:

- Selecionar uma amostra requer menos tempo do que selecionar todos os itens na população;
- Selecionar uma amostra é menos custoso do que selecionar todos os itens na população;
- Analisar uma amostra é menos complicado e mais prático do que analisar toda a população.

Dentre os diversos métodos disponíveis para obtenção de amostras, a amostragem probabilística se destaca por assegurar, previamente, que cada elemento do universo de estudo possua uma probabilidade, conhecida e diferente de zero, de pertencer à amostra sorteada (Ferreira, 2009). Recomenda-se fortemente o uso de amostragem probabilística para garantir a representatividade da amostra, pois o acaso

será o único responsável por eventuais discrepâncias entre população e amostra (Costa Neto, 2002).

Os quatro tipos mais habitualmente utilizados de amostras probabilísticas são: amostras simples, amostras sistemáticas, amostras estratificadas e amostras por conglomerado (Levine; Stephan; Szabat, 2015).

A amostragem estratificada consiste em determinar a quantidade de elementos que serão selecionados em cada estrato. Geralmente, são considerados três tipos de amostragem estratificada: uniforme, proporcional e ótima. Na amostragem estratificada uniforme, um número igual de elementos é sorteado em cada estrato. Na amostragem proporcional, o número de elementos sorteados em cada estrato é proporcional à sua quantidade na população. Já a amostragem estratificada ótima leva em conta tanto o número de elementos do estrato quanto a variação da variável de interesse nesse estrato, medida pelo desvio-padrão (Costa Neto, 2002).

No caso desta pesquisa empírica, a população considerada foram as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Matão, em junho de 2023, as quais se dividem pelo atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social, totalizando 3.048 famílias. O tamanho da amostra selecionada na pesquisa de campo foi de 100 famílias, ou seja, 3,28% da População, o qual será explicado mais adiante. O método adotado foi o da Amostragem probabilística (também chamada de casual) estratificada proporcional por CRAS (ver Tabela 2), pelo fato de o número de atendimento das famílias ser maior em umas entidades comparado a outras.

**Tabela 2: Tamanho da Amostra de famílias beneficiárias do Bolsa Família pelas entidades responsáveis**

<b>ENTIDADES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>AMOSTRA</b>	<b>%</b>
CRAS Bairro Alto	422	14	3,32%
CRAS IV Centenário	539	18	3,34%
CRAS Paraíso	491	16	3,26%
CRAS Portal	572	19	3,32%
CRAS Santa Rosa	477	15	3,14%
CRAS São José	547	18	3,29%
<b>TOTAL</b>	<b>3.048</b>	<b>100</b>	<b>3,28%</b>

Fonte: Elaborada pelo pesquisador, 2023.

O tamanho da amostra foi determinado com base na estimativa da proporção populacional. A fórmula para o cálculo do tamanho da amostra para uma estimativa confiável da PROPORÇÃO POPULACIONAL ( $p$ ) é dada por:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

Equação 1

Onde:

$n$  = Número de indivíduos na amostra;

$Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado (os valores de confiança mais utilizados e os valores de  $Z$  correspondentes podem ser encontrados na Tabela 3);

$p$  = Proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria que se interessa estudar;

$q$  = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertencem à categoria que se interessa estudar ( $q = 1 - p$ );

$E$  = Margem de erro máximo de estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional ( $p$ ).

**Tabela 3: Valores críticos associados ao grau de confiança na amostra**

<b>Grau de Confiança</b>	<b><math>\alpha</math></b>	<b>Valor Crítico <math>Z_{\alpha/2}</math></b>
90%	0,10	1,645
95%	0,05	1,96
99%	0,01	2,575

Fonte: Levine; Berenson; Stephan, 2000.

Esta fórmula é aplicada quando o  $p$  e  $q$  são conhecidos e quando a população é considerada infinita<sup>16</sup>. Neste caso, aplicando-se a Equação 1 (utilizando a ferramenta Microsoft Excel®), com os valores determinados do nível de confiança = 90%, logo  $Z = 1,645$ ; o erro amostral permitido de 6,5% e os valores de  $p = 81\%$  e  $q = 19\%$  (obtidos

<sup>16</sup> Quando a população de onde é retirada a amostra é muito grande, ou seja, quando a amostra tenha tamanho  $n$  menor do que 5% da população (Levine; Berenson; Stephan, 2000).

com base em pesquisa similar a esta - Traldi, 2011), se obtém uma amostra de 98,57 famílias, a qual foi arredondada para 100 famílias.

### 2.2.3. O formulário e suas dimensões

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o formulário que, segundo Cervo, Bervian e Silva (2007), trata-se de uma lista informal, catálogo ou inventário elaborado para coleta de dados obtidas por meio de observação ou interrogatório, sendo o preenchimento feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas. O formulário<sup>17</sup> utilizado neste estudo foi baseado no trabalho de mesmo objetivo realizado na cidade de Araraquara-SP (Traldi, 2011), o qual adaptou perguntas de estudos anteriores (Almeida, 2008; Paulillo *et al.*, 2009).

Além da apresentação formal da pesquisa e de uma pergunta sobre quais outros programas os beneficiários participavam, constante na primeira folha, os formulários continham oito módulos relacionados a:

**1) Informações gerais do domicílio** (questões 1 a 11): sobre a localização do domicílio (urbano ou rural); endereço (tipo, nome e número do logradouro; bairro; CEP e telefones); situação domiciliar (alugada; própria, já paga; financiada; cedida ou outra condição); material predominante na construção (alvenaria; madeira; taipa não revestida; palha; outros); proveniência da água utilizada (rede geral de distribuição, poço ou nascente, caminhão pipa ou outra); existência de banheiro com privada (dentro ou fora da casa); destino dado ao lixo (coletado pela prefeitura, queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou jogado no córrego, rio, lago ou mar); tipo de esgoto sanitário (rede coletora de esgoto, fossa, vala ou direto para o rio, lago ou mar); fornecimento de energia elétrica (relógio próprio, compartilhado; sem relógio; não tem energia ou outra); o que mais usa para cozinhar (eletricidade; gás de botijão; gás encanado; carvão ou lenha; outros; não cozinha) e quantas vezes, nos últimos 12 meses, recebeu visita de agentes comunitários de saúde ou assistentes sociais.

**2) Caracterização da segurança alimentar/fome** (questões 1 a 14): este módulo utiliza as perguntas da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), já abordada. São questões relacionadas ao acesso e disponibilidade (quantidade,

---

<sup>17</sup> Ver Anexo A.



qualidade, recursos financeiros) de alimentos das famílias, referentes aos últimos 3 meses.

**3) Características sociodemográficas** (questões 1 a 4): começando pelo chefe da família e em seguida pelos demais membros, o nome, sexo, idade, cor e relação de parentesco com o chefe do domicílio; características de escolaridade (se frequenta creche ou escola; qual o nível ou série) e trabalho das famílias (atividade de ocupação; se trabalha com carteira assinada; e para área rural, se toca a lavoura/criação); e características das famílias com menores de 14 anos (refeições servidas nas escolas/creches; tipo de transporte (gratuito ou não); se os menores de 2 anos mamam no peito ou comem/bebem outros tipos de alimentos/bebidas; se algum menor de 14 trabalha fora de casa);

**4) Caracterização do padrão de consumo alimentar do beneficiário** (questão 1): número de dias da semana que o beneficiário faz as refeições (café da manhã, almoço e jantar);

**5) Condições de saúde e trabalho** (questões 1 a 8): se alguém da família deixou o trabalho para cuidar de pessoa doente; se alguém da família ficou internado no hospital; se alguém da família deixou de trabalhar pelo menos 1 dia por ingestão excessiva de álcool; se alguém apresenta problema crônico de saúde como hipertensão ou diabetes; por quem é feito o trabalho de cuidado e limpeza da casa; por quem as crianças menores de 6 anos são cuidadas; se alguém na casa fuma; e quanto é gasto com cigarro/fumo;

**6) Apoio e proteção social** (questões 1 a 7): se os moradores do domicílio recebem ajuda em forma de alimento; o tipo de ajuda (cesta básica, leite, vegetais e frutas, refeições prontas ou outros alimentos); a quantidade e se a frequência é esporádica ou regular; o doador da ajuda (governo, amigos, igreja, familiares, feira, banco de alimentos, assistência social ou outros); se os moradores receberam nos últimos 6 meses ajuda em dinheiro (Bolsa Família, Renda Cidadã, PETI, parentes e amigos ou outros programas); se houve interrupções da ajuda/benefício; local que recebe o benefício; como chegar ao local; e como considera o recebimento do recurso;

**7) Características do trabalho e da renda da família** (questões 1 a 6): informações sobre a renda principal e de outros trabalhos do chefe da família e demais membros; forma de pagamento das compras de alimentos (à vista, sistema de cadernetas, a prazo, com trabalho ou outros); existência de dívidas em relação a compra

de alimentos; e a quantidade de dinheiro gasto com despesas alimentares, de educação e saúde durante o mês;

**8) Inserção do programa na família** (questões 1 a 14): refere-se às percepções das famílias em relação ao programa e às entidades responsáveis por este. Perguntas relacionadas aos valores dos benefícios recebidos; se este benefício é suficiente e o quanto deveria aumentar; tempo de inserção no programa; avaliação do programa (bom, regular, ruim, muito bom); principais gastos com os benefícios (alimentação, material escolar, remédios, vestuário, lazer, gás, luz, água ou outros); como o beneficiário ficou sabendo do programa; conhecimento profundo do programa; reputação das entidades; reclamações; dúvidas; e qualidade no atendimento das entidades.

#### **2.2.4. Coleta e Análise de Dados**

Após a autorização (Anexo E) do responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania para a realização das pesquisas de campo, e após a apresentação da pesquisadora e do projeto aos demais gestores e funcionários da Secretaria e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), foi iniciada a coleta de dados.

O recrutamento dos participantes foi feito com auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Matão. Na maioria dos CRAS, a pesquisadora ficava de plantão, e à medida que as pessoas os procuravam para requisição de passes, leite, cestas básicas, fazer a atualização cadastral, saber informações do Bolsa Família, por bloqueio de algum dos benefícios, por alguma reunião agendada com os assistentes sociais (plantões sociais) ou por reuniões semanais dos programas, era perguntado se eram beneficiárias do Programa Bolsa Família e no caso de resposta afirmativa, eram apresentadas à pesquisa. Em um dos CRAS, a coordenadora conseguiu agendar com os beneficiários, via telefone, horários determinados para comparecerem ao CRAS para a pesquisa. Mas também, caso chegassem beneficiários que não estavam agendados, mas iam ao CRAS por algum outro motivo já descrito acima, também eram apresentados à pesquisa. Dessa maneira, não foi necessária a cessão de dados pessoais dos participantes, não violando a Lei Geral de Proteção de Dados.

A aplicação dos formulários foi realizada com 100 beneficiários, iniciando no final de janeiro de 2024 no CRAS Bairro Alto e finalizando na primeira quinzena de março de 2024 no CRAS Portal.

Esse período de um mês e meio se deu devido à disponibilidade da pesquisadora, sendo sua presença nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) limitada a apenas um período diário. Além disso, todas as demandas pelos serviços prestados nos CRAS requeriam agendamento prévio, e nem todas estavam relacionadas ao Programa Bolsa Família (PBF), o que resultava em dias nos quais não era possível realizar entrevistas. Além disso, cada entrevista durava cerca de 20 minutos, sendo que algumas se estendiam bem mais, devido à complexidade das situações enfrentadas pelas pessoas em vulnerabilidade, seja ela social, econômica ou pessoal, e em muitos casos, alguns entrevistados se sentiam à vontade para expressar seus problemas e percepções sobre as entidades e suas dificuldades pessoais; assim, o tempo se tornava curto. Porém, essas interações enriqueceram a pesquisa, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos beneficiários do programa.

A entrevista semiestruturada com o gestor local do Programa Bolsa Família foi realizada em maio de 2024.

Para análise e interpretação dos dados, foram utilizados (com auxílio do Microsoft Excel®) elementos estatísticos como números índices, tabelas, distribuições percentuais e gráficos, os quais foram produzidos por variáveis primárias levantadas na pesquisa e em variáveis derivadas, com o cruzamento de mais de uma variável primária (análise descritiva), a fim de apresentar os principais resultados para analisá-los com informações da etapa qualitativa, para a elaboração do diagnóstico das efetividades e entraves do programa em Matão, em relação aos beneficiários e à gestão.

#### **2.2.5. Entrevista semiestruturada**

Foi realizada entrevista semiestruturada com o gestor local do Programa Bolsa Família do município de Matão, responsável pelo Cadastro Único e pelo cumprimento de todas as condicionalidades existentes (saúde e educação).

Os roteiros<sup>18</sup> para a entrevista são semelhantes aos utilizados em pesquisa similar a esta (Traldi, 2011), que tiveram como objetivo levantar aspectos relacionados ao funcionamento do programa, à gestão, como cadastramento, condicionalidades, controle social, segurança alimentar, intersetorialidade, gestão compartilhada e à opinião do gestor sobre as repercussões do programa na segurança alimentar das famílias.

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, permitindo ao informante discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador segue um conjunto de questões previamente definidas, mas conduz a entrevista em um contexto semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve estar atento para direcionar a discussão, quando necessário, para o assunto de interesse, fazendo perguntas adicionais para esclarecer pontos que não ficaram claros ou para recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha se desviado do tema ou encontrado dificuldades. Esse tipo de entrevista é amplamente utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo um direcionamento mais preciso para o tema e intervindo para garantir que os objetivos sejam alcançados. Tem como vantagem produzir uma melhor amostra da população de interesse (Boni; Quaresma, 2005).

A entrevista foi realizada diretamente com o gestor local, através de uma conversa de forma presencial na qual foi apresentada todas as perguntas, para obtenção das respostas posteriormente. O pesquisador foi responsável pelo armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade dos participantes da pesquisa.

### **2.3. Critérios Analíticos e Indicadores de Avaliação**

A avaliação tem desempenhado um papel crucial na gestão do conhecimento e na viabilização de programas e projetos. Ela permite o redirecionamento dos objetivos, quando necessário, bem como a reformulação de rumos e propostas, fornecendo informações relevantes para tomadas de decisão. A avaliação das políticas não deve ser apenas vista como uma forma de aperfeiçoar ou redirecionar os programas implementados pelo governo, mas, acima de tudo, como uma ferramenta essencial para prestar contas à sociedade sobre as ações governamentais (Almeida, 2008).

---

<sup>18</sup> Ver Anexo B.

Segundo o UNICEF (1990 *apud* Cunha, 2018), a avaliação é um processo sistemático e objetivo que analisa um projeto ou programa, seja concluído ou em andamento, com o objetivo de avaliar seu desempenho, implementação e resultados. Essa avaliação busca determinar a eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância dos objetivos do projeto ou programa.

Para Santos (2011), a avaliação de políticas públicas vai além de ser um instrumento para melhorar ou corrigir a gestão governamental, sendo também uma ferramenta para aumentar a transparência das ações dos governantes. Analisar essas políticas, focando apenas em metas e resultados quantificáveis, pode levar a uma apreciação parcial de sua importância. Portanto, é essencial considerar também a dimensão qualitativa dos resultados alcançados. No entanto, conceitos como eficiência, eficácia e impacto desempenham um papel crucial, pois possibilitam uma interpretação conjunta e uma correlação entre as diferentes etapas da política pública: planejamento, desenvolvimento e execução.

Os critérios analíticos ou avaliativos fundamentais comumente utilizados para a avaliação de políticas públicas são: eficiência, eficácia e efetividade social. Esses critérios têm como objetivo avaliar o desenvolvimento e a implementação da política pública como um todo e não são neutros ou universalmente válidos. Eles refletem, de forma explícita ou implícita, princípios, objetivos, valores e concepções sobre o objeto da política e seu papel na sociedade (Belloni; Magalhães; Souza, 2001). No entanto, é importante fazer uma distinção entre esses conceitos, pois geralmente são tratados de maneira equivalente.

Segundo Belloni, Magalhães e Sousa (2001), a eficiência refere-se ao grau de aproximação e à relação entre o planejado e o realizado, envolvendo a combinação adequada de recursos e instrumentos necessários para alcançar os resultados desejados. Isso abrange também as metodologias, procedimentos e ferramentas de planejamento, projeção e tratamento de dados. Por sua vez, a eficácia diz respeito ao resultado alcançado em um processo, levando em consideração a abordagem metodológica adotada e as ações realizadas para atingir os objetivos e metas dentro de um prazo determinado, conforme estabelecido no plano, programa ou projeto originalmente proposto. Por último, a efetividade revela em que medida os resultados obtidos correspondem aos objetivos estabelecidos em um programa.

Em resumo, conforme Souza (2008 *apud* Sano; Montenegro Filho, 2013), a efetividade é percebida por meio da avaliação das transformações que ocorrem como resultado da ação realizada. A eficácia está relacionada à comparação entre as metas alcançadas e as metas pretendidas, enquanto a eficiência se refere à capacidade de realizar mais com menos recursos.

A pesquisa avaliativa, assim como qualquer outro tipo de pesquisa, se beneficia da formulação de hipóteses de trabalho, pois elas fornecem uma estrutura para o desenvolvimento da análise, atuando como um fio condutor. A formulação das hipóteses deve seguir princípios de clareza e verificabilidade, tanto analítica quanto empiricamente, com base no modelo conceitual adotado, que sustenta a análise e se traduz em um conjunto de variáveis que podem ser operacionalizadas (Belloni; Magalhães; Souza, 2001).

Na pesquisa avaliativa de política pública, as hipóteses podem ser derivadas de três origens: dimensões teóricas ou conceituais (relacionadas à área de política pública ou ao objeto da política em questão), gestão de políticas e resultados da política implementada. As variáveis ou categorias de análise na pesquisa avaliativa são formuladas com base nessas hipóteses. Para verificar a evolução e o comportamento dessas variáveis, é necessário elaborar indicadores quantitativos e qualitativos (Belloni; Magalhães; Souza, 2001).

A definição de um indicador, ou de um conjunto de indicadores, tem como objetivo identificar as características essenciais de uma determinada realidade e expressá-las por meio de valores quantificáveis e/ou qualificáveis. No entanto, é importante destacar que nenhum sistema de indicadores, por mais complexo e sofisticado que seja, será capaz de representar a realidade de forma exata, ou seja, sempre haverá uma perda de algum elemento dessa realidade (Almeida, 2008). No entanto, essa perda pode ser compensada ao considerar um sistema de indicadores que evidencie os elementos determinantes das configurações sociais, econômicas, culturais e políticas dessa realidade. Dessa forma, tais indicadores podem contribuir com informações relevantes para promover mudanças desejadas, como, por exemplo, no caso deste trabalho, o aprimoramento da execução das políticas públicas.

Os indicadores podem ser agrupados metodologicamente de acordo com diferentes classificações, que refletem as diferenças entre as fontes de origem dos dados e informações que geram o indicador, as técnicas utilizadas na sua construção e a

finalidade da sua aplicação (Almeida, 2008). Para avaliação dos resultados da eficácia, há um conjunto de indicadores que permite entender e avaliar o resultado concreto da política através de:

- Indicadores quantitativos (objetivos): valores mensuráveis, como cifras absolutas, taxas, proporções, médias, índices ou distribuições por classes, que permitem mensurar os efeitos (respostas) concretos da ação da Política, e;
- Indicadores qualitativos (subjetivos): referem-se a uma apreciação, a um juízo de valor feito por um indivíduo ou um grupo de pessoas em relação à ação da Política.

Nesse contexto, a eficácia é entendida como o grau de concretização dos efeitos (impactos) desejados pela Política. Avaliar a eficácia de um programa consiste em comparar os objetivos estabelecidos com os resultados alcançados, identificando as diferenças entre as ações planejadas e as efetivamente realizadas em todas as escalas em que a política é implementada.

### 2.3.1. Caracterização dos titulares e membros da família

A seguir, no Quadro 2, serão demonstrados os indicadores utilizados para análise e cruzamento dos dados obtidos na pesquisa de campo, através das entrevistas realizadas:

**Quadro 2:** Indicadores de caracterização dos titulares e membros da família

Perfil dos titulares e membros das famílias	Sexo do titular
	Tipo de família
	Cor/raça do titular
	Número total de moradores por domicílio
	Número de moradores menores de 18 anos
	Idade dos membros da família
Escolaridade e Renda	Escolaridade do titular
	Maior escolaridade familiar
	Quantidade de menores de 18 anos estudantes
	Renda média total das famílias beneficiárias baseada no salário-mínimo

Alimentação, Apoio e Proteção Social	Padrão de consumo alimentar do titular
	Refeição média escolar dos menores de 14 anos
	Tipo de pagamento em relação à compra de alimentos
	Dívidas em relação à compra de alimentos
	Recebimento de ajuda em forma de alimento
	Frequência da ajuda em forma de alimento
	Doador da ajuda em forma de alimento
	Recebimento da ajuda em dinheiro
	Principais gastos com os benefícios do Bolsa Família
Saúde e Trabalho	Existência de problema crônico de saúde nas famílias beneficiárias
	Situação de trabalho do titular

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

## 2.4. Considerações Éticas

O projeto seguiu o protocolo de ética em pesquisa com seres humanos e foi aprovado pelo Parecer consubstanciado nº. 6.495.101 do Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos (ver Anexo F), após atendidas algumas pendências, bem como constou aos sujeitos pesquisados os esclarecimentos sobre os possíveis riscos que poderiam ser causados (como traumas e/ou constrangimentos, os quais foram atenuados por meios de conversas, conselhos e explicações com o pesquisador), através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido informado (ver Anexo G).

## 3. DIAGNÓSTICO SOCIODEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MATÃO/SP: ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA

### 3.1. Análise Qualitativa

#### 3.1.1. Contextualização da gestão local do Programa

A gestão do Programa Bolsa Família no município de Matão está alocada no interior da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDS), que é o órgão responsável pelo programa local, o qual se insere especificamente o setor do Cadastro



Único para Programas Sociais (CadÚnico). Segundo o gestor local, a data do primeiro Cadastro Único realizado no município de Matão-SP ocorreu em 18 de dezembro de 2001. Sabendo que o programa Bolsa Família foi oficialmente criado em 09 de janeiro de 2004, pode-se dizer que desde tal data o município já participava do Programa.

O atendimento socioassistencial das famílias, incluindo as inscritas no CadÚnico, foi descentralizado na atual gestão e é realizado pelos seis Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): São José, IV Centenário, Santa Rosa, Portal, Paraíso e Bairro Alto. As famílias podem ser atendidas diretamente nos CRAS ou, quando necessário, por meio de visitas domiciliares realizadas por assistentes sociais.

A estrutura do núcleo da gestão do PBF se divide em: um gerente de Programas Sociais, que tem como uma de suas atribuições a coordenação municipal do CadÚnico (gestor local), e encontra-se situado na SEDS; e cada CRAS com assistentes sociais, psicólogos, educador social, recepcionista, auxiliar administrativo (cadastrador) e auxiliar de serviços gerais. A gestão do PBF dispõe de um espaço físico confortável, com equipamentos como: computadores, armários, arquivos, impressoras, materiais de escritório e bancos de espera. Segundo o gestor local, todos os cadastradores possuem computadores atualizados, impressoras multifuncionais e os suprimentos necessários para atendimento na sede. Quando necessário realizar visitas domiciliares, eles utilizam tablet para inserir as informações no sistema de cadastramento. No entanto, ao realizar a coleta de dados nos CRAS, observou-se a falta de funcionários em um dos CRAS, sobrecarregando outros servidores, além de uma estrutura mais antiga em alguns deles, sem climatização adequada, podendo ocasionar uma perda na qualidade do serviço.

O coordenador municipal tem como função a manutenção dos benefícios e índices estipulados pelo Governo Federal. Ele faz a manutenção das Taxas de Atualização Cadastral (TAC), acompanhamento das condicionalidades, averigua e verifica possíveis fraudes. Além disso, o coordenador municipal deve propor e propiciar meios para que as famílias tenham seus cadastros atualizados e condizentes com a realidade em que vivem, bem como proporcionar mecanismos de ação para que essas famílias cumpram as condicionalidades de saúde e educação.

Em relação aos profissionais, o Gestor afirma que todos os cadastradores dos CRAS passaram por capacitações oferecidas pelo Coordenador Municipal e pelo Governo Federal, demonstrando qualificação para desempenhar suas atribuições. Em relação à remuneração, acredita que o valor seja compatível com as responsabilidades,

especialmente quando comparado a outros municípios de mesmo porte. O gestor também mencionou que os colaboradores estão motivados a realizar suas funções, mas ficam desmotivados quando percebem que o responsável pela unidade familiar está omitindo informações, embora não possam tomar medidas, uma vez que o cadastro é autodeclaratório.

Os profissionais se comunicam constantemente por meio de grupos de WhatsApp®, sistema municipal e telefone, garantindo que as famílias recebam tratamentos isonômicos e que a comunicação entre os profissionais seja harmoniosa. Os diálogos são frequentes e flexíveis, tanto entre os profissionais quanto com a coordenação municipal. As reuniões ocorrem de forma periódica, exceto durante os processos de averiguação e revisão cadastral, que podem causar um aumento na demanda e, conseqüentemente, uma defasagem no período das reuniões.

No que diz respeito ao cadastramento e à divulgação/comunicação com os beneficiários, o gestor informa que a procura geralmente ocorre de modo espontâneo no município. No entanto, a Coordenação Municipal utiliza um número corporativo para realizar publicações em comunidades e status do WhatsApp®, além de fazer divulgações na imprensa quando novos programas são lançados. A comunicação é feita por meio de mensagens instantâneas pelo WhatsApp® e de forma presencial em todas as unidades dos CRAS.

O gestor afirma que o município atualmente atende 3.678 famílias pelo Programa Bolsa Família, totalizando 9.537 beneficiários. Esse número foi obtido do Relatório de Informações – RI v.4, disponível no link <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>, conforme os dados históricos fornecidos pelo VIS DATA 3 beta. A quantidade de beneficiários no município varia entre 3.400 e 3.900, nunca ultrapassando esse intervalo, com um aumento exponencial durante a entrada de migrantes no período da safra da laranja.

A seleção dos beneficiários ocorre por meio da qualificação dos dados cadastrais, integrando os sistemas de cadastramento, seleção e pagamentos mantidos pela Caixa Econômica Federal e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. A captação, cadastramento e recadastramento no Cadastro Único são realizados de forma agendada nos CRAS, por meio de busca ativa ou através de processos de averiguação e revisão cadastral determinados pelos órgãos gestores, tanto federais quanto municipais.

O gestor comenta que a vulnerabilidade das famílias é avaliada com base na renda per capita do Cadastro Único, calculada automaticamente via sistema. São consideradas tanto as rendas anuais quanto as mensais, adotando-se o menor valor entre elas. As vulnerabilidades podem abranger diversas áreas, e, em situações extremas, o município se desloca até o local onde a família se encontra para fornecer as orientações necessárias. Se for o caso, o atendimento é integrado com equipes de saúde e outras redes intersetoriais.

Quando a Taxa de Atualização Cadastral é alcançada, a principal tarefa do gestor é mantê-la. Devido ao prazo de atualização ser de 24 meses, muitas famílias cadastradas não comparecem na data para atualizar seus dados, o que faz com que o índice de atualização diminua. Além disso, o gestor deve monitorar o cumprimento das condicionalidades, especialmente o acompanhamento na área da saúde e educação.

Em relação ao cumprimento das condicionalidades, o coordenador municipal é o responsável. No que diz respeito à condicionalidade de Educação, o coordenador municipal imprime os formulários para as instituições de ensino, e motoristas da SEDS realizam a entrega nas escolas, coletando a assinatura do colaborador que recebe o documento. Após o preenchimento, a coordenação municipal recolhe os formulários para lançá-los no Sistema Presença. Quanto à condicionalidade de Saúde, o coordenador municipal imprime os formulários para cada Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS), e motoristas efetuam a entrega. Após a coleta das informações, os documentos são recolhidos e inseridos no sistema eGestor AB.

O gestor relata que não há grandes dificuldades no acompanhamento da condicionalidade da Educação, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação fornece acesso à Secretaria de Educação do Estado quando necessário e os formulários são preenchidos pelas escolas. O principal problema é a ausência de abono de faltas quando as famílias apresentam atestados ou outros comprovantes na escola, comprometendo a frequência escolar. No que diz respeito à Saúde, a maior dificuldade é o comparecimento das famílias para realizar a antropometria das crianças de 0 a 7 anos. Contudo, essa não é uma situação isolada, pois essa problemática ocorre em diversos municípios, onde há uma baixa procura das famílias pela pesagem e medição das crianças.

As técnicas dos CRAS organizam grupos de discussão e realizam reuniões quando há descumprimento das condicionalidades do Programa, com o objetivo de que

as famílias compreendam a importância de cumpri-las. No entanto, o cumprimento dessas condicionalidades depende também do entendimento e da colaboração das próprias famílias. Além disso, a coordenação municipal está planejando implementar um método interativo e móvel para facilitar o cumprimento das condicionalidades, especialmente na área da saúde, que apresenta o menor índice de cumprimento e é a mais difícil de alcançar, necessitando de maior participação das famílias para a melhoria dos resultados.

O município de Matão conta com um total de 51 unidades de ensino que atendem crianças, adolescentes e jovens de 0 a 17 anos, público-alvo do Programa, além de 17 Unidades Básicas de Saúde (UBS) para o acompanhamento das condicionalidades de Saúde.

Embora o cumprimento das condicionalidades seja responsabilidade do coordenador municipal do Programa, as Secretarias de Saúde e Educação também participam ativamente, com um diálogo contínuo entre a gestão e os gestores de cada pasta. Reuniões entre os gestores ocorrem quando não é possível resolver as questões de forma eletrônica, devido à incompatibilidade dos calendários e horários das coordenações. A metodologia de trabalho atual tem proporcionado índices de excelência no cumprimento das condicionalidades, tornando desnecessárias discussões periódicas. No entanto, quando é necessário implementar uma nova rotina ou metodologia, uma reunião é convocada para ouvir os profissionais dos setores envolvidos e tomar a melhor decisão para todas as áreas.

Como forma de incentivar a administração local a implementar o programa, o governo federal repassa aos municípios um recurso mensal denominado Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Esse valor varia conforme as taxas de atualização cadastral e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação, além de outros fatores. O último IGD de Matão foi de 0,92, resultando em um repasse de R\$14.141,87 para o município aplicar em melhorias na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

A Instância de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família no município de Matão é o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), o qual é submetido à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. Tem como competência verificar o uso correto dos recursos de IGD pagos pelo Governo Federal para aprimoramento do Programa Bolsa Família e Coordenação Municipal do Cadastro Único.

A Taxa de Atualização Cadastral do município é de 95,4%, superior à média nacional de 86,7%. Na área da Educação, Matão alcançou uma cobertura de acompanhamento de 99,7% dos beneficiários, enquanto a média nacional é de 80,0%. Na Saúde, a cobertura foi de 78,6%, ligeiramente abaixo da média nacional de 78,9%. Essa menor taxa é atribuída ao baixo acompanhamento de crianças menores de 7 anos, que depende da iniciativa das famílias para levarem as crianças para a coleta de pesos e medidas.

Com relação ao recurso financeiro ser transferido diretamente aos beneficiários pelo governo federal, o gestor considera que isso promove o direito de autonomia deles, tornando essa forma de repasse positiva.

### **3.1.2. Contextualização dos beneficiários do Programa**

Durante a aplicação dos formulários, alguns beneficiários ficavam intimidados, receosos e com medo de responder sinceramente sobre o programa e os CRAS, temendo perder o benefício. Isso poderia levar à omissão de informações importantes, como renda, gastos totais da família, quantidade de moradores na casa, opiniões sobre as entidades responsáveis pelo programa e eventuais reclamações. Para minimizar esse problema, a apresentação da pesquisa incluía a explicação de que o pesquisador não tinha vínculo com as entidades responsáveis pelo programa e nem com o governo federal.

Ainda assim, alguns beneficiários, em situação de desespero, ficavam tristes, choravam e pediam auxílio ao responderem às perguntas, especialmente as da EBIA, usando o momento para desabafar. Isso colocava o pesquisador em uma posição difícil, evidenciando a necessidade dessas famílias por profissionais especializados, como psicólogos, assistentes sociais e orientadores sociais.

A maioria dos beneficiários entrevistados compareceu aos CRAS para atualizar o cadastro e regularizar o bloqueio de alguns benefícios, causado principalmente pelo não cumprimento das condicionalidades do programa, especialmente a frequência escolar das crianças. A maior parte deles desconhecia as condicionalidades, os critérios e o próprio programa, assim como os programas de Segurança Alimentar e Nutricional. Constatou-se uma falta de informação e conhecimento entre os beneficiários tanto sobre

o Bolsa Família quanto sobre outros programas sociais nos quais poderiam estar incluídos.

A maioria dos titulares do cartão eram mulheres, muitas delas mães solteiras. Algumas estavam à procura de emprego, enquanto outras alegavam que não podiam trabalhar por não ter com quem deixar seus filhos, vivendo apenas do benefício. Apenas uma beneficiária se destacou por afirmar que não procurava emprego para não perder o benefício, demonstrando falta de interesse em melhorar suas condições de vida. Além disso, havia beneficiários com sérios problemas de saúde que os impossibilitavam de trabalhar e consideravam o benefício um grande auxílio.

As perguntas sobre a "reputação" das entidades revelaram respostas semelhantes. A maioria dos entrevistados apreciava o atendimento dos funcionários nos CRAS, embora houvesse algumas críticas quanto à forma de tratamento por parte de alguns funcionários. No geral, os CRAS foram bem avaliados pela maior parte dos entrevistados. Talvez pelo fato de atuarem mais especificamente nos bairros, as famílias ficam conhecidas e criam um vínculo maior com os funcionários, especialmente com os assistentes sociais e psicólogos.

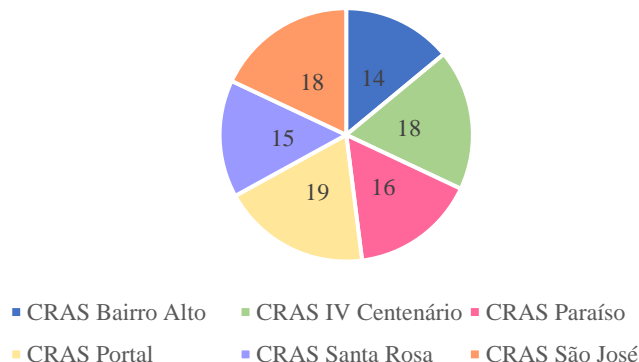
Após concluídas as pesquisas com os beneficiários, foram apresentadas ao gestor do PBF algumas breves considerações sobre as respostas fornecidas, especialmente a respeito da falta de conhecimento sobre o programa. O gestor acredita que essa busca por informações se deve mais a uma questão cultural do que a uma verdadeira falta de interesse, já que a maioria procura entender os deveres da família quando há sanções no benefício, como bloqueios e suspensões. Recentemente, a gestão adotou a prática de compartilhar informativos via WhatsApp® do Cadastro Único, o que tem gerado resultados mais positivos.

## **3.2. Análise Quantitativa: caracterização dos beneficiários**

### **3.2.1. Caracterização domiciliar**

A distribuição das famílias beneficiárias corresponde à população de beneficiários no município, que são atendidos pelas entidades responsáveis pelo programa como visto na Tabela 2 (seção 4.2.2), a qual determina o tamanho da amostra. O CRAS com maior população de beneficiários, que teve a maior parte das entrevistas

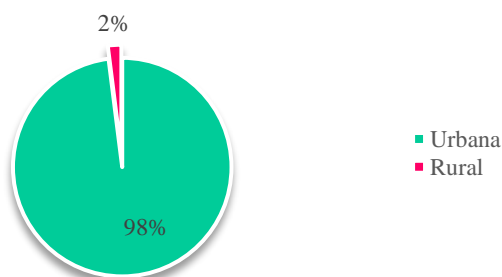
realizadas (19), foi o CRAS Portal. As demais entrevistas foram divididas entre os demais Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo o CRAS Bairro Alto o de menor quantidade de entrevistados, como mostra o gráfico abaixo:



**Gráfico 1:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com as entidades responsáveis pelo programa

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

A grande maioria das famílias entrevistadas (98%) reside em áreas urbanas, enquanto apenas 2% estão localizadas em áreas rurais. Esse padrão reflete as tendências observadas em outras pesquisas nacionais e regionais, com exceção da região Norte, onde se concentra a maior parte da população rural, conforme mostra Souza, Ney e Souza (2023) (Gráfico 2).

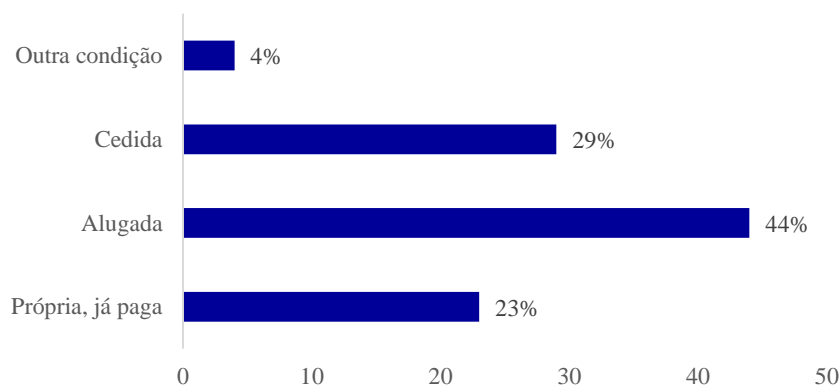


**Gráfico 2:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a área de localização dos domicílios

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

A situação domiciliar das famílias revela que a maior parte (44%) reside em casas alugadas, seguida por 29% em moradias cedidas, enquanto apenas 23% possuem

casa própria, conforme ilustrado no gráfico abaixo. Os restantes estão em outras situações, como moradias em pensões, casa própria com aluguel do terreno ou moradia na casa do companheiro.

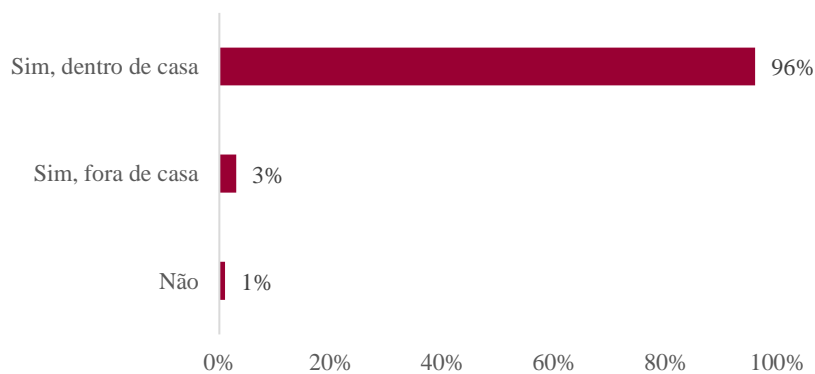


**Gráfico 3:** Situação domiciliar das famílias beneficiárias

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Os gráficos apresentados a seguir mostram as características domiciliares das famílias em relação à existência de banheiro na casa, se fica fora ou dentro da casa, a proveniência da água utilizada, o tipo de esgoto sanitário, o destino dado ao lixo, se há o fornecimento de energia elétrica e o que mais se utiliza para cozinhar.

O gráfico 4 mostra que a grande maioria (96%) possui banheiro dentro de casa, sendo apenas 3% com banheiro fora da casa e 1% não possui banheiro em casa.

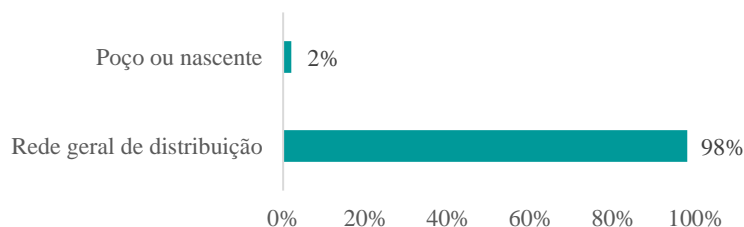


**Gráfico 4:** Existência de banheiros no domicílio

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

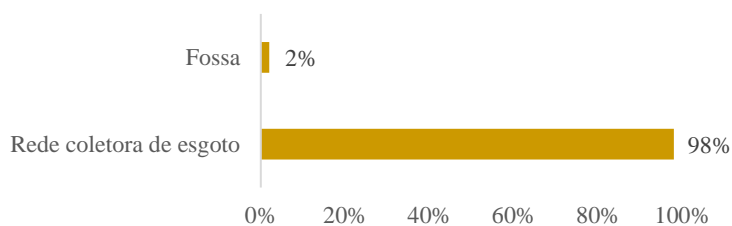


De acordo com os gráficos 5 e 6, todos os entrevistados residentes em áreas urbanas têm acesso à rede geral de distribuição de água e rede coletora de esgoto da cidade de Matão/SP. Por outro lado, para os residentes em áreas rurais (2%), a água provém de poços, e o esgoto é tratado por fossas sanitárias.



**Gráfico 5:** Proveniência da água utilizada no domicílio

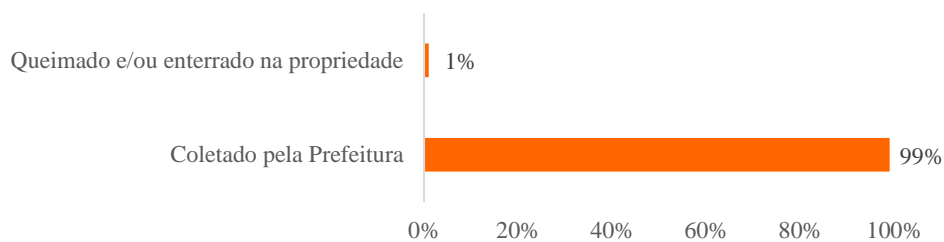
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



**Gráfico 6:** Tipo de esgoto sanitário no domicílio

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

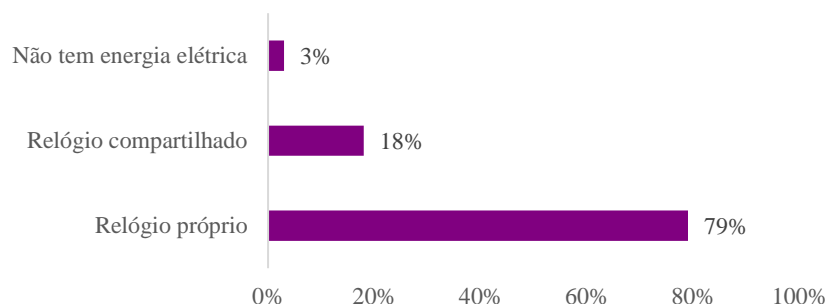
Quanto ao destino dado ao lixo domiciliar, em 99% dos casos ocorre a coleta pela Prefeitura, enquanto em apenas 1% o lixo é queimado na propriedade (morador de área rural), conforme indicado no gráfico abaixo.



**Gráfico 7:** Tratamento dado ao lixo no domicílio

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

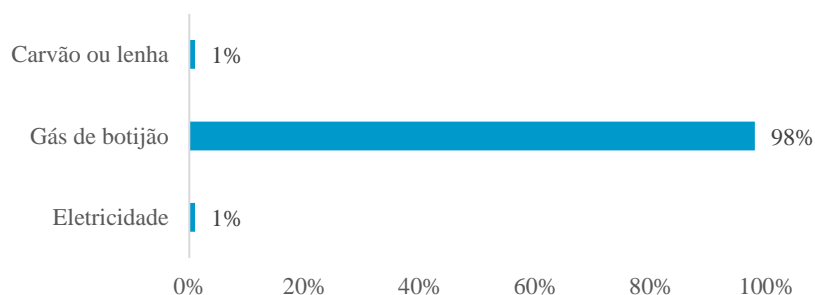
Já o gráfico 8 mostra que 97% das famílias têm o fornecimento de energia elétrica, sendo apenas 18% com relógio compartilhado e o restante com relógio próprio.



**Gráfico 8:** Fornecimento de energia elétrica no domicílio

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

No que diz respeito aos métodos de cozimento dos alimentos mais utilizados, 98% dos indivíduos utilizam o gás de botijão, enquanto 1% faz uso da eletricidade e 1% utiliza fogão a lenha, como indicado no gráfico abaixo.



**Gráfico 9:** Métodos de cocção mais utilizados

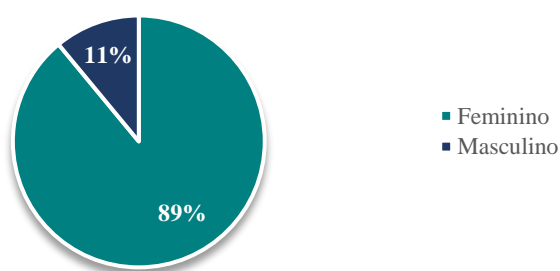
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

### 3.2.2. Caracterização dos titulares e membros das famílias

#### 3.2.2.1. Perfil dos titulares e membros das famílias

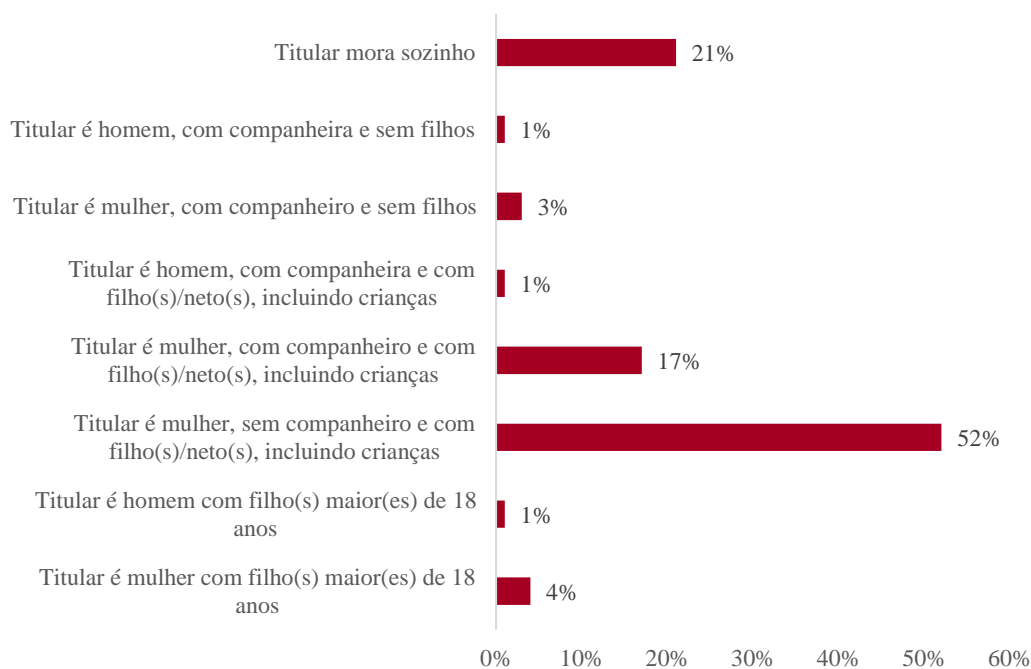
Conforme observado em outras pesquisas (Traldi, 2011), a maior porcentagem dos titulares do programa são mulheres, pois existe um consenso tanto por parte dos beneficiários quanto do Governo Federal (Brasil, 2022) sobre a titularidade do cartão

ser concedida preferencialmente ao sexo feminino (Gráfico 10). Além disso, na maioria dos casos são mães solteiras com crianças, como ocorreu em Matão (52%). Adicionalmente, foi constatado um número considerável (21%) de famílias unipessoais (compostas por apenas um membro), conforme apresentado no Gráfico 11, sendo, na maioria dos casos, homens. No ano passado, foi publicada a Portaria MDS nº 897, de 07 de julho de 2023, estabelecendo um limite de 16% de famílias unipessoais nos municípios. Em Matão, essa proporção já foi excedida, o que resultou na suspensão dos cadastros de novas famílias unipessoais e na revisão das existentes.



**Gráfico 10:** Sexo do titular

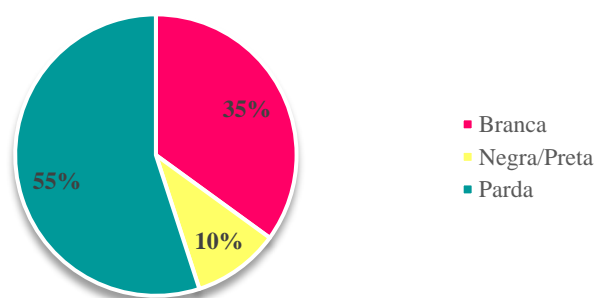
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



**Gráfico 11:** Composição familiar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

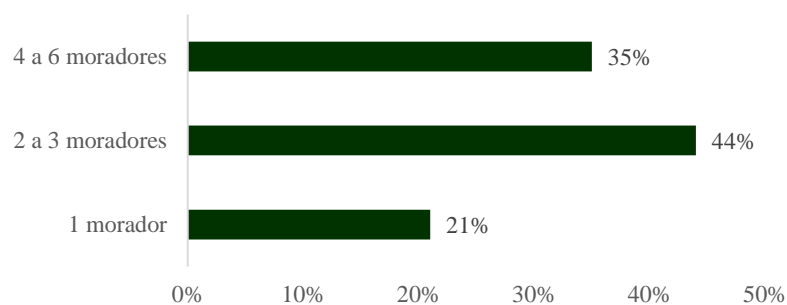
Na pesquisa, a cor ou raça foi autodeclarada pelos próprios entrevistados. Mais da metade (55%) se identificaram como pardos, seguidos pelos brancos (35%) e, por último, os negros/pretos (10%), em consonância com o Boletim do Ministério da Cidadania (Brasil, 2021b), que também reflete essa mesma distribuição no Brasil. O mesmo fato ocorreu em outra pesquisa (Motozo, 2020). O gráfico abaixo mostra a divisão quanto à cor/raça do titular.



**Gráfico 12:** Cor/raça do titular

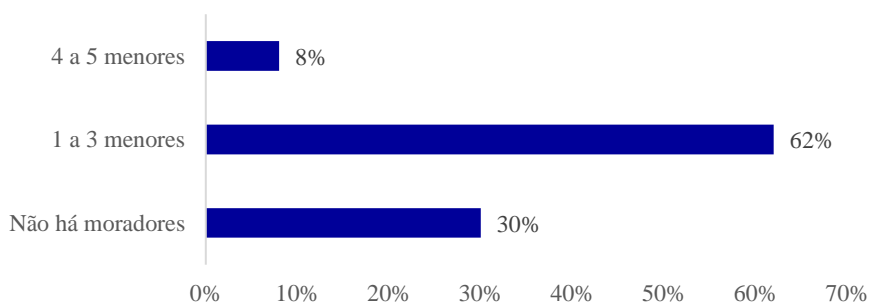
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Os gráficos abaixo (13 e 14) indicam que a maior parte das famílias (44%) são compostas por 2 a 3 moradores e que na maioria dos domicílios há crianças e adolescentes menores de 18 anos (70%). O Gráfico 15 mostra que a idade da maior parte dos titulares do benefício encontra-se entre 30 e 45 anos (45%). Uma possível justificativa é que essa faixa etária corresponde ao período em que muitas pessoas estão no auge de sua vida produtiva ou formando seus núcleos familiares, com isso, enfrentando instabilidade financeira ou desafios relacionados à criação e sustento dos filhos, o que pode aumentar a necessidade de assistência financeira. E no gráfico 16 podemos observar que, dentre as famílias com menores de 18 anos, a maior parte dos membros das famílias são crianças até 5 anos.



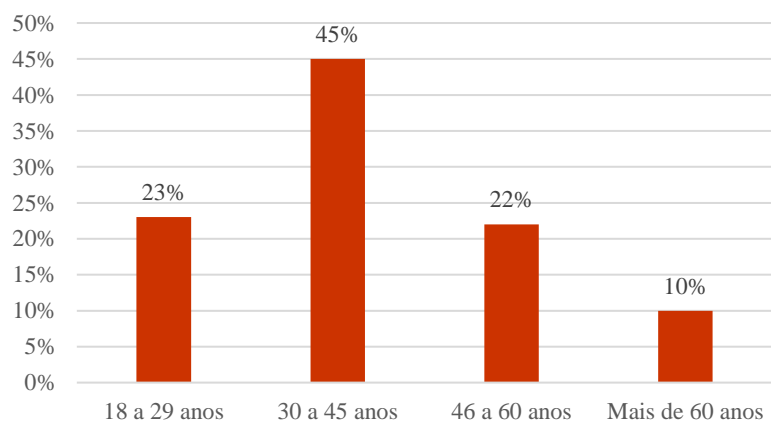
**Gráfico 13:** Número total de moradores por domicílio

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



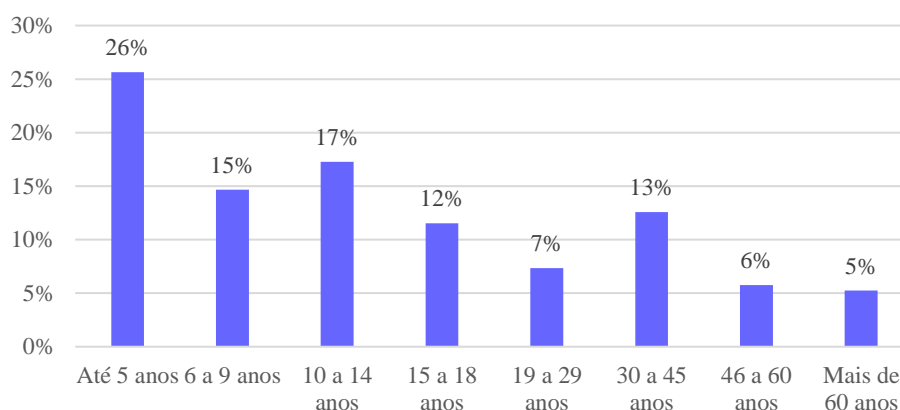
**Gráfico 14:** Número de moradores menores de 18 anos

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



**Gráfico 15:** Idade dos titulares do benefício

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



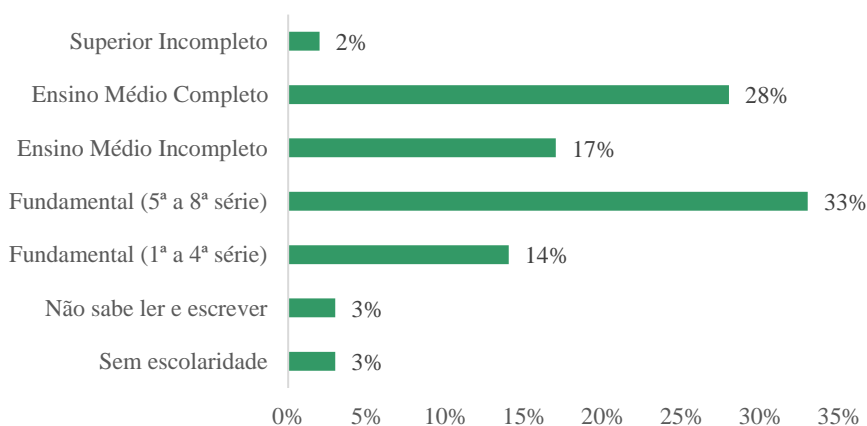
**Gráfico 16:** Idade dos membros da família

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

### 3.2.2.2. Escolaridade e Renda

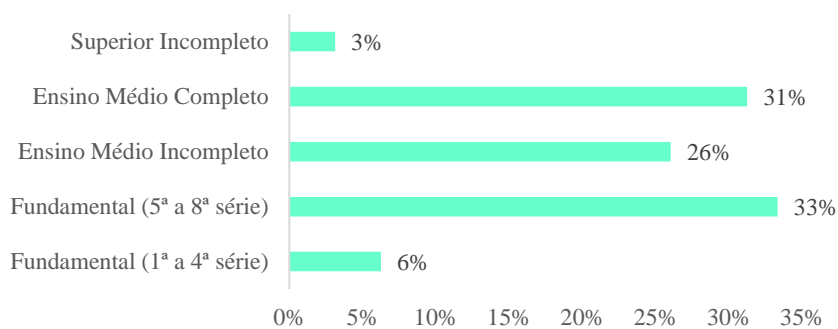
Os dados abaixo indicam que a maioria dos titulares sabe ler e escrever, porém, apresentam níveis baixos de escolaridade, como apresentado no Gráfico 17. Entre os titulares, 47% possuem ensino fundamental (1ª a 8ª série), enquanto 28% completaram o ensino médio e apenas 2% iniciaram o ensino superior, mas não o concluíram. Em relação à maior escolaridade nas famílias, o ensino fundamental (5ª a 8ª série) é predominante em 33% dos casos, seguido pelo ensino médio completo (31%), conforme Gráfico 18. Além disso, em 64% das famílias, há pelo menos de 1 a 3 menores de 18 anos matriculados na escola (Gráfico 19).

Esses dados indicam que, embora a maioria dos titulares tenha habilidades básicas de alfabetização, muitos deles não tiveram acesso a oportunidades educacionais que lhes permitissem avançar além do ensino fundamental. Isso pode refletir desafios estruturais, como falta de acesso a escolas de qualidade, pobreza, falta de incentivo ou apoio familiar para a educação continuada, entre outros fatores. Essa disparidade na distribuição da escolaridade pode influenciar a capacidade dos titulares de acessar oportunidades de emprego melhores e mais remuneradas, o que pode, por sua vez, impactar sua dependência contínua dos benefícios do Bolsa Família para sustentar suas famílias. Além disso, evidencia a importância de políticas que visem não apenas fornecer assistência financeira, mas também promover o acesso à educação e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para essas populações vulneráveis.



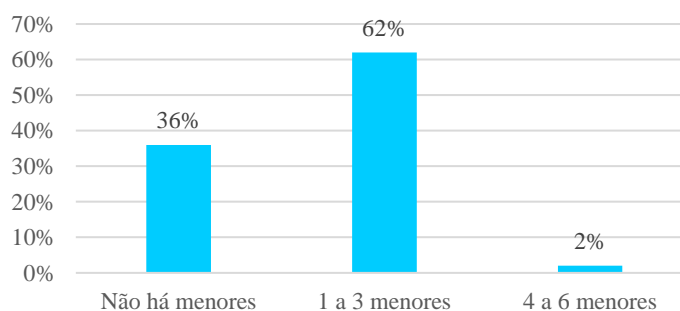
**Gráfico 17:** Escolaridade do titular

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



**Gráfico 18:** Maior escolaridade familiar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



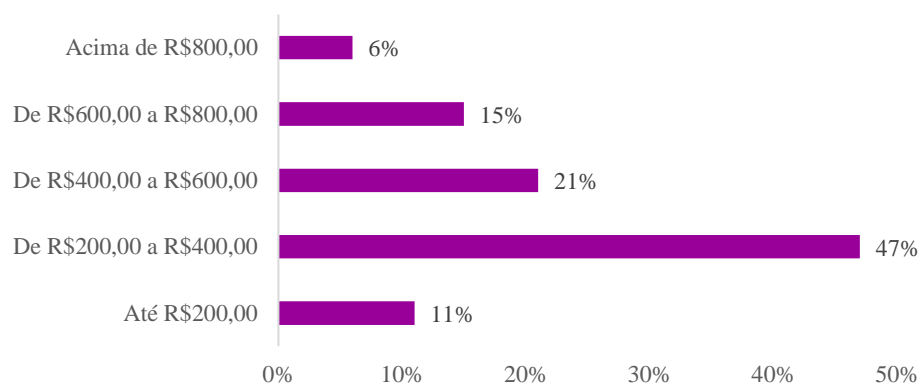
**Gráfico 19:** Quantidade de menores de 18 anos estudantes

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

O gráfico abaixo apresenta a renda total per capita das famílias beneficiárias, proveniente de todas as fontes de renda, incluindo o benefício recebido. Dentre o total, 47% possuem uma renda média entre R\$200,00 e R\$400,00, enquanto apenas 6% têm uma renda superior a R\$800,00. Em comparação com a renda per capita no Brasil, o IBGE (2024b) divulgou que em 2023, nos grupos de domicílios que recebiam Bolsa Família, o rendimento médio mensal domiciliar per capita foi de R\$635,00.

Esses dados sugerem que a maioria das famílias beneficiárias do PBF em Matão vive com uma renda abaixo da média nacional. Essa disparidade pode refletir desafios socioeconômicos específicos enfrentados pela população atendida pelo programa nessa região, como falta de oportunidades de emprego, baixa escolaridade, entre outros fatores.

Essa discrepância na renda também destaca a importância do Programa como uma rede de proteção social para famílias em situação de vulnerabilidade econômica, fornecendo um suporte financeiro crucial para garantir o acesso a necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. No entanto, também ressalta a necessidade de políticas complementares que visem abordar as causas subjacentes da pobreza e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável dessas comunidades.



**Gráfico 20:** Renda total per capita das famílias beneficiárias

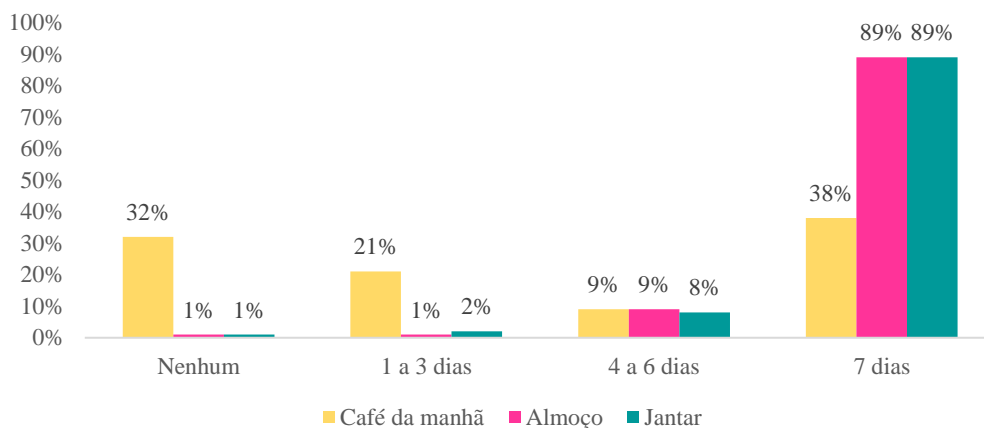
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

### 3.2.2.3. Alimentação, Apoio e Proteção Social

No que diz respeito à alimentação, a maior parte dos titulares tomam o café da manhã (38%), almoçam (89%) e jantam (89%) nos 7 dias da semana. A porcentagem



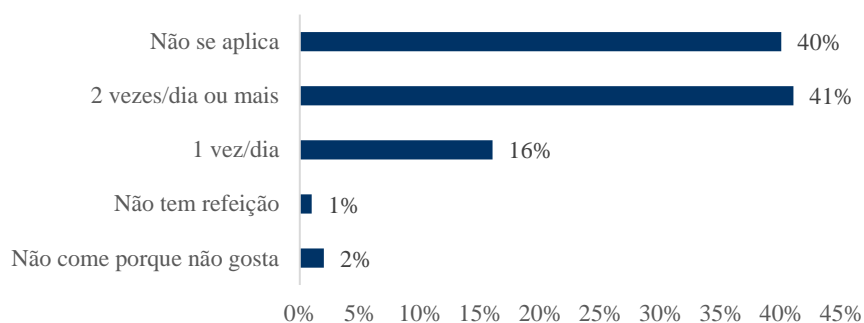
de pessoas que tomam o café da manhã é mais baixa, com 32% relatando não fazer essa refeição matinal nenhuma vez na semana, optando apenas por um pouco de “café preto” ou simplesmente não sendo habituados a realizar essa refeição. O gráfico 21 ilustra esse padrão de consumo alimentar.



**Gráfico 21:** Padrão de consumo alimentar do titular

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

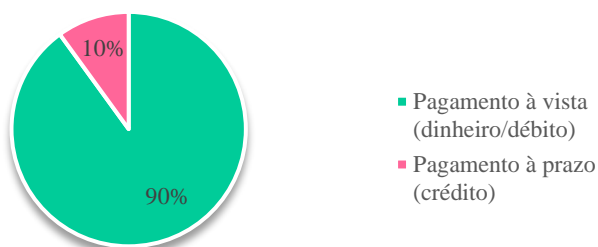
Entre as famílias entrevistadas, 41% das crianças/adolescentes menores de 14 anos, frequentando escolas ou creches, recebem refeição escolar em média duas vezes ou mais ao dia. Em contrapartida, 16% recebem em média uma vez ao dia, enquanto apenas 1% não recebe. Somente 2% das crianças não consomem as refeições na escola devido à preferência alimentar. Adicionalmente, em 40% dos casos a questão não se aplicava devido à ausência de menores de 14 anos na família ou por terem bebês que ainda não frequentam escola ou creche. Assim, observamos que a merenda escolar é um complemento essencial para 95% das famílias com crianças menores de 14 anos matriculadas, podendo contribuir, mesmo que indiretamente, para a redução dos níveis de insegurança alimentar. Além disso, é relevante para o orçamento doméstico, já que diminui os gastos com alimentação das crianças em casa. O gráfico abaixo demonstra a refeição média dos menores de 14 anos.



**Gráfico 22:** Refeição média escolar dos menores de 14 anos

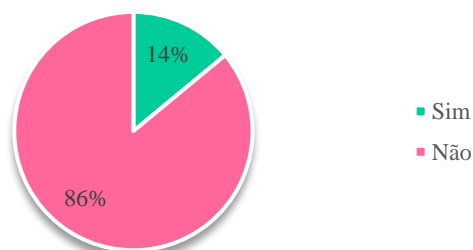
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Grande porcentagem das famílias paga suas compras, relacionadas às despesas alimentares, à vista (90%) e não possuem dívidas com estas despesas (86%), conforme apresentados nos gráficos 23 e 24.



**Gráfico 23:** Tipo de pagamento em relação à compra de alimentos

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

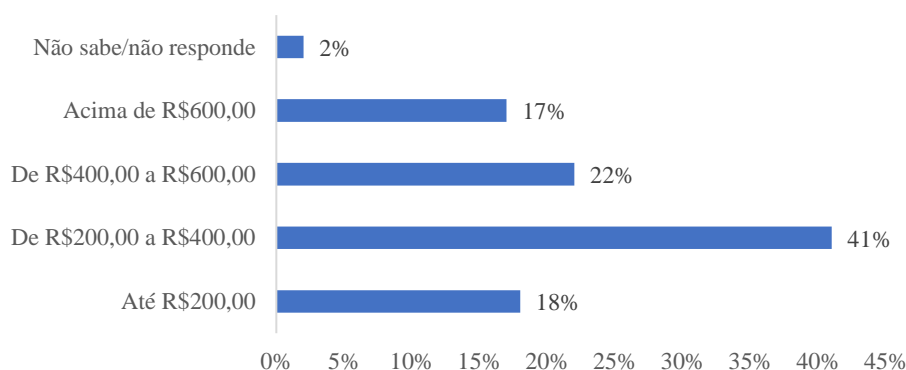


**Gráfico 24:** Dívidas em relação à compra de alimentos

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Conforme mostra o Gráfico 25, os beneficiários do programa Bolsa Família destinam parte de seus recursos mensais para despesas com alimentação, refletindo diferentes padrões de gastos. Das famílias analisadas, 18% gastam até R\$200,00 mensalmente com alimentação, buscando equilibrar cuidadosamente seus orçamentos para suprir suas necessidades básicas. Por outro lado, um número significativo de 41% das famílias despende entre R\$200,00 e R\$400,00, demonstrando um comprometimento mais substancial com a nutrição e o bem-estar alimentar de seus membros. Há também 22% que gastam entre R\$400,00 e R\$600,00 mensalmente para alimentação, e 17% apresentam gastos acima de R\$600,00, sugerindo um padrão de consumo mais elevado ou com maior quantidade de membros na família. E por fim, 2% não souberam responder.

Pode-se concluir que a maioria dos beneficiários do PBF tem gastos moderados a baixos com alimentação. Cerca de 59% gastam até R\$400,00, enquanto apenas 17% gastam mais de R\$600,00. Isso sugere que uma parcela significativa dessas famílias enfrenta restrições orçamentárias e pode ter dificuldades em acessar uma variedade adequada de alimentos ou garantir uma dieta nutricionalmente equilibrada. Esses dados ressaltam a importância do Programa Bolsa Família como um suporte financeiro fundamental para garantir a segurança alimentar dessas famílias, mas também indicam a necessidade de políticas adicionais para promover a alimentação saudável e garantir o acesso adequado a alimentos nutritivos para todos os membros da comunidade.

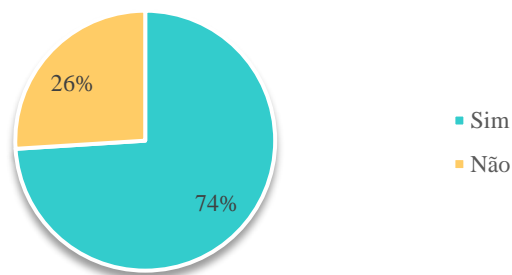


**Gráfico 25:** Gastos com a compra de alimentos

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

De acordo com as famílias beneficiárias, 74% recebem ajuda em forma de alimento do Governo, entidades sociais, amigos, familiares, programas municipais e estaduais, entre outros; e 26% não recebem nenhum tipo de ajuda, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

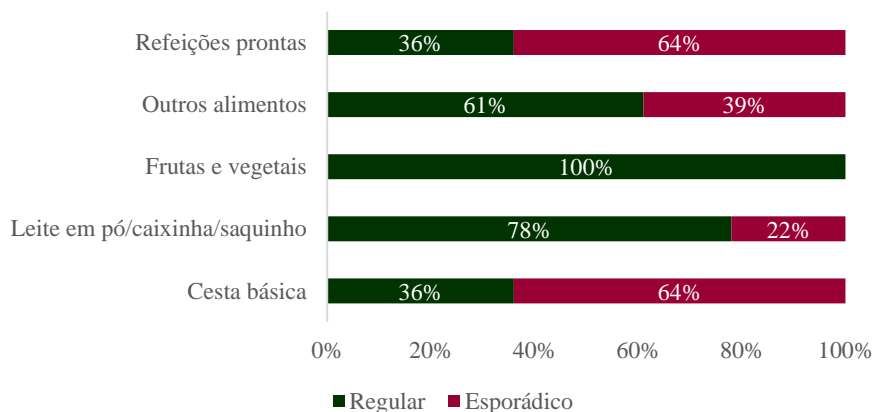
Pode-se inferir que a maioria das famílias beneficiárias do Programa depende de ajuda em forma de alimento para complementar suas necessidades alimentares. Isso sugere que, apesar do suporte financeiro fornecido pelo programa, muitas famílias ainda enfrentam dificuldades em garantir uma alimentação adequada apenas com seus próprios recursos. A dependência significativa dessas fontes de ajuda ressalta a importância contínua de programas sociais e apoio comunitário para garantir a segurança alimentar dessas famílias em situação de vulnerabilidade econômica.



**Gráfico 26:** Recebimento de ajuda em forma de alimento

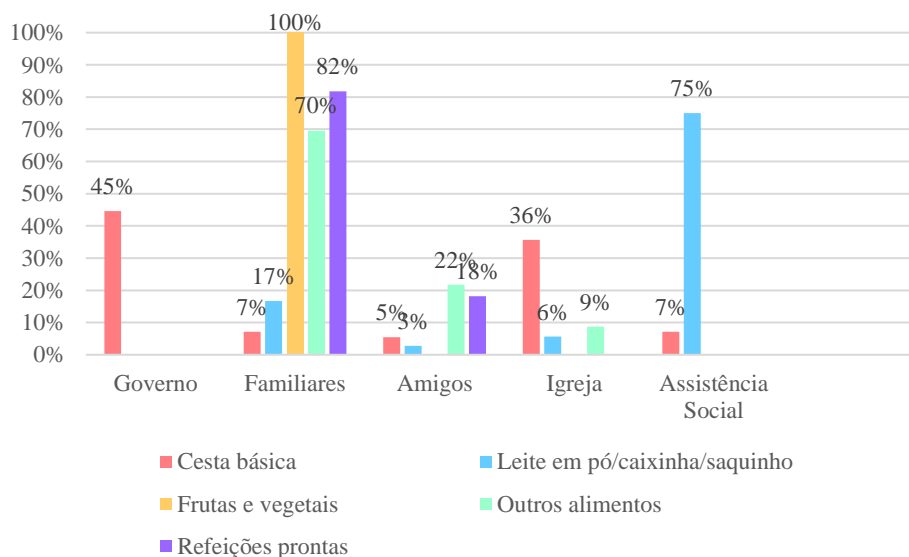
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Das famílias que recebem ajuda em forma de alimentos, há uma variação da regularidade de recebimento conforme o tipo do alimento, como evidenciado no Gráfico 27. Por sua vez, o Gráfico 28 aborda a identificação do doador em relação ao tipo de alimento fornecido. No que diz respeito ao leite, 75% são fornecidos pela Assistência Social, através do Programa Viva Leite, que garante um suprimento mensal de 15 litros de leite para crianças de 6 meses a 6 anos de idade. Por outro lado, a assistência na forma de refeições prontas, frutas, vegetais e outros alimentos é predominantemente provida por familiares.



**Gráfico 27:** Frequência da ajuda em forma de alimento

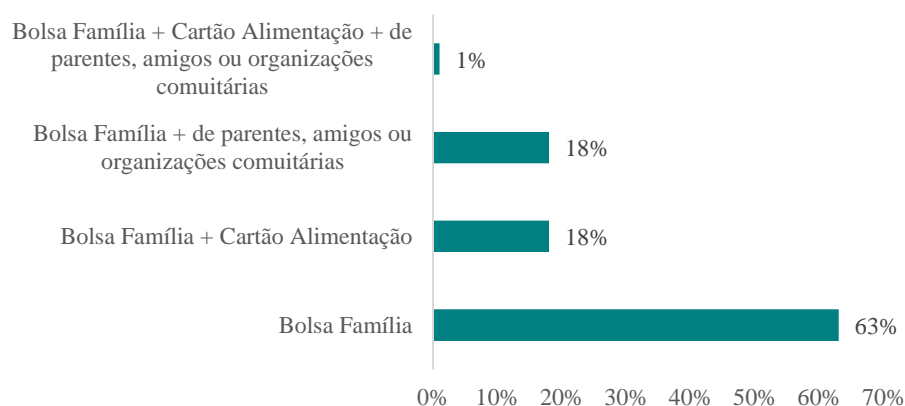
*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



**Gráfico 28:** Doador da ajuda em forma de alimento

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

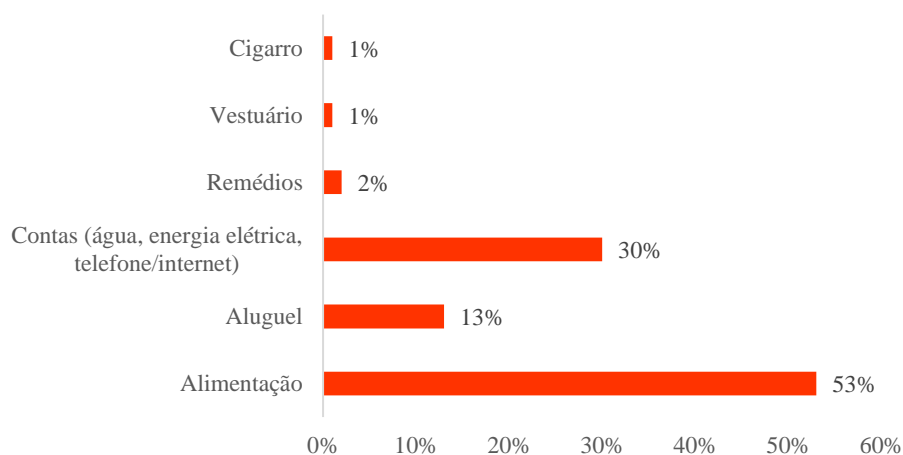
Quanto à assistência financeira, a maioria das famílias (63%) depende exclusivamente dos recursos fornecidos pelo Bolsa Família. Os demais recebem, além do Bolsa Família, auxílio adicional de amigos, familiares ou organizações comunitárias e/ou o Cartão Alimentação, muitas vezes utilizado como alternativa à cesta básica, demonstrado no gráfico abaixo.



**Gráfico 29:** Recebimento da ajuda em dinheiro

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Os principais gastos das famílias com os benefícios do Bolsa Família são predominantemente direcionados para a alimentação (53%), seguido pelo pagamento de despesas como água e esgoto, energia elétrica e telefone/internet (30%), além do aluguel (13%). Os demais entrevistados relataram que utilizam o benefício prioritariamente para comprar remédios, vestuário ou cigarros, conforme demonstrado no Gráfico 30. Esses dados refletem uma preocupação significativa dos beneficiários com a alimentação, destacando a importância do programa como uma fonte crucial de apoio para garantir o acesso a alimentos básicos. Além disso, os dados também indicam que uma parcela significativa das famílias utiliza o benefício para custear despesas básicas de moradia e serviços públicos. No entanto, é importante observar que uma parte dos beneficiários opta por destinar o recurso para outras necessidades, como saúde, vestuário ou tabaco, o que pode refletir as diferentes prioridades e necessidades de cada família.

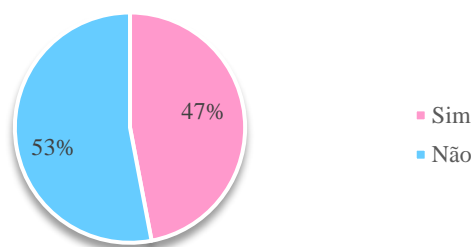


**Gráfico 30:** Principais gastos com os benefícios do Bolsa Família

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

#### 3.2.2.4. Saúde e Trabalho

O Gráfico 31 revela que 47% das famílias relataram a presença de pelo menos um problema crônico de saúde em algum membro, como diabetes e/ou hipertensão, entre outros. Isso evidencia que uma parcela significativa ainda necessita de cuidados em relação à saúde. Diante disso, é crucial que o programa amplie o acompanhamento da saúde e promova a realização de oficinas, cursos ou palestras sobre a manutenção da saúde em todas as faixas etárias. Além disso, é necessário integrar ainda mais o Programa Bolsa Família com serviços de saúde locais, visando garantir um suporte abrangente para o tratamento e a gestão dessas condições de saúde. Adicionalmente, investimentos em programas de prevenção e tratamento de doenças crônicas são essenciais para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das famílias beneficiárias.

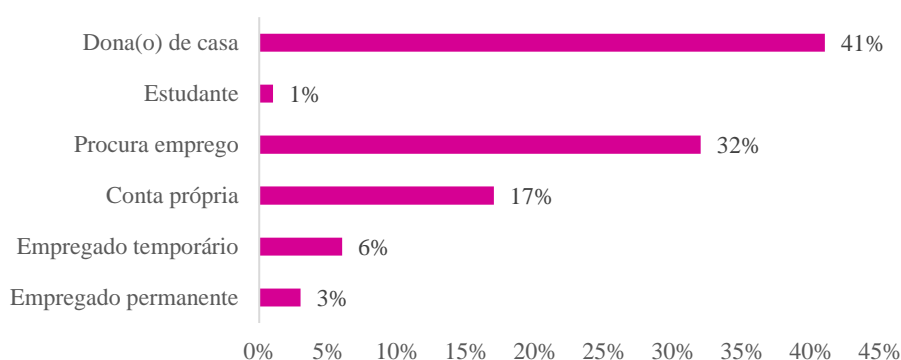


**Gráfico 31:** Existência de problema crônico de saúde nas famílias beneficiárias

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Em relação à situação de trabalho dos titulares do Bolsa Família, 41% são donas(os) de casa e 32% estão procurando emprego. Além disso, há pessoas que trabalham por conta própria (17%), como manicures, cabeleireiros, marceneiros, entre outros, sendo poucos com trabalho permanente (3%) ou temporário (6%) com carteira assinada. E apenas 1% está estudando um curso técnico para conseguir um emprego. Essa situação pode ser observada no Gráfico 32 abaixo.

Muitas mães jovens não estão trabalhando pois possuem crianças pequenas e não têm com quem deixá-las, optando por não trabalhar e depender apenas do benefício. Além disso, alguns têm receio de iniciar um emprego e perder o benefício. Em 2023, o Governo Federal implantou a “Regra de Proteção”, ainda pouco conhecida entre os beneficiários. A medida foi estabelecida para garantir que, mesmo que a renda familiar aumente devido à obtenção de um emprego ou ao empreendedorismo, os beneficiários não precisem sair imediatamente do programa. O objetivo é proporcionar um período de maior estabilidade financeira e fomentar a emancipação real dos beneficiários. De acordo com a regra, têm direito à iniciativa as famílias que elevarem a renda para até meio salário-mínimo (R\$706,00) por membro, independentemente da idade. Nesse cálculo, considera-se apenas a remuneração recebida pelos membros da família, sem levar em conta o valor do benefício do Bolsa Família. Sob essa condição, a família permanece no programa por até dois anos, recebendo 50% do valor a que teria direito caso não estivesse sob a Regra de Proteção, o que inclui os adicionais destinados a crianças, adolescentes e gestantes (Brasil, 2023).



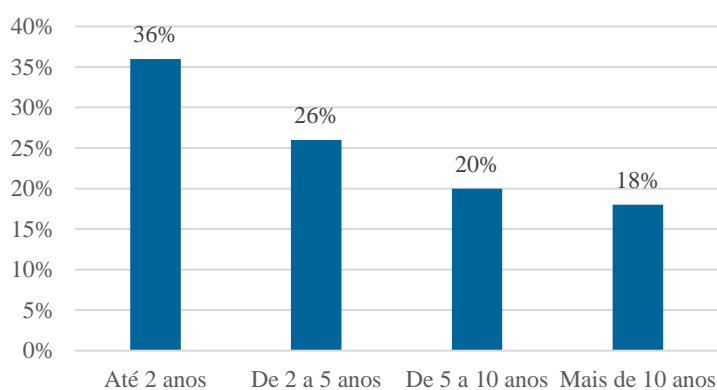
**Gráfico 32:** Situação de trabalho do titular

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



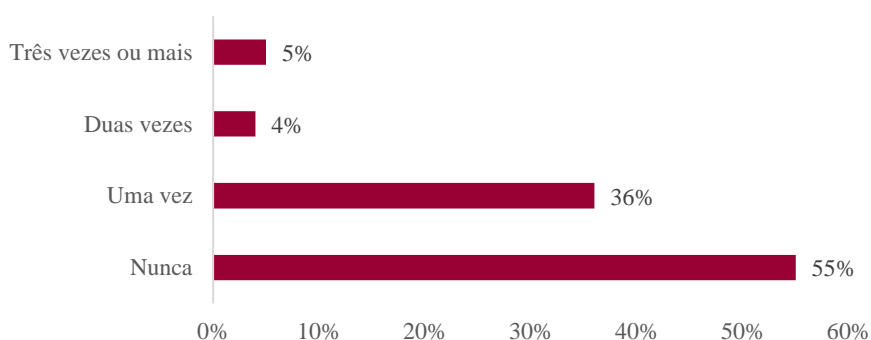
### 3.2.2.5. Inserção do programa nas famílias

Quanto ao período de participação no programa e recebimento dos benefícios, a maior parte das famílias está inscrita no programa há menos de 2 anos (36%), seguido por 26% de 2 a 5 anos, 20% de 5 a 10 anos e 18% por mais de 10 anos, conforme demonstrado no Gráfico 33. O Gráfico 34 apresenta as interrupções dos benefícios, com a maioria das famílias (55%) afirmando que o benefício nunca foi interrompido, enquanto 45% relataram interrupções ocorridas pelo menos uma vez. As interrupções recorrentes, na maioria dos casos, ocorreram devido à falta de atualização cadastral, seguida do descumprimento de condicionalidades.



**Gráfico 33:** Tempo de inserção no Programa Bolsa Família

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.



**Gráfico 34:** Interrupções no recebimento do benefício

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

A maioria das famílias (55%) afirmaram que o benefício atual não é suficiente e que deveria ser aumentado. “Para manter filho e aluguel, não é suficiente” (BENEFICIÁRIA – CRAS BAIRRO ALTO, 2024).

Em relação à avaliação do Programa Bolsa Família, 52% dos entrevistados consideraram o programa “muito bom”, enquanto 44% o classificam como “bom”, porque ajuda bastante. “Apesar de pouco, ajuda bastante, pois não posso trabalhar por questão de saúde” (BENEFICIÁRIO – IV CENTENÁRIO, 2024). “Ajuda pra poder estudar” (BENEFICIÁRIA – CRAS PORTAL, 2024). No entanto, 3% o consideram “regular” e 1% o avalia como “ruim”.

No que se refere ao conhecimento do programa, incluindo os valores dos benefícios, o público-alvo e as condicionalidades, 57% das famílias afirmam não possuir um conhecimento aprofundado do assunto. Em conversa informal com o gestor local do programa, ele explicou que todas as informações são repassadas durante o processo de cadastramento. Além disso, mencionou que anteriormente foram produzidos folders para divulgação das condições, mas houve pouca conscientização. Atualmente, informativos são compartilhados no WhatsApp® do Cadastro Único, o que tem gerado melhores resultados.

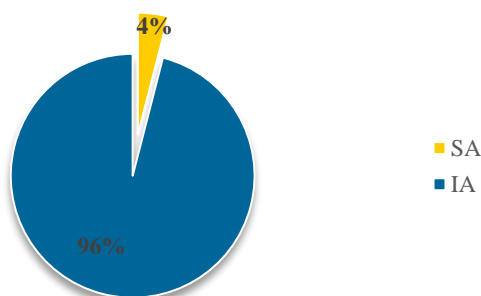
As entidades responsáveis pelo programa local, representadas pelos CRAS, são muito bem-vistas entre os cidadãos (91%). Apenas 6% indicaram que as consideram “pouco bem-vistas”, enquanto 3% não souberam responder. A grande maioria das famílias (88%) reconhece o forte empenho das entidades em manter os beneficiários no programa – “Eles tentam ajudar diversas vezes” (BENEFICIÁRIA - CRAS SANTA ROSA, 2024). “Sempre estão atentos, ajudam bastante” (BENEFICIÁRIA – CRAS SÃO JOSÉ); e todos os entrevistados (100%) concordam que os CRAS são fundamentais para o benefício chegar até eles. Quase todos os entrevistados (99%) recorrem às entidades em caso de algum problema, e destes, 98% afirmam que recebem assistência adequada para resolver suas questões.

Nos CRAS, o incentivo ocorre por meio de reuniões e/ou encontros semanais, abertos a todos os cidadãos, inclusive os beneficiários. Isso é feito através de programas como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que visa apoiar famílias, prevenir a ruptura de laços, promover o acesso a direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Além disso, há o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que consiste em uma série de atividades realizadas

em grupos, de acordo com a dinâmica de vida de cada indivíduo, com o objetivo de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social.

### 3.2.3. Caracterização das famílias conforme Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)

Segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA), apenas 4% das famílias beneficiárias estão em situação de Segurança Alimentar (SA), o que significa que não enfrentam restrições alimentares de qualquer natureza ou preocupações futuras quanto ao acesso aos alimentos. Por outro lado, 96% delas sofrem algum grau de Insegurança Alimentar, enfrentando privações ou preocupações relacionadas à disponibilidade de alimentos, com comprometimento da qualidade da dieta (Gráfico 35). Os resultados semelham-se aos encontrados por Traldi (2011) e Motozo (2020).

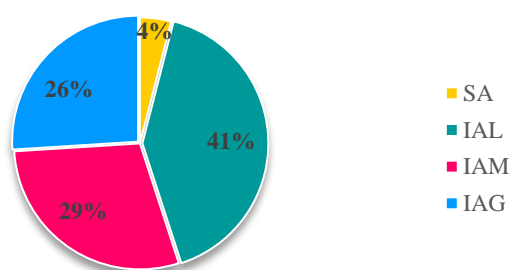


**Gráfico 35:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (dicotômica)

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Já o Gráfico 36 revela que 41% das famílias enfrentam Insegurança Alimentar Leve (IAL), indicando preocupações ou receios em relação à possibilidade de sofrerem com a falta de alimentos no futuro. Enquanto isso, 29% encontram-se na situação de Insegurança Alimentar Moderada (IAM), o que implica em restrições tanto na quantidade quanto na qualidade dos alimentos disponíveis para elas. Por fim, 26% das famílias enfrentam Insegurança Alimentar Grave (IAG), onde há relatos de fome entre

adultos e/ou crianças, devido a uma significativa redução na quantidade de alimentos disponíveis. Uma pesquisa recente sobre Segurança Alimentar no Brasil (IBGE, 2024c) revelou dados discrepantes, onde 72,4% da população encontra-se na situação de Segurança Alimentar, 18,2% enfrentam a IAL, 5,3% estão na situação de IAM e apenas 4,1% enfrentam IAG. Por outro lado, Motozo (2020) encontrou resultados semelhantes, em que 5,7% dos titulares do PBF de Ribeirão Preto-SP encontravam-se em segurança alimentar, enquanto 41,1% encontravam-se na situação de IAL, 27,6% na situação de IAM e 25,6% na situação de IAG.

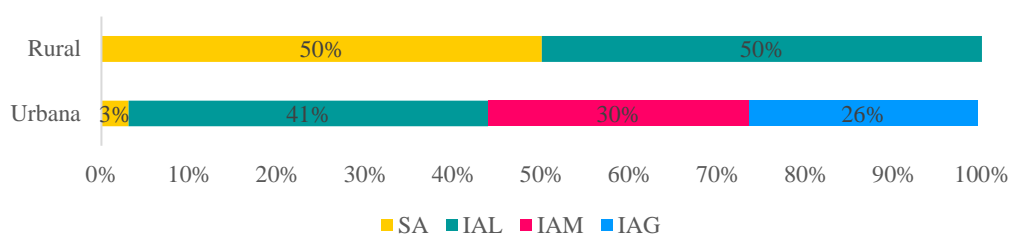


**Gráfico 36:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (ordinal)

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

### 3.2.3.1. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x localização do domicílio

Com relação à localização do domicílio, observa-se uma disparidade entre as áreas urbana e rural, sobretudo devido ao menor número de moradores na área rural. O Gráfico 37 mostra que, na área rural, as famílias encontram-se exclusivamente nas situações de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar Leve. Essa situação pode ser atribuída a uma série de fatores, como a disponibilidade de alimentos frescos provenientes da agricultura local, o acesso a recursos naturais para a produção de alimentos, a presença de redes de apoio comunitário e uma maior proximidade com a produção de alimentos. Por outro lado, na área urbana, há uma distribuição mais ampla em relação à situação alimentar. Em resumo, os dados sugerem que, embora as famílias rurais beneficiárias do Bolsa Família estejam em geral em uma situação mais favorável em termos de segurança alimentar, ainda há espaço para melhorias e intervenções adicionais para garantir que todas as famílias tenham acesso adequado aos alimentos.

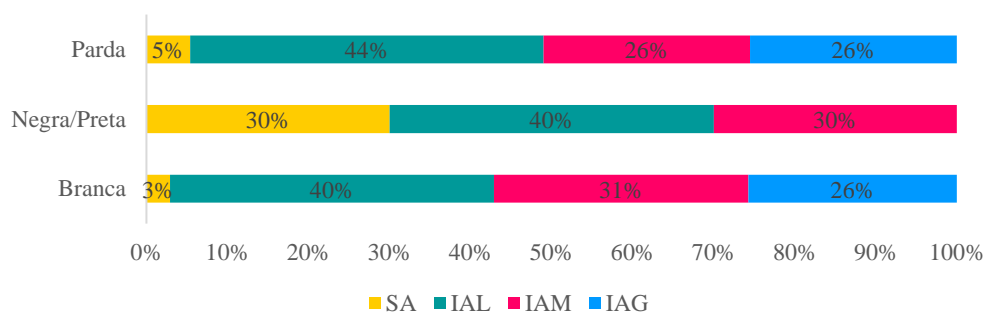


**Gráfico 37:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a área de localização do domicílio e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

### 3.2.3.2. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x caracterização dos titulares e membros das famílias

O gráfico abaixo apresenta a situação das famílias em relação à cor/raça do titular do benefício, demonstrando que, independentemente da cor/raça, a predominância é de Insegurança Alimentar Leve, e nenhum indivíduo de cor/raça preta ou negra encontra-se na situação de Insegurança Alimentar Grave. A distribuição é semelhante entre pardos e brancos.

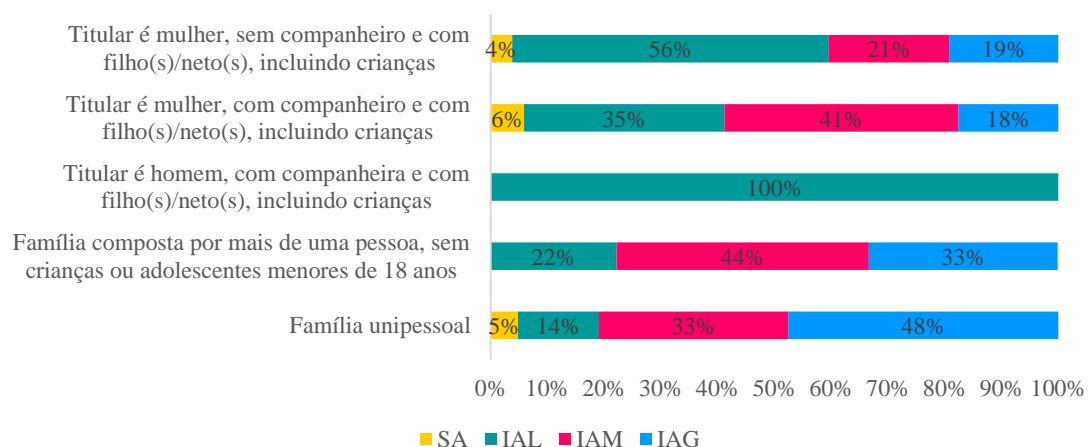


**Gráfico 38:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a cor/raça do titular e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

O Gráfico 39 mostra um nível significativo de Insegurança Alimentar Grave e Média nas famílias unipessoais ou nas compostas por mais de uma pessoa, sendo apenas adultos. Essa situação sugere que, nas famílias com crianças e/ou adolescentes, a refeição escolar desempenha um papel importante no apoio à situação familiar, conforme será demonstrado mais adiante. Com isso, podemos notar que programas de

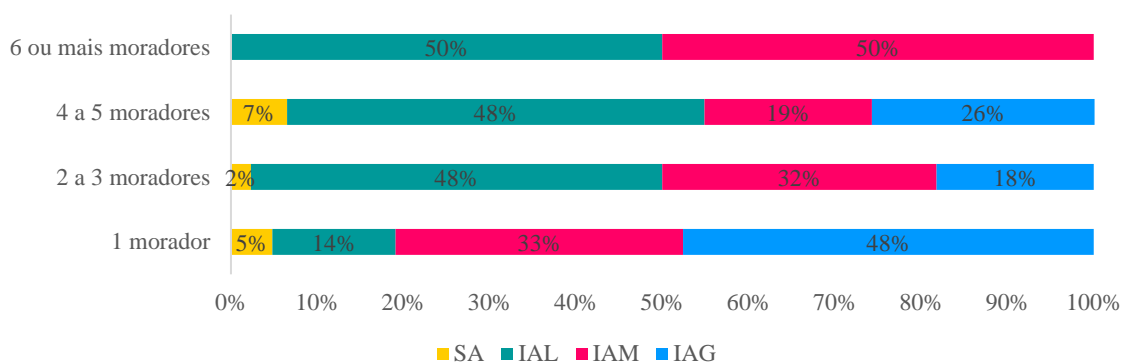
assistência alimentar, como as refeições escolares, têm o potencial de melhorar a segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade econômica, demonstrando a importância de políticas públicas nessa área. Esses resultados destacam a necessidade de manutenção e expansão de programas de alimentação escolar como parte integrante das políticas de combate à fome e à pobreza, visando garantir o acesso equitativo à alimentação para crianças e adolescentes em todo o país.



**Gráfico 39:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a composição familiar e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

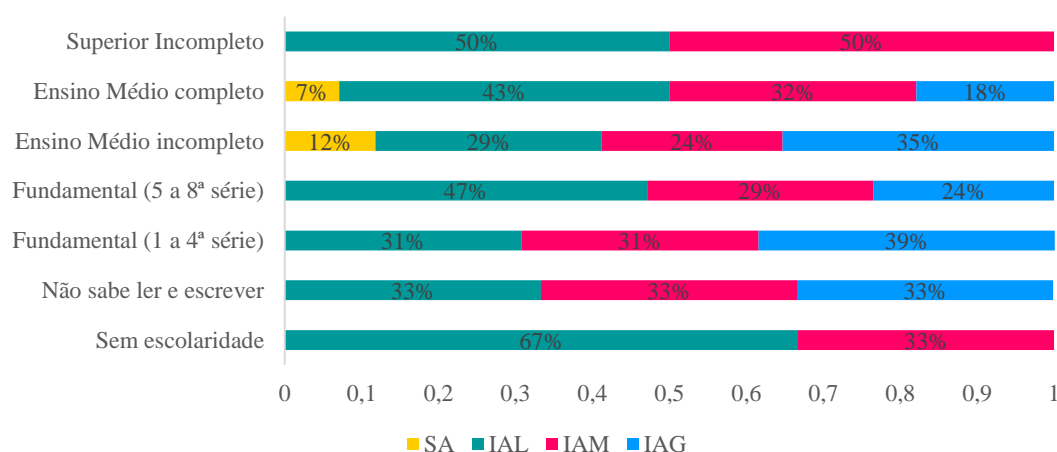
Com relação ao número total de moradores por domicílio, o Gráfico 40 indica que domicílios com 6 ou mais moradores enfrentam uma situação crítica de insegurança alimentar, com metade deles experimentando níveis de insegurança alimentar leve e a outra metade enfrentando insegurança alimentar média, sem apresentar segurança alimentar. Esses resultados indicam que o tamanho do domicílio está correlacionado com a gravidade da insegurança alimentar, sugerindo que famílias maiores enfrentam desafios adicionais para garantir acesso adequado à alimentação.



**Gráfico 40:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o número total de moradores por domicílio e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

O Gráfico 41 demonstra a distribuição das famílias conforme a escolaridade do titular, destacando que a situação de Segurança Alimentar é evidenciada apenas nas famílias nas quais o titular ao menos iniciou o Ensino Médio. Nas escolaridades inferiores, todas as famílias enfrentam Insegurança Alimentar. Em uma pesquisa nacional, o IBGE (2024c) também revelou que mais da metade (52,7%) dos domicílios em situação de insegurança alimentar tinham responsáveis com menor nível de instrução, limitado ao máximo o ensino fundamental completo. Por outro lado, em 7,9% desses domicílios, os responsáveis possuíam formação de nível superior. Nos domicílios em insegurança alimentar grave, 67,4% tinham responsáveis sem instrução ou com ensino fundamental incompleto ou completo, enquanto em apenas 2,9% dos casos os responsáveis cursaram o nível superior. Isso sugere uma forte correlação entre o nível de escolaridade do titular da família e a segurança alimentar do domicílio. O acesso a melhores oportunidades educacionais pode desempenhar um papel significativo na melhoria das condições socioeconômicas das famílias e, conseqüentemente, na redução da insegurança alimentar. Esses resultados ressaltam a importância de políticas públicas voltadas para a educação e a capacitação dos membros das famílias em situação de vulnerabilidade, como uma estratégia eficaz para combater a insegurança alimentar.



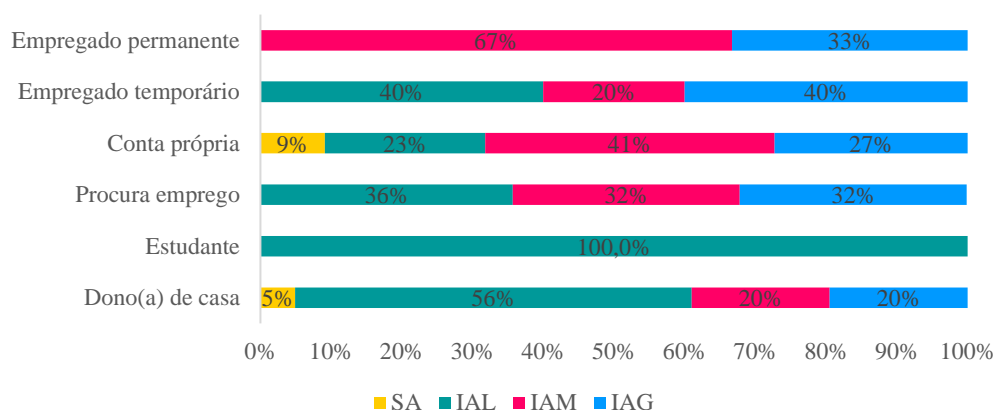
**Gráfico 41:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a escolaridade do titular e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

A distribuição das famílias beneficiárias, conforme a situação de trabalho do titular e o nível de (in)segurança alimentar, pode ser observada no Gráfico 42. Nota-se que a situação de segurança alimentar é mais prevalente entre as famílias em que os titulares, além de receberem o benefício, também exercem algum trabalho por conta própria. Isso sugere que a combinação de renda proveniente do benefício do Bolsa Família com o trabalho por conta própria contribui para uma maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, para uma melhor segurança alimentar. Esses resultados destacam a importância não apenas da transferência de renda, mas também do empoderamento econômico por meio do trabalho por conta própria na promoção da segurança alimentar das famílias beneficiárias do programa.

É possível, também, que muitas dessas famílias não tenham atualizado o cadastro com a renda adicional e, por isso, continuam recebendo o valor integral do benefício. Esse cenário pode contribuir para uma maior segurança alimentar dentro dessas famílias, já que estão recebendo uma assistência financeira adicional, além da renda gerada pelo trabalho autônomo. Portanto, a falta de atualização do cadastro no Bolsa Família por parte das famílias que começam a trabalhar por conta própria pode ser um dos fatores que explicam a maior prevalência de segurança alimentar nesse grupo, destacando a importância da gestão eficiente do programa e da facilitação dos processos de atualização de dados para garantir que o benefício seja direcionado às famílias que realmente necessitam.

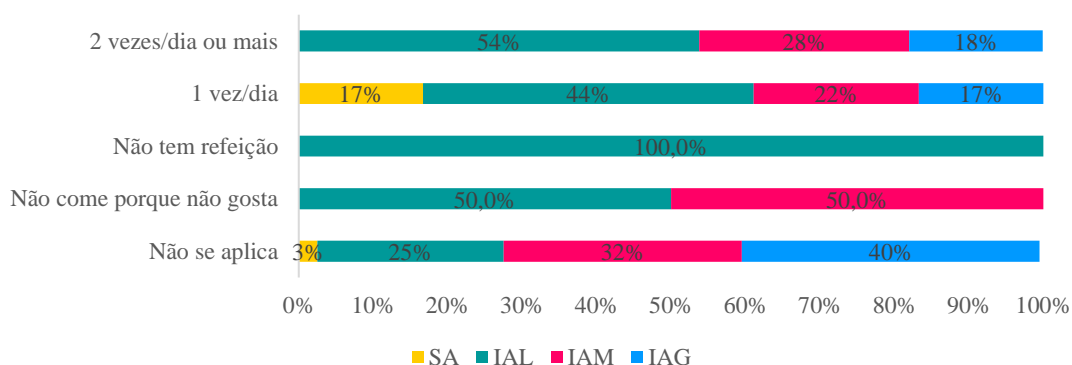




**Gráfico 42:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a situação de trabalho do titular e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

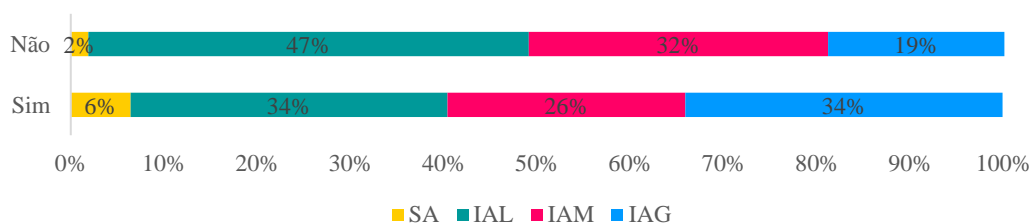
O nível de Insegurança Alimentar Leve (IAL) atinge sua maior porcentagem (100%) em famílias cujos menores de 14 anos não recebem refeições nas escolas ou creches, observado no Gráfico 43. Por outro lado, nas famílias em que os menores recebem uma ou mais refeições por dia, há situações de segurança alimentar. Embora os níveis de insegurança alimentar permaneçam um pouco elevados, há uma maior predominância de Insegurança Alimentar Leve. Nas famílias sem moradores menores de 14 anos (“Não se aplica”), prevalece a Insegurança Alimentar, conforme mencionado anteriormente. Esse resultado destaca a importância da refeição escolar, não apenas como uma fonte de nutrição para as crianças, mas também como um suporte crucial para a situação alimentar geral da família.



**Gráfico 43:** Relação entre a refeição média escolar dos menores de 14 anos das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Os níveis de insegurança alimentar são predominantes nas famílias em que há relato de algum problema crônico de saúde, como diabetes, hipertensão, asma, bronquite e câncer, porém também são elevados nas famílias que afirmaram não ter nenhum problema (Gráfico 44). Podemos concluir que a insegurança alimentar está presente em diversos contextos familiares, independentemente da existência de problemas crônicos de saúde. Embora seja esperado que famílias com problemas de saúde enfrentem desafios adicionais para garantir uma alimentação adequada, é preocupante notar que a insegurança alimentar também é elevada entre as famílias que relataram não ter nenhum problema de saúde. Portanto, esses resultados ressaltam a complexidade da insegurança alimentar e a necessidade de abordagens abrangentes para enfrentar esse problema. É essencial que as políticas públicas e os programas de assistência social considerem não apenas as necessidades de saúde das famílias, mas também sua situação socioeconômica e outros determinantes que influenciam sua capacidade de acessar alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.



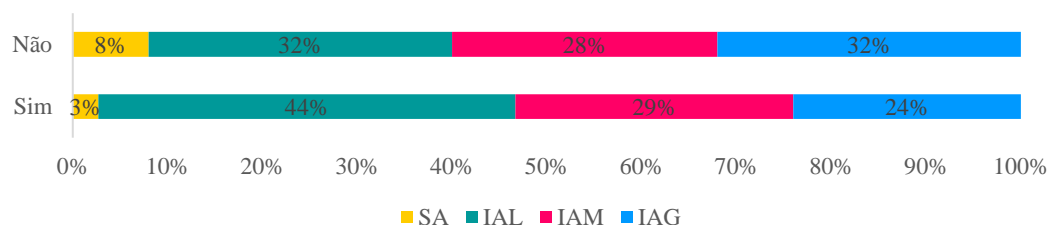
**Gráfico 44:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a existência de problema crônico de saúde nas famílias e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

### 3.2.3.3. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x Alimentação, Apoio e Proteção Social

As famílias que declaram não receber ajuda na forma de alimentos apresentam um percentual maior de Segurança Alimentar (8%), comparado às que recebem, com uma distribuição equilibrada entre os níveis de insegurança alimentar. No entanto, nas famílias que recebem ajuda, os percentuais de IAG e IAM predominam (53%), o que pode ser observado no Gráfico 45. Isso sugere que a ajuda na forma de alimentos pode não ser suficiente para garantir a segurança alimentar dessas famílias, indicando a

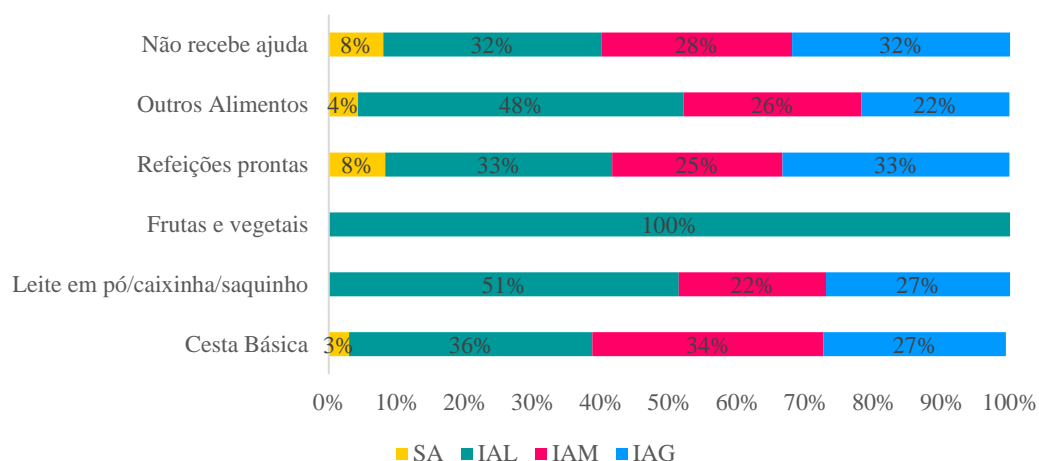
necessidade de abordagens mais abrangentes e eficazes para enfrentar a insegurança alimentar.



**Gráfico 45:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o recebimento de ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

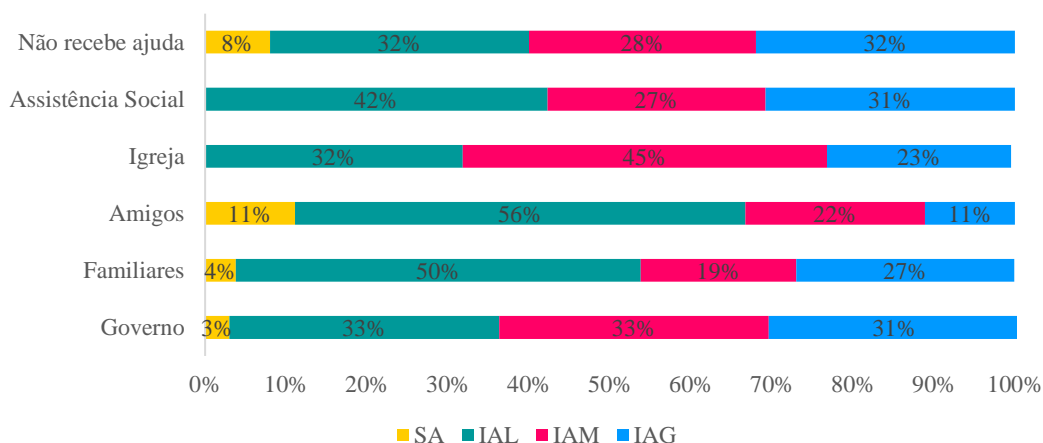
O Gráfico 46 apresenta a distribuição das famílias beneficiárias conforme o tipo de ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar. Destaca-se uma maior porcentagem (51%) de Insegurança Alimentar Leve entre as famílias que recebem leite em pó, caixinha ou saquinho, fornecido, em maior parte, pelo Programa Viva Leite. Este Programa, conduzido pelos Centros de Referência de Assistência Social provê mensalmente 15 litros de leite às famílias com crianças entre 6 meses e 6 anos, distribuídos em 2 vezes por semana. Essa assistência é fundamental para melhorar a situação dessas famílias.



**Gráfico 46:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o tipo de ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

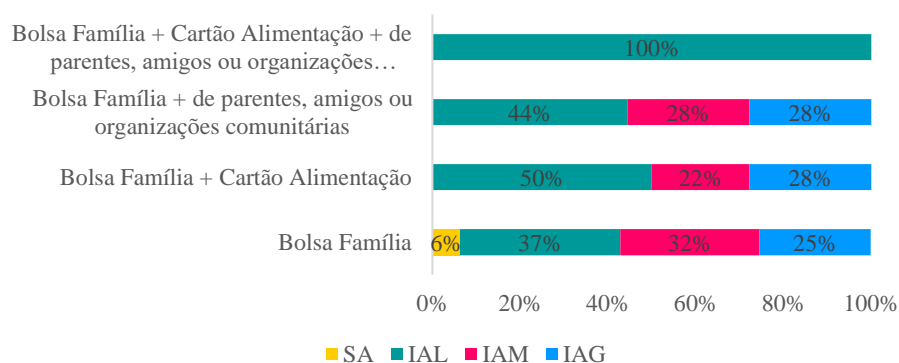
O Gráfico 47 apresenta os doadores na forma de alimentos e os níveis de (in)segurança alimentar. Observa-se que, nas famílias que desfrutam de segurança alimentar ou enfrentam apenas Insegurança Alimentar Leve, a maior parte recebe ajuda de amigos e familiares. Embora haja assistência do Governo na forma de cesta básica, parece não ser suficiente para assegurar uma maior segurança alimentar.



**Gráfico 47:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o doador da ajuda em forma de alimento e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

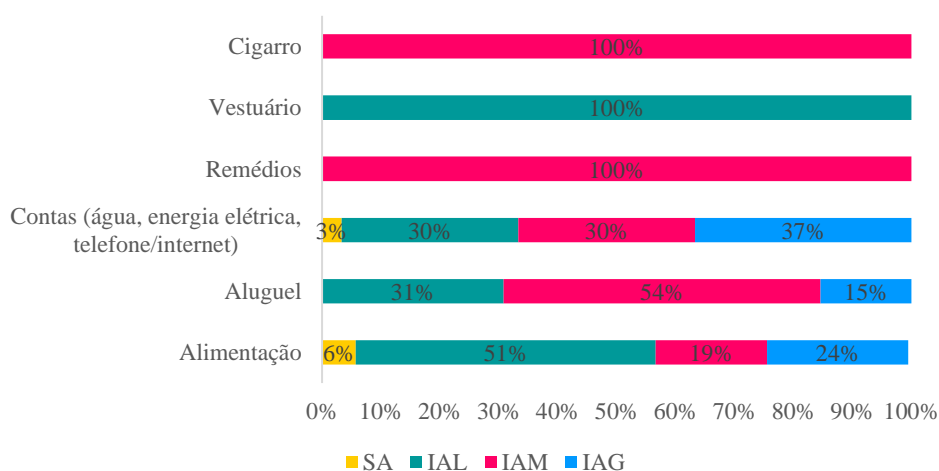
O gráfico abaixo (Gráfico 48) mostra que as famílias que recebem assistência financeira apenas do benefício do Bolsa Família apresentam alguma porcentagem de Segurança Alimentar (6%) e registram índices menores de Insegurança Alimentar mais graves.



**Gráfico 48:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com o recebimento da ajuda em dinheiro e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

Das famílias que direcionam a maior parte dos recursos do Bolsa Família para despesas com alimentação, a maioria encontra-se em situações mais favoráveis, sendo de Segurança Alimentar (6%) ou Insegurança Alimentar Leve (51%). Além disso, conforme ilustrado no Gráfico 49, entre as famílias que priorizam o uso do benefício para as despesas domésticas, a maioria encontra-se em situação de Insegurança Alimentar Grave (37%). Isso sugere que as despesas com moradia podem estar competindo com os recursos disponíveis para alimentação, o que pode levar a situações de insegurança alimentar mais graves. Observa-se ainda que os gastos com aluguel têm impacto na segurança alimentar, uma vez que 69% das pessoas que priorizam esse tipo de despesa encontram-se em situações desfavoráveis, classificadas como Insegurança Alimentar Média ou Grave. Esses resultados destacam a importância de políticas e programas que ajudem as famílias a equilibrarem suas despesas domésticas, como moradia, com as necessidades básicas de alimentação. Isso pode incluir medidas para aumentar o acesso à moradia acessível, bem como para melhorar a renda e o acesso a alimentos saudáveis para as famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

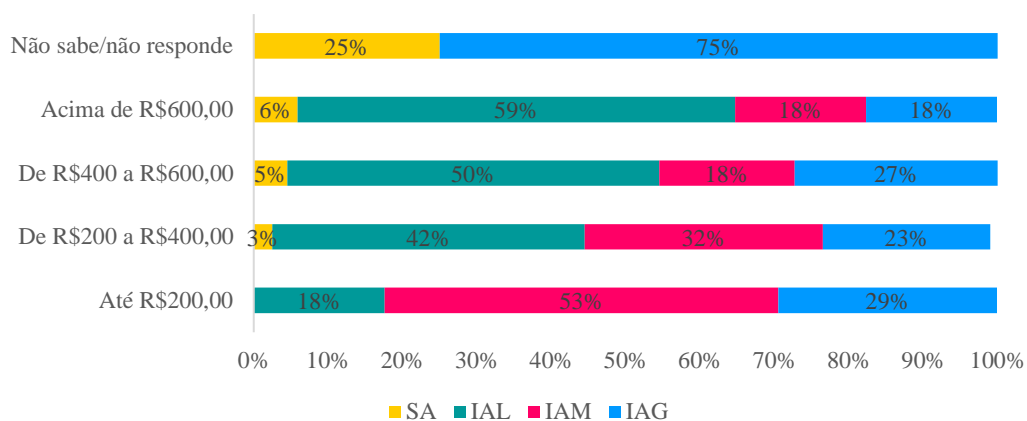


**Gráfico 49:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com os principais gastos com os benefícios do Bolsa Família e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

No que diz respeito ao gasto médio com alimentação das famílias beneficiárias, o Gráfico 50 apresenta que há uma tendência para uma maior segurança alimentar ou para uma insegurança alimentar mais leve entre aquelas que gastam consideravelmente com alimentação. Podemos sugerir que as famílias que direcionam uma parte

significativa de seu orçamento para a compra de alimentos tendem a ter uma dieta mais equilibrada e nutritiva, o que pode contribuir para a redução da insegurança alimentar. Por outro lado, famílias que não conseguem dedicar uma parte significativa de seu orçamento para alimentação podem enfrentar maiores desafios em garantir uma dieta mais adequada. Isso pode estar relacionado a questões como acesso limitado a alimentos saudáveis, falta de conhecimento sobre nutrição ou restrições financeiras que impedem o acesso a uma variedade de alimentos.



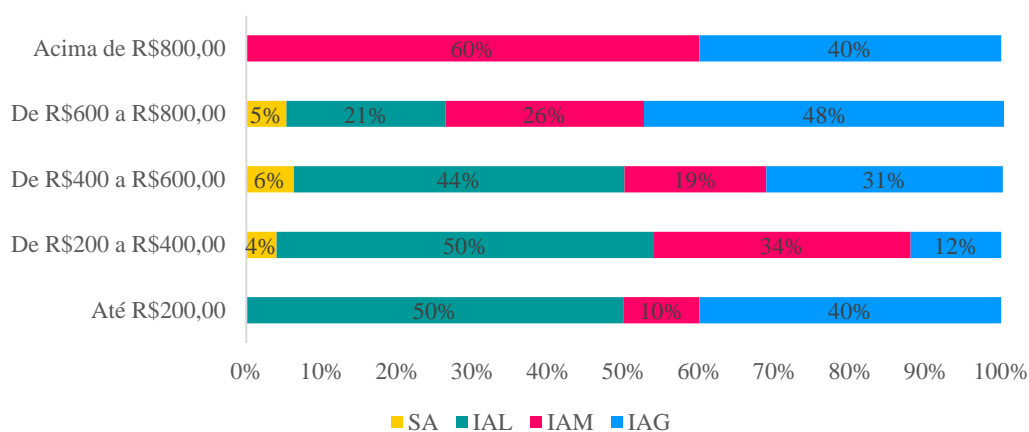
**Gráfico 50:** Relação entre o gasto médio com alimentação das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

#### 3.2.3.4. Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) x Renda per capita das famílias

No Gráfico 51, os níveis de (in)segurança alimentar são apresentados conforme a renda total per capita dos beneficiários, considerando tanto o benefício recebido quanto qualquer outra fonte de renda no domicílio, proveniente de qualquer membro. Famílias com renda per capita inferior a R\$200,00 estão inteiramente situadas na categoria de insegurança alimentar, o que sugere que essas famílias enfrentam dificuldades significativas para garantir uma alimentação adequada. Por outro lado, é interessante notar que, embora sejam menos comuns, as famílias com renda per capita acima de R\$800,00 ainda estão enfrentando insegurança alimentar, especialmente nos níveis médio e grave. Isso pode indicar que outros fatores além da renda estão contribuindo para essa situação, como o acesso limitado a alimentos nutritivos, questões relacionadas à gestão financeira ou desafios estruturais mais amplos. Em resumo, a

análise do gráfico destaca a importância de considerar não apenas a renda, mas também outros fatores que influenciam a segurança alimentar das famílias, a fim de desenvolver estratégias eficazes de combate à insegurança alimentar. No Brasil, o IBGE (2024c) mostrou que metade dos domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave tinha rendimento per capita menor que meio salário-mínimo.



**Gráfico 51:** Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a renda total per capita das famílias beneficiárias e o nível de (in)segurança alimentar

*Fonte:* Pesquisa de campo, 2024.

### 3.3. Principais efetividades e entraves do programa local

Os Quadros 3 e 4, com dados referentes ao ano de 2024, apresentam de forma geral, indicadores qualitativos e quantitativos e seus efeitos, seguidos das efetividades e os entraves do programa. Diagnosticados inicialmente, esses dados consideram aspectos relevantes associados ao perfil das famílias beneficiárias, incluindo questões sociodemográficas e socioeconômicas. Eles abrangem o atendimento prestado pelas entidades responsáveis, condições de moradia, renda, trabalho, escolaridade, saúde, alimentação, apoio e proteção social, níveis de insegurança alimentar, entre outros, tanto para os titulares do programa quanto para os demais membros das famílias, além de considerarem o funcionamento do programa a nível local.

**Quadro 3:** Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves do Bolsa Família em Matão - Gestão

<b>Nº de beneficiários</b>	3.678 famílias (maio/2024), sendo 9.537 pessoas beneficiadas.
<b>Nº de entidades gestoras</b>	7
<b>Local de atendimento</b>	A gestão fica situada na SEDS, porém os atendimentos ocorrem nos 6 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS): São José, IV Centenário, Santa Rosa, Portal, Paraíso e Bairro Alto.
<b>Recursos financeiros transferidos pelo MDS (mensal)**</b>	R\$ 2.384.451,00 para o programa (maio/2024) e R\$ 14.141,87 para a gestão (último repasse com base no IGD).
<b>Nº de funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania</b>	90 funcionários, sendo 21 lotados na sede. Suficiente para a gestão, porém insuficiente para um dos CRAS, diante da demanda do programa e das dificuldades em ter que atuar em várias funções e lugares.
<b>Flexibilidade de diálogos (interna)</b>	Comunicação constante via grupo de WhatsApp®, Sistema Municipal ou telefone.
<b>Espaço físico</b>	Apropriado para a gestão (sede da secretaria). Estrutura antiga, sem climatização adequada para alguns CRAS.
<b>Equipamentos</b>	Suficiente para gestão e CRAS, apesar de antigos.
<b>Capacitação dos gestores</b>	Realizada pelo Governo Federal.
<b>Atividades principais do gestor</b>	Manutenção dos benefícios e índices estipulados pelo Governo Federal, como manutenção das taxas de atualização cadastral, acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde, averiguação e verificação de possíveis fraudes.
<b>Divulgação e Comunicação do programa</b>	Publicação em comunidade e status do WhatsApp® através de número corporativo, divulgação em imprensa local, folders fixados nos CRAS.
<b>CrITÉrios de seleção</b>	A seleção das famílias é feita pelo MDS.
<b>Cadastramento e atualização cadastral</b>	O cadastramento para inclusão e a atualização cadastral para manutenção do benefício são realizados pela gestão do PBF no município.
<b>Índice de Gestão Descentralizada (IGD)</b>	0,92. Ótimo índice municipal.
<b>Controle Social (fiscalização)</b>	Ocorre pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), através da verificação do uso correto dos recursos de IDG.
<b>Intersetorialidade entre as entidades gestoras</b>	Além da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, ocorre a participação das Secretarias de Saúde e Educação, cujo diálogo ocorre de maneira rotineira entre a gestão e os referidos gestores de cada pasta.
<b>Dificuldades de inclusão e acompanhamento</b>	Omissão de renda e da correta composição das unidades familiares; insistência de famílias fora dos critérios do programa que frequentemente tentam se encaixar; não cumprimento das condicionalidades; falta de recadastramento.



<b>Articulação</b>	Boa articulação entre o gestor e os CRAS, Secretarias da Saúde e da Educação.
<b>Órgão responsável pela segurança alimentar</b>	Não há em Matão.
<b>Reputação das entidades responsáveis pelos atendimentos</b>	Alta, sendo que 91% consideraram os CRAS como entidades muito bem-vistas.

\* Números variam de acordo o número de cadastramentos e atualização cadastral, cancelamentos, bloqueios e desbloqueios.

\*\* Valores variam de acordo com o IGD local

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

As principais efetividades identificadas na gestão do Programa Bolsa Família em Matão incluem o seu esforço e comprometimento em relação às metas de cadastramento e recadastramento, bem como o bom acompanhamento das condicionalidades, resultando em um excelente índice de gestão municipal. Destaca-se também o esforço contínuo da gestão em aprimorar a divulgação do programa e do Cadastro Único, além da eficaz articulação com as demais entidades gestoras. Os CRAS e seus funcionários, localizados nos bairros de maior vulnerabilidade, desempenham um papel fundamental e imprescindível. A interação das famílias beneficiárias com essas entidades provedoras, aliada à boa reputação pelos atendimentos prestados, também contribui significativamente para o sucesso do programa.

No entanto, foram identificados alguns entraves institucionais e organizacionais, como a falta de investimento em infraestrutura e em funcionários para atender à grande demanda. Além disso, os espaços físicos e a quantidade de equipamentos em alguns dos CRAS são inadequados. A falta de um órgão responsável pela segurança alimentar e nutricional dos beneficiários do município é uma questão bastante crítica, além da ausência de pesquisas avaliativas para aprimorar a implementação do programa. Outro desafio é implementar alguma forma de melhorar a condicionalidade da saúde, que se encontra com índice mais baixo de acompanhamento.

Além disso, as “fake news” têm se tornado um novo desafio para as gestões municipais, já que declarações de fontes não oficiais e pouco confiáveis transmitem aos cidadãos a ideia equivocada de que os técnicos capacitados se recusam a resolver os problemas do programa para aquele cidadão. Outro desafio significativo é a natureza autodeclaratória do cadastro. Nesse sentido, a gestão se vê obrigada a confiar no beneficiário, mesmo diante da possibilidade de omissão de informações por parte deste.

**Quadro 4:** Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves do Bolsa Família em Matão – Beneficiários

<b>Características sociodemográficas e domiciliares</b>	
<b>Entidades responsáveis e atendimento</b>	O atendimento é dividido entre os CRAS: São José (18%), IV Centenário (18%), Santa Rosa (15%), Portal (19%), Paraíso (16%) e Bairro Alto (14%).
<b>Localização domiciliar</b>	98% das famílias localizam-se na área urbana e 2% na área rural. Com relação à prevalência de IA, metade da população rural encontra-se na situação de SA, e metade IAL. Já na área urbana, predomina-se somente 3% de SA, 41% de IAL, 30% de IAM e 26% de IAG.
<b>Sexo dos titulares e tipos de famílias</b>	Predominância de mulheres como chefe da família: em 89% das famílias o titular do cartão é mulher. Do total entrevistado, 52% são mulheres sem companheiro e com filhos, incluindo crianças, 17% com companheiro e com filhos, incluindo crianças, 4% com filhos maiores de 18 anos, e 3% com companheiro e sem filhos; com relação à titularidade ser homem, 1% tem companheira, mas sem filhos, 1% tem companheira e filhos, incluindo crianças e 1% não tem companheira, mas tem filhos maior de 18 anos; e 21% dos entrevistados moram sozinhos; Há maior porcentagem de IAG nas famílias unipessoais.
<b>Acesso a serviços públicos básicos</b>	O município avança na área: a proveniência da água é de rede geral de distribuição para 98% das famílias; 99% têm o lixo coletado pela prefeitura; 98% possuem rede coletora de esgoto; e 97% têm o fornecimento de energia elétrica.
<b>Escolaridade</b>	Baixa escolaridade dos titulares: 47% dos titulares das famílias possuem o ensino fundamental de 1ª a 8ª série; 17% não concluíram o ensino médio; 28% possuem ensino médio completo, apenas 2% possuem superior incompleto. Nenhum entrevistado possui ensino superior completo. Por fim, 3% não sabem ler e escrever e 3% não têm escolaridade.
<b>Características socioeconômicas</b>	
<b>Trabalho dos titulares</b>	Grande porcentagem de desempregados e trabalhadores informais: 41% dos chefes das famílias são donas(os) de casa e 32% estão procurando emprego, portanto 73% estão desempregados; e 17% trabalham por conta própria. Apenas 3% são empregados permanentes e 6% empregados temporários. E 1% é estudante. Sem índice de trabalho infantil: em 100% das famílias não há menores de 16 anos trabalhando fora de casa.
<b>Condições de saúde</b>	47% das famílias afirmam ter algum tipo de problema crônico de saúde como diabetes, hipertensão, entre outros.
<b>Consumo alimentar</b>	A maioria dos titulares tomam almoço (89%) e jantam (89%) durante os 7 dias da semana. Apenas 38% tomam café da manhã todos os dias. Complementação da alimentação com a merenda escolar: Das famílias com menores de 14 anos em idade escolar, 68% têm refeição em média 2 ou mais vezes por dia, 27% têm em média 1 vez ao dia, 2% não tem refeição escolar e 3% não come porque não gosta.
<b>Apoio e Proteção social</b>	74% das famílias recebem ajuda em forma de alimento e 26% não. Dos que recebem, 76% recebem cesta básica, 49% recebem leite; e o restante divide-se em alimentos como

	<p>frutas, vegetais, refeições prontas e outros. A doação provém na maior parte do Governo Federal (42%) e assistência social (38%); o restante divide-se entre igreja, familiares, amigos e outros.</p> <p>Com relação ao recebimento da ajuda em dinheiro, 63% provêm apenas do PBF; 18% do PBF e do Cartão Alimentação; 18% do PBF e de parentes, amigos e outras organizações, e apenas 1% recebe do PBF, do Cartão Alimentação e de parentes, amigos e outras organizações</p>
<b>Renda total per capita</b>	<p>Das famílias entrevistadas, 11% possuem renda per capita de até R\$200,00; 47% de R\$200,00 a R\$400,00, 21% de R\$400,00 a R\$600,00, 15% de R\$600,00 a R\$800,00 e 6% acima de R\$800,00.</p> <p>Não há segurança alimentar nas famílias com renda per capita abaixo de R\$200,00.</p>
<b>Gasto médio com alimentação</b>	<p>Das famílias entrevistadas, 18% gastam até R\$200,00; 41% de R\$200,00 a R\$400,00, 22% de R\$400,00 a R\$600,00 e 17% gastam acima de R\$600,00.</p> <p>As famílias que têm maiores gastos com alimentação apresentam melhores níveis SA e IAL.</p>
<b>Inserção do programa na família</b>	
<b>Tempo de inserção no programa</b>	36% das famílias recebem o benefício há menos de 2 anos; 26% recebem de 2 a 5 anos; 20% recebem de 5 a 10 anos; e 18% há mais de 10 anos.
<b>Se já houve interrupção</b>	45% das famílias declaram ter tido os benefícios interrompidos pelo menos uma vez.
<b>Se o benefício é suficiente</b>	Insuficiência dos benefícios: para 45% das famílias os benefícios recebidos são suficientes; e para 55% não são suficientes.
<b>Como ficou sabendo sobre o programa</b>	36% das famílias tiveram conhecimento da existência do programa através da televisão; 22% por amigos; 21% através dos CRAS ou assistentes sociais, 16% pela família e o restante por outros.
<b>Conhecimento sobre o programa</b>	Desconhecimento do programa: 57% dos entrevistados dizem não ter conhecimento dos valores corretos dos benefícios, a quem são destinados e as condicionalidades do programa.
<b>Avaliação do programa</b>	Boa avaliação: 52% das famílias entrevistadas avaliam o PBF como sendo muito bom; 44% como bom; e o restante divide-se em regular ou ruim.
<b>Reclamações contra as entidades</b>	99% das famílias entrevistadas não fizeram nenhuma reclamação contra as entidades responsáveis pelos atendimentos. Apenas 1 entrevistado alegou que fez uma reclamação devido à falta de educação de um(a) funcionário(a).
<b>Importância das entidades</b>	100% dos entrevistados consideram as entidades importantes e fundamentais para que os benefícios cheguem até eles.
<b>Qualidade no atendimento</b>	97% dos entrevistados afirmam que as entidades os ajudam a resolver os problemas/dúvidas de forma adequada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

As principais efetividades identificadas em relação aos beneficiários são a satisfação quanto ao acolhimento pelas entidades provedoras, a boa avaliação do programa, o acesso a serviços públicos básicos, a ausência de trabalho infantil, o uso da merenda escolar como complementação alimentar para as crianças, os indícios da formação de uma rede de proteção social (envolvendo apoio do governo, estado, município, igrejas, parentes e amigos) e a importância da gestão local nessa rede. Além disso, houve um efeito significativo dos benefícios financeiros nos gastos com alimentação.

Já os entraves encontrados incluem a baixa escolaridade dos titulares do programa, que impede uma qualificação adequada para o mercado de trabalho; o alto índice de titulares desempregados ou impossibilitados de trabalhar, devido à baixa escolaridade, condições de saúde ou necessidade de cuidar de filhos pequenos. Além disso, há desconhecimento do programa e descumprimento das condicionalidades, bem como a falta de atualização cadastral, ocasionando a suspensão ou bloqueio do benefício. Outros desafios são a insuficiência dos benefícios, as dificuldades enfrentadas devido à baixa renda familiar e a questão da alimentação.

Adicionalmente, um desafio significativo é a compreensão das unidades familiares de que o Programa não visa oferecer uma solução permanente para as dificuldades, mas sim como um suporte temporário. Em outras palavras, trata-se de uma ferramenta para superar adversidades, não uma forma de subsistência vitalícia. Portanto, a assistência do programa não deve ser encarada como a única fonte de renda familiar, pois seu propósito é promover o desenvolvimento social da família, e não apenas proporcionar assistencialismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a coleta de dados, à medida que os formulários eram aplicados aos beneficiários, foram anotadas observações sobre o programa e a estrutura local. Constatou-se uma falta de investimento em alguns Centros de Referência de Assistência Social, que apresentam equipamentos antigos, ambientes não climatizados e espaços físicos apertados. Essas condições prejudicam os atendimentos, as reuniões do programa e o acompanhamento da evolução das famílias beneficiárias. Além disso, foram identificados problemas relacionados às condicionalidades do programa, especialmente

na área da saúde, onde a taxa de acompanhamento é baixa, principalmente a de crianças menores de 7 anos.

A efetividade do programa, no que se refere à gestão, manifesta-se no comprometimento dos gestores com as metas de cadastramento e recadastramento, bem como no acompanhamento das condicionalidades, especialmente na área da Educação, o que contribui para um bom índice de gestão local. Destacam-se também a boa articulação entre o gestor local e as demais entidades responsáveis pelos atendimentos, pelas condicionalidades e pelo controle social, além do importante papel desempenhado pelas entidades provedoras de assistência social situadas nos bairros de maior vulnerabilidade.

Os principais entraves identificados para a efetividade social do programa em elementos de segurança alimentar relacionados aos beneficiários encontram-se nas seguintes áreas: acesso à moradia; baixa renda per capita, que leva ao comprometimento de uma grande parcela dessa renda com gastos alimentares e à necessidade de uma rede de proteção social para garantir acesso à alimentação; baixa escolaridade familiar, resultando em qualificação inadequada para o mercado de trabalho; alto índice de desemprego e trabalho informal, que contribuem significativamente para a insegurança alimentar; problemas crônicos de saúde, como diabetes e hipertensão; necessidade de cuidar de crianças pequenas, impedindo a obtenção de um emprego fixo; e dificuldades com as condicionalidades do programa, especialmente em relação à frequência escolar de crianças e adolescentes, o que pode levar à suspensão ou bloqueio do benefício. Além disso, a falta de conhecimento e, muitas vezes, de interesse pelo programa por parte dos beneficiários constitui um problema adicional.

No que diz respeito ao perfil dos beneficiários, destacam-se vários aspectos importantes: a representatividade dos benefícios financeiros na renda total familiar e nos gastos com alimentação; o reforço na alimentação das crianças por meio da merenda escolar; a assistência social proporcionada pela rede de proteção social, formada com o apoio financeiro e na forma de alimentos através de doações de entidades, instituições, parcerias, amigos e familiares, além do papel crucial da gestão na constituição dessa rede. Esse diagnóstico demonstra que o programa está sendo bem direcionado e não atua de forma isolada. Assim, confirma-se a hipótese inicial da pesquisa de que o Programa Bolsa Família, considerando seus indicadores, tem efeitos significativos no padrão de segurança alimentar de seus beneficiários.

## CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido evidencia a importância de discutir políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, para garantir a segurança alimentar das famílias beneficiárias.

Os resultados desta pesquisa destacam a importância da integração do Programa Bolsa Família com outros programas sociais para melhorar a segurança alimentar dos beneficiários. A pesquisa revela a necessidade de abordar questões de saúde, já que quase metade das famílias enfrenta problemas crônicos de saúde; educação, devido ao baixo nível de escolaridade; e capacitação, considerando a elevada porcentagem de titulares sem registro em carteira e/ou desempregados. Além disso, é essencial focar na alimentação, uma vez que os maiores gastos das famílias são com alimentos, nos quais os benefícios do programa têm grande representatividade.

Adicionalmente, é necessário intensificar os esforços para aumentar o conhecimento sobre o programa tanto entre os beneficiários quanto entre a equipe gestora local. A falta de conhecimento dificulta a inserção das famílias em outros programas sociais. Portanto, é essencial estabelecer e fortalecer estratégias de comunicação entre os beneficiários, os gestores locais e a sociedade. Também é importante repensar os compromissos das condicionalidades, com acompanhamento da segurança alimentar dos beneficiários. Além disso, é fundamental integrar o programa com políticas que gerem oportunidades de capacitação, trabalho e renda. O município também deve melhorar a oferta de vagas em creches. Esses elementos são necessários para a real emancipação das famílias, permitindo que elas eventualmente não precisem mais do benefício.

A partir de todas as análises, a pesquisa indica que o Programa Bolsa Família contribui parcialmente para a segurança alimentar. Embora uma parcela expressiva dos beneficiários ainda se encontre em situação de insegurança alimentar, muitos estão em situação de insegurança alimentar leve. Esses dados demonstram de forma significativa que programas compensatórios, como o PBF, desempenham um papel essencial no combate às desigualdades sociais, além da exclusão de famílias da condição de pobreza e extrema pobreza. No entanto, é evidente que o programa necessita de pesquisas e avaliações contínuas para monitorar suas consequências no âmbito familiar e no espaço público.

Diante dessa situação, seguem algumas recomendações de políticas públicas para o município de Matão: melhorar as estratégias de divulgação do programa, tanto para as famílias como para os gestores locais; investir no processo de formação de gestores, através de cursos, treinamentos e reuniões entre as esferas federal, estadual e municipal; investir na infraestrutura das entidades responsáveis pelos atendimentos socioassistenciais, além do número de funcionários; implementar programas voltados para a educação alimentar e para a saúde no município; investir na criação de vagas em creches; implementar políticas sociais voltadas para a capacitação e empregabilidade dos beneficiários; implementar programas de segurança alimentar para as famílias beneficiárias do Bolsa Família; investir em pesquisas avaliativas para aprimoramento do programa local; e criar um departamento responsável pela segurança alimentar no município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.M.M.C. Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas. Campinas: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008.

ALMEIDA, L.M.M.C.; PAULILLO, L.F.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; FERRANTE, V.L.S.B. Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235. 2006.

ATHILA, A.R.; LEITE, M.S. "A medida da fome": as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. Cad. Saúde Pública 2020; 36(10):e00208019.

BASTAGLI, F. From Social Safety Net to Social Policy? The role of conditional cash transfers in welfare state development in Latin America. International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), Working Paper, n.60, Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/71826/1/618965319.pdf>. Acesso em: 03 maio 2024.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Sociedade, v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L.C. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BONI, V; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Santa Catarina. V. 2, n. 1, p. 68-80, jan-jul/2005.

BOYADJIAN, A. C. P. B. Os programas de transferência de renda em países específicos da América Latina e no Brasil. 2009. 95p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. Brasil 1994-2002 – A Era do Real. Brasília, DF: Presidência da República, Secretaria de Estado de Comunicação do Governo, 2002.

BRASIL. Governo Federal. **Auxílio Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acesso em: 12 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. 2023.



\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Boletim Bolsa Família e Cadastro Único, Ano 5, Número 72, junho de 2021a. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_senarc/2021/Boletim%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20Cadastro%20Unico%20N%2072\\_JUNHO\\_2021.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_senarc/2021/Boletim%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20Cadastro%20Unico%20N%2072_JUNHO_2021.pdf). Acesso em: 09 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Boletim Bolsa Família e Cadastro Único, Ano 5, Número 73, julho de 2021b. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_senarc/2021/Boletim%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20Cadastro%20Unico%20N%2073\\_JULHO%20\(2\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_senarc/2021/Boletim%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20Cadastro%20Unico%20N%2073_JULHO%20(2).pdf). Acesso em: 25 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico. Brasília: MDS; 2014.

Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 20 jan. de 2023.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Caderno do IGD-M. Manual do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (Municípios e Distrito Federal). Brasília – DF, abril de 2018. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Guias\\_Manuais/ManualIGD.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/ManualIGD.pdf). Acesso em: 24 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Transferência de Renda Regra de Proteção: Bolsa Família mantém no programa 2,18 milhões de famílias que aumentaram a renda para até meio salário-mínimo por integrante. MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/regra-de-protecao-bolsa-familia-mantem-no-programa-2-18-milhoes-de-familias-que-aumentaram-a-renda-para-ate-meio-salario-minimo-por-integrante>. Acesso em: 26 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. IGD - Índice de Gestão Descentralizada. MDS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/cadunico/igd-indice-de-gestao-descentralizada-1>. Acesso em: 10 maio 2024.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Niterói/RJ, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, 2007.

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cadastro\\_%C3%9Anico\\_para\\_Programas\\_Sociais&oldid=64003201](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Cadastro_%C3%9Anico_para_Programas_Sociais&oldid=64003201). Acesso em: 10 jan. 2023.

CAPELLA, A.C.N. **Administração Pública e Planejamento no Brasil**. Araraquara: UNESP, 2009. 31 slides: color.

CAVALCANTE, P.L.C. Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: uma abordagem comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. Revista do Serviço Público, Brasília 62 (2): 105-118, Abr/Jun, 2011. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1621/1/Programas%20de%20Transfer%C3%Aancia%20Condicionada%20de%20Renda%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina%20uma%20abordagem%20comparada%20entre%20Brasil%2C%20M%C3%A9xico%2C%20Chile%20e%20Col%C3%B4mbia.pdf>. Acesso em: 03 maio 2024.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 151 p.

COSTA NETO, P.L.O. Estatística – 2ª Edição – São Paulo: Blucher, 2002.

COTTA, R.M.M.; MACHADO, J.C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. Revista Panam Salud Publica 33(1), p. 54-60, 2013.

CUNHA, C.G.S. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Revista Estudos de Planejamento – Edição n. 12, dez. 2018. Planejamento e Gestão em Perspectiva. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>. Acesso em: 02 jun 2023.

FERREIRA, D. F. Estatística Básica – 2ª Edição Revisada – Lavras: Ed. UFLA, 2009.

FISZBEIN, A.; SCHADY, N. Conditional cash transfers: reducing present and future poverty. Washington: World Bank, 2009.

FOWLER, F.J. (1993). Applied social research methods series: Survey research methods (Vol. 1, 2a ed.). Newbury Park: SAGE.

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M. SACCOL, A.Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. Revista de Administração, São Paulo, v.35, n.3, p.105-112, julho/setembro 2000.

HÖFLING, E.M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Produto Interno Bruto – PIB**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Panorama**. 2024a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/matao/panorama>. Acesso em: 15 mar. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2023, massa de rendimentos e rendimento domiciliar per capita atingem recorde. 2024b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39809-em-2023-massa-de-rendimentos-e-rendimento-domiciliar-per-capita-atingem-recorde#:~:text=Nos%20grupos%20de%20domic%C3%ADlios%20que,recebiam%2C%20de%20R%24%202.227>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. 2024c. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 08 maio 2024.

KEPPLE, A.W.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1):187-199, 2011.

LAVINAS, L.; MANÃO, D.; GARCIA, E.H.; BITTAR, M.; BAHIA, M.; BEZERRA, R.A. Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. Brasília/DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000. 30 p.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LEVINE, D.M.; STEPHAN, D.F.; SZABAT, K.A. Estatística: teoria e aplicações: usando o Microsoft® Excel em português – 6ª Edição – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MALHOTRA, N.K. (2006). Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada (4a ed.). Porto Alegre: Bookman.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Artigo publicado no Vol. IV / 1996 da Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88.

MARTINS, R.A. Abordagens Quantitativa e Qualitativa. *In*: MIGUEL, P.A.C. (Coordenador), *et al.* Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. p. 47-63.

MATÃO (Prefeitura Municipal). Desenvolvimento Social e Cidadania. 2023. Disponível em: <https://www.matao.sp.gov.br/secretarias/assistencia-e-desenvolvimento-social/>. Acesso em: 29 maio 2023.

MATTAR, V. O Velho Desconhecido Auxílio Brasil e o fim do Bolsa Família, Uma Breve Discussão sobre Políticas Públicas, Insegurança Alimentar e Covid-19. *Novos Debates*, 8(1): E8101, 2022. Disponível em: [http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/08/ENSAIO\\_vivianemattar.pdf](http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/08/ENSAIO_vivianemattar.pdf). Acesso em: 12 out. 2022.

MESQUITA, C. S. O programa bolsa família: uma análise de seu impacto e alcance social. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2007.

MIGOTTO, M.; DAVIS, B.; CARLETTO, G.; BEEGLE, K. Measuring Food Security Using Respondents' Perception of Food Consumption Adequacy. *ESA Working Paper No. 05-10*, 2005. Disponível em: <https://www.fao.org/4/af286e/af286e00.pdf>. Acesso em: 03 maio 2024.

MOORE, D.S. *A Estatística Básica e Sua Prática – 5ª Edição* – Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MOTOZO, V.P.P. Insegurança Alimentar e Nutricional domiciliar de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Ribeirão Preto, São Paulo. 2020. 81p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2020.

MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. In: Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude. Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/ PR, 2008. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/redes\\_protecao\\_social.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf). Acesso em: 24 jul. 2024.

NAZARENO, L.A.; VASCONCELOS, A.M.N. Transferências Condicionadas de Renda: Origens, Fundamentos e Tendências recentes na África Subsaariana. *Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI*, n. 19, Jan./Abr. 2015. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5199/1/BEPI\\_n19\\_Transfer%C3%AAncias.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5199/1/BEPI_n19_Transfer%C3%AAncias.pdf). Acesso em: 03 maio 2024.

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em: 29 maio 2023.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L.M.; SILDA, V.; NOGUEIRA, E.A.; MARTINELLI, J. Eficácia e coesão social do projeto Viva Leite: uma avaliação da rede de segurança alimentar de Osasco e Carapicuíba. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 56, p. 7-28, 2009.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). IDH. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20IDH%3F,%3A%20renda%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sa%C3%BAde>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Relatório do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Município: Matão/SP. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

SANO, H; MONTENEGRO FILHO, M.J.F. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. Editora Unijuí. Ano 11, n. 22, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/186>. Acesso em: 30 maio 2023.

SANTANA, J.A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 2007. Belo Horizonte/MG. Resumos... Belo Horizonte/MG: Cedeplar/UFMG, 2007. p. 1-19.

SANTOS, L.L. Políticas públicas de reforma agrária e segurança alimentar: análise comparativa dos agricultores familiares no território rural Vale do Rio Vermelho - GO. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SEGALL-CORRÊA, A.M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(2): 1-19, 2009.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? Democracia Viva, n. 39 (jun), p. 68-73, 2008.

SILVA, M.A.S. Contemporaneidade dos Programas de Transferência Monetária no Brasil: proteger ou mitigar a pobreza? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 145, p. 53-71, set./dez. 2022.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, RS, v.8, n.16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, L.H.; NEY, M.G; SOUZA, P.M. Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no meio urbano e rural das grandes regiões brasileiras de acordo com a PNAD Contínua de 2019. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 54, n. 4, p. 96-112, out/dez, 2023.

SPBR. Região Administrativa Central. Disponível em: <https://www.spbr.com.br/faq/regiao-administrativa-central/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

TAKAGI, M.; BELIK, W. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 187-207.

TEODORO, L.C.A. Neoliberalismo, Pandemia e Políticas Públicas: Análise comparativa entre o Bolsa Família e o Auxílio Brasil. Revista Serviço Social em Perspectiva, Montes Claros, v.6, p.687-700, maio de 2022.

TRALDI, D.R.C. Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. 2011. 192p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2011.

WEISSHEIMER, M. A. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 180 p.

## ANEXOS

### ANEXO A – Formulário socioeconômico e sociodemográfico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Matão/SP

#### Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

**PPG  
GOSP**

Programa de Pós-Graduação em  
Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

#### QUESTIONÁRIO

**Pesquisa do perfil socioeconômico e sociodemográfico das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Matão/SP**

Nº do questionário: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_ Horário: \_\_\_h \_\_\_

Nome do entrevistador: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado (não obrigatório): \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Quem é responsável pela alimentação familiar? ( ) Entrevistado ( ) Outro Quem? \_\_\_\_\_

#### Apresentação da pesquisa

Bom dia/Boa tarde,

Meu nome é \_\_\_\_\_ e estou realizando uma pesquisa para conhecer melhor os beneficiários do Programa Bolsa Família residentes na cidade de Matão. Procuro saber informações sobre as características das famílias, as condições de moradia, renda, trabalho, saúde, alimentação, escolaridade, para poder avaliar como o programa e sua gestão estão atendendo as famílias, principalmente em relação à situação alimentar. As informações repassadas serão sigilosas e os dados dos moradores não serão divulgados. Posso contar com sua atenção por alguns minutos?

É beneficiário(a) de qual(is) programa(s)?

Bolsa Família

Programas de Segurança Alimentar\*

Outros Programas Sociais \_\_\_\_\_

\* Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Restaurante Popular, Banco de Alimentos, Ação de Distribuição de Alimentos – ADA, Pacto Nacional para Alimentação Saudável, Hortas Escolares, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Vaca Mecânica (Leite de soja), Cozinhas Comunitárias (cursos).

## MÓDULO I – INFORMAÇÕES GERAIS DO DOMICÍLIO

### 1. Qual a área de localização do domicílio?

1(  ) Urbano

2(  ) Rural

### 2. Qual seu endereço?

Tipo de logradouro: \_\_\_\_\_ (Av; R; Pç; Tv)

Nome e nº do logradouro: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Telefone residencial: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

### 3. A sua casa é:

1(  ) Própria, já paga    2(  ) Própria, ainda pagando    3(  ) Alugada    4(  ) Cedida

5(  ) Outra condição \_\_\_\_\_

### 4. Qual o material predominante na construção das paredes externas?

1(  ) Alvenaria    2(  ) Madeira    3(  ) Taipa não revestida    4(  ) Palha    5(  ) Outros

### 5. A água utilizada neste domicílio é proveniente de:

1(  ) Rede geral de distribuição    2(  ) Poço ou nascente    3(  ) Caminhão Pipa

4(  ) Outro \_\_\_\_\_



**6. Existe banheiro com privada na sua casa?**

- 1( ) Não                    2( ) Sim, fora de casa                    3( ) Sim, dentro de casa

**7. Qual o destino dado ao lixo do domicílio? (Poderá ser assinalada mais de uma opção)**

- 1( ) Coletado pela prefeitura;  
2( ) Queimado e/ou enterrado na propriedade;  
3( ) Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à casa;  
4( ) Jogado no córrego, rio, lago ou mar;  
5( ) Outra forma \_\_\_\_\_

**8. Qual o tipo de esgoto sanitário que há na casa?**

- 1( ) Rede coletora de esgoto    2( ) Fossa    3( ) Vala  
4( ) Direto para o rio, lago ou mar    5( ) Outra forma \_\_\_\_\_

**9. Você tem fornecimento de energia elétrica (luz) em casa?**

- 1( ) Sim, relógio próprio    2( ) Relógio compartilhado    3( ) Sem relógio  
4( ) Não tem energia elétrica    5( ) Outra forma \_\_\_\_\_

**10. O quem mais usa para cozinhar?**

- 1( ) Eletricidade    2( ) Gás de botijão    3( ) Gás encanado    4( ) Carvão ou lenha  
5( ) Outros \_\_\_\_\_    6( ) Não cozinha

**11. Nos últimos 12 meses, quantas vezes sua residência recebeu visitas de agentes comunitários de saúde ou de assistentes sociais?**

- 1( ) Nenhuma vez    2( ) Entre 1 e 2 vezes    3( ) Entre 4 e 6 vezes  
4( ) Mais de 6 vezes    5( ) Não sabe/não lembra

**MÓDULO II: CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME****Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)**

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

\_\_\_\_\_

Agora vou ler para o(a) Sr.(a.) algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que o(a) Sr.(a.) responda todas elas.

**1. Nos últimos três meses, os moradores de sua casa tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

**2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores de sua casa tivessem dinheiro para comprar mais comida?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

**3. Nos últimos três meses, os moradores de sua casa ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

**4. Nos últimos três meses, os moradores de sua casa comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

**5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

**6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

**7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

**8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responde

**OS QUESITOS DE 9 A 14 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS NOS  
DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU  
ADOLESCENTES)**

- 9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?**  
1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder
- 10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?**  
1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder
- 11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?**  
1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder
- 12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?**  
1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder
- 13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?**  
1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder
- 14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?**  
1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe ou recusa responder

### MÓDULO III – CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

---

**1. A(o) Sra. (Sr.) é a(o) responsável pela família?**

1( ) Sim      2( ) Não (Neste caso, inicie o quadro abaixo pelo chefe da família)

**2. Quadro de características sociodemográficas:**

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio, começando pelo chefe da família

Nº de ordem	Primeiro nome do morador	Sexo	Idade (anos ou meses)	Qual é sua raça/cor?	Relação de parentesco com o chefe do domicílio
		M/F	a/m	1. Branca 2. Negra/Preta 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena	1. Chefe do domicílio 2. Esposo(a)/companheiro(a) 3. Filho(a)/enteado(a) 4. Pai, mãe, sogro(a) 5. Irmão(ã) 6. Outro parente 7. Agregado(a)
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

### 3. Quadro de características das famílias – escolaridade e trabalho

	<b>Frequenta creche ou escola?</b>	(Se frequenta creche ou escola) <b>Qual o nível que frequenta?</b>	<b>Qual série está frequentando?</b>	(Se não frequenta) <b>Até que série estudou e completou?</b>	<b>Qual é a condição de atividade e ocupação?</b> (poderá ser assinalada mais de uma opção)	<b>Trabalha com carteira assinada?</b>	(Apenas para a área Rural) <b>Toca a lavoura/ criação?</b>
	1. Não 2. Sim, pública 3. Sim, privada	1. Creche 2. Pré-escola 3. Ensino Fundamental 4. Ensino Médio 5. Supletivo do E. Fundamental 6. Supletivo do E. Médio 7. Pré-vestibular 8. Superior 9. Mestrado/ Doutorado 10. Não sabe	1. Primeira 2. Segunda 3. Terceira 4. Quarta 5. Quinta 6. Sexta 7. Sétima 8. Oitava 9. NA	1. Sem escolaridade 2. Não sabe ler e escrever 3. Sabe ler e escrever 4. Fundamental (1ª a 4ª série) 5. Fundamental (5ª a 9ª série) 6. Ensino Médio Incompleto 7. Ensino Médio Completo 8. Superior Incompleto 9. Superior Completo 10. Não sabe	1. Empregado permanente, sem contar o trabalho na propriedade 2. Empregado temporário 3. Conta própria 4. Empregador 5. Trabalhador não remunerado (para membros da família) 6. Aposentado 7. Pensionista 8. Procura emprego 9. Estudante 10. Dona de casa 11. Não se aplica	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim, o dia todo 3. Sim, parte do dia 4. Sim, parte da semana 5. Sim, no fim de semana 6. Sim, durante a safra 7. Não se aplica
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							

#### 4. Quadro de características das famílias com pessoas menores de 14 anos

	(Somente para menores de 14 anos) A escola/creche oferece alguma refeição?	O que acontece com a alimentação das crianças durante as férias escolares?	O transporte escolar é gratuito?	(Somente para menores de 02 anos) A criança mama no peito?	(Somente para menores de 02 anos) Além do leite materno, a criança toma água, suco, outro leite ou come algum alimento?	Alguma criança menor de 14 anos tem algum trabalho fora de casa?
	1. Não 2. Sim, 1 vez/dia 3. Sim, 2 vezes/dia 4. Sim, mas não come porque não gosta	1. Melhora 2. Piora 3. Não há alteração	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim, não remunerado 3. Sim, com algum tipo de remuneração
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

### MÓDULO IV – CARACTERIZAÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR DO BENEFICIÁRIO

#### 1. Quantos dias por semana o(a) Sr.(a.) faz as seguintes refeições?

Refeição	Nº de dias por semana
1. Café da manhã/desjejum/quebra-torto	
2. Almoço	
3. Jantar/lanche da noite	

**MÓDULO V – CONDIÇÕES DE SAÚDE E TRABALHO**

**1. Nos últimos 6 meses, alguém da família teve que deixar o trabalho para cuidar de pessoa doente?**

1( ) Sim                      2( ) Não

**2. Nos últimos 6 meses, alguém da família ficou internado no hospital?**

1( ) Sim                      2( ) Não

**3. Nos últimos 6 meses, alguém da família não foi trabalhar pelo menos 1 dia no mês por causa de ingestão excessiva de álcool?**

1( ) Sim                      2( ) Não

**4. Alguém na família tem algum problema crônico de saúde (hipertensão, diabetes, artrite)?**

1( ) Sim    Qual? \_\_\_\_\_                      2( ) Não

**5. O trabalho de cuidado e limpeza da casa é feito por:**

1( ) Adulto morador    2( ) Adulto contratado    3( ) Adolescente contratado

4( ) Morador menor de 14 anos    5( ) Morador entre 14 e 18 anos

6( ) Não sabe/não responde

**6. Na sua casa, as crianças menores de 6 anos são cuidadas por:**

1( ) Adulto morador    2( ) Adulto contratado    3( ) Adolescente contratado

4( ) Morador menor de 14 anos    5( ) Morador entre 14 e 18 anos

6( ) Não sabe/não responde

**7. Alguém em sua casa, com 14 anos ou mais, fuma cigarro de tabaco (cigarro comum), cigarro de palha, fumo de rolo, cachimbo ou charuto?**

1( ) Sim                      2( ) Não                      3( ) Não sabe/não responde

**8. Ao todo, quanto sua família gasta por mês com cigarro, fumo de rolo ou outro tipo de tabaco?**

R\$ \_\_\_\_\_                      1( ) Não sabe/não responde

## MÓDULO VI – APOIO E PROTEÇÃO SOCIAL

**1. Os moradores deste domicílio recebem ajuda, em forma de alimento, de alguma instituição ou de alguma pessoa não moradora da casa para sua alimentação?**

1( ) Sim      2( ) Não (pular para 3)      3( ) Não sabe/ não responde (pular para 3)

**2. Que tipo de ajuda? LEIA TODAS AS OPÇÕES, IDENTIFIQUE QUANTIDADE, FREQUÊNCIA E DOADOR**

TIPO	A quantidade é:	DOADOR
	1. Regular 2. Não regular	1. Governo 2. Familiares 3. Amigos 4. Igreja 5. Empregador de algum morador 6. Feira livre (sobras) 7. Restaurantes/padaria/lanchonete 8. Outros 9. Banco de alimentos 10. Assistência Social
1. Cesta básica		
2. Leite em pó/caixinha/saquinho		
3. Vegetais e frutas		
4. Outros alimentos		
5. Refeições prontas		

**3. Nestes últimos 6 meses, algum morador deste domicílio recebeu ajuda em dinheiro?**

- 1( ) Sim, Bolsa Família;  
 2( ) Sim, do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil);  
 3( ) Sim, Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos (Benefício de Prestação Continuada);  
 4( ) Sim, Programa Estadual (Renda Cidadã);  
 5( ) Sim, Programa Municipal (Cartão Alimentação);  
 6( ) Sim, de parentes, amigos ou organizações comunitárias;  
 7( ) Outros;  
 8( ) Não (passe ao Módulo VII).

**4. Alguma vez algum desses benefícios recebidos foi interrompido?**

Frequência	Bolsa Família	PETI*	Programas de SAN	Outros Programas**
1. Nunca				
2. Uma vez				
3. Duas vezes				
4. Três ou mais vezes				
5. Não sabe/não responde				

\*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil



\*\*Anotar programas que sejam sistemáticos, como: Programas estaduais, municipais, de Organizações Não Governamentais ou de Igrejas. Não anotar auxílios esporádicos.

**5. Onde o(a) Sr.(a.) recebe o benefício?**

- 1( ) na própria cidade
- 2( ) na cidade vizinha
- 3( ) pede pra terceiros
- 4( ) outros
- 5( ) não sabe/não responde

**6. Como chega ao local para recebê-lo?**

- 1( ) a pé
- 2( ) de bicicleta
- 3( ) de ônibus/lotação
- 4( ) veículo próprio (carro/moto)
- 5( ) outros. Quais?\_\_\_\_\_
- 6( ) outra pessoa recebe
- 7( ) não sabe/não responde

**7. O beneficiário considera o recebimento do recurso financeiro:**

- 1( ) muito difícil
- 2( ) difícil
- 3( ) moderado
- 4( ) fácil
- 5( ) muito fácil

## MÓDULO VII – CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA DA FAMÍLIA

1. Preencha o quadro abaixo com as informações de renda de todos os moradores do domicílio que trabalham como empregados ou em propriedade agrícola, que são aposentados ou pensionistas (utilize a coluna Renda principal). Especifique sempre que existirem segundo e terceiro trabalhos na coluna outro trabalho.

Nº de Ordem	Nome	Rendimento Mensal em R\$	
		Renda Principal	Outro Trabalho
01	_____ (chefe do domicílio)		
02			
03			
04			
05			

2. Ao adquirir os alimentos para o consumo da família, como são feitos os pagamentos desta compra? (Pode haver mais de uma opção)

1( ) Pagamento à vista (dinheiro/débito)      2( ) Pagamento a prazo (crédito/cheque pré-datado/cartão estabelecimento)      3( ) Sistema de cadernetas      4( ) Com o trabalho  
5( ) Outros      6( ) Não sabe/não responde

3. Os moradores deste domicílio têm dívidas relativas à compra de alimentos?

1( ) Sim      2( ) Não      3( ) Não sabe/não responde

4. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de alimentação durante o mês?

R\$\_\_\_\_\_      1( ) Não sabe/não responde

5. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de educação durante o mês?

R\$\_\_\_\_\_      1( ) Não sabe/não responde

6. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de saúde durante o mês?

R\$\_\_\_\_\_      1( ) Não sabe/não responde

## MÓDULO VIII – INSERÇÃO DO PROGRAMA NA FAMÍLIA

1. Qual o valor total dos benefícios recebidos? R\$ \_\_\_\_\_

2. Em sua opinião, o valor do benefício do programa é suficiente? 1( ) Sim 2( ) Não

Se não, por quê? \_\_\_\_\_

E para quanto deveria aumentar? R\$ \_\_\_\_\_

3. Há quanto tempo a família participa do programa? \_\_\_\_\_ anos \_\_\_\_\_ meses

4. Qual sua avaliação do programa Bolsa Família?

1( ) Muito Bom 2( ) Bom 3( ) Regular 4( ) Ruim

Por que (justificar a resposta)?

---



---



---

5. Qual o destino do benefício, ou seja, com o que é gasto? Ou em prioridade de gastos (sendo 1 maior prioridade a 10 menor prioridade, podendo ser assinalada mais de uma opção)

1( ) Alimentação 2( ) Remédios 3( ) Material Escolar 4( ) Vestuário

5( ) Aluguel 6( ) Gás 7( ) Luz 8( ) Lazer 9( ) Outros

6. Quanto é gasto (R\$) com cada um?

1( ) Alimentação 2( ) Remédios 3( ) Material Escolar 4( ) Vestuário

5( ) Aluguel 6( ) Gás 7( ) Luz 8( ) Lazer 9( ) Outros

7. Como ficou sabendo do Programa Bolsa Família?

---



---

8. Você possui conhecimento dos valores corretos dos benefícios, a quem são destinados e as condicionalidades do programa?

---



---

**9. Quais documentos você precisou para entrar no programa? Você tinha ou precisou tirá-los?** \_\_\_\_\_

**10. Em sua opinião, a entidade local (Secretarias, CRAS, Conselho) responsável pelo programa é:**

- 1( ) muito bem vista junto aos cidadãos  
2( ) pouco bem vista juntos aos cidadãos  
3( ) nada bem vista junto aos cidadãos  
4( ) não sabe

**11. Já fez reclamações contra a entidade local?**

- 1( ) Sim    2( ) Não

Quais foram as reclamações? \_\_\_\_\_

Onde fez as reclamações? \_\_\_\_\_

**12. Em sua opinião, o esforço empreendido pela entidade para manter os beneficiários no programa é:**

- 1( ) forte    2( ) moderado    3( ) fraco    4( ) não sabe

**Quais são esses esforços?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**13. A entidade que atende as famílias do programa é fundamental para o benefício chegar até você?** 1( ) Sim    2( ) Não    3( ) Não sabe

**Por quê?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**14. Você procura a entidade responsável pelo programa Bolsa Família quando tem algum problema com o benefício?**

- 1( ) Sim    2( ) Não

**Ela te ajuda a resolver os problemas de forma adequada?**

- 1( ) Sim    2( ) Não    3( ) Mais ou menos/às vezes

Muito obrigada pela sua participação e colaboração!

**ANEXO B - Roteiro da entrevista semiestruturada ao Gestor local do Programa  
Bolsa Família em Matão**

**Universidade Federal de São Carlos – UFSCar**

**PPG  
GOSP**

Programa de Pós-Graduação em  
Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

**Pesquisa do perfil socioeconômico e sociodemográfico das famílias beneficiárias do Programa  
Bolsa Família (PBF) em Matão/SP**

Entrevista semiestruturada

Gestor local do Programa Bolsa Família

(nome, idade, profissão/formação, escolaridade atual)

**Perfil da entidade**

- Qual a condição da sede?
- Qual a idade da sede?
- Teve mudanças provocadas pela inclusão do programa, como entidades criadas?

**Gestão do Programa**

- Qual a função do gestor?
- Quais as principais atividades do gestor?
- Que órgão está gerindo o PBF? Esse órgão já fazia parte da estrutura organizacional da prefeitura? Quais foram os critérios utilizados para definir o órgão gestor?
- Quando o PBF começou a ser implementado no município?
- Quais as atividades principais do Programa?
- Há algum entrave para o cumprimento dessas atividades?

### **Recursos Humanos e Financeiros**

- Qual quantidade de profissionais atuantes na gestão? Quais suas funções?
- E qual a quantidade de profissionais atuantes nos CRAS? Quais suas funções? A quantidade é suficiente? Há falta de servidor?
- Como analisa a capacitação, qualificação, remuneração e motivação desses profissionais?
- E em relação à disponibilidade, agilidade, reputação e cooperação dos profissionais?
- Como é a comunicação interna entre os profissionais? Há flexibilidade de diálogos? Há reuniões periódicas? Com qual frequência?
- Quais os recursos (físicos) disponíveis atualmente para implementação e atendimento do programa?

### **Cadastramento**

- Como é feita a divulgação do programa e a comunicação com os beneficiários?
- Quantas famílias, atualmente, são atendidas no município? Como esse número foi definido? Há perspectiva de ampliação? Qual sua opinião sobre esse número?
- Quais são os critérios e como está sendo (foi) utilizado o processo de seleção, captação, cadastramento e recadastramento do PBF?
- Como avalia a atuação da prefeitura para definir quem entra no programa?
- Como avalia a vulnerabilidade das famílias para o cadastro no PBF? Existem fatores para além dos requisitos estabelecidos pelo MDS que influenciam a seleção das famílias? Quais?
- Você adota alguma estratégia específica para chegar até as famílias mais vulneráveis? Quais?
- Na sua opinião, atingidas as metas de credenciamento, quais passaram a ser as principais tarefas do gestor local?

### **Condicionalidades**

- Como é realizado o acompanhamento para o cumprimento das condicionalidades?
- Existe algum tipo de acompanhamento das famílias no que se refere, especificamente, às contrapartidas exigidas pelo programa (mecanismos de acompanhamento da evolução das condições da família)?
- Como o município está estruturado para ofertar os serviços de saúde e educação, especificamente aqueles que se referem às condicionalidades do PBF?
- Quais são as dificuldades encontradas no acompanhamento das condicionalidades?
- Quais as principais dificuldades para os beneficiários cumprirem as condicionalidades?

### **Controle Social**

- Em que instância acontece o controle social do Programa Bolsa Família?
- Quais as competências dessa instância com relação ao Bolsa Família?
- Se a instância não é específica para o Bolsa Família, quais têm sido as implicações?
- No seu município, como é a atuação da instância de controle social? Comente.
- Na sua opinião, a instância de controle social tem um papel na integração entre o Bolsa Família e outros programas sociais? Que iniciativas são realizadas nesse sentido?

### **Intersetorialidade**

- Quais secretarias atuam/participam do Programa Bolsa Família? Como se dá o diálogo entre as secretarias envolvidas em torno do programa?
- São feitas reuniões periódicas com essas secretarias? Com qual frequência?
- Como se dá o processo de tomada de decisão com relação à implementação do programa?
- Que outros atores atuam na gestão do programa?
- Na sua opinião, quais são parcerias estratégicas para otimizar o programa? Por quê? Com relação:

- à comunicação com o beneficiário;
  - ao credenciamento;
  - ao cumprimento das condicionalidades;
  - à articulação com outras políticas sociais;
  - ao controle social.
- No seu município, aconteceram iniciativas articuladas com o Bolsa Família que fizeram avançar a conquista de direitos para os beneficiários?

### **Gestão compartilhada**

- O que você acha do papel do município na gestão compartilhada? Quais as vantagens e desvantagens para o município?
- Quais são os incentivos para as administrações locais implementarem o programa?
- O que você acha do recurso ser transferido diretamente ao beneficiário pelo governo federal?

### **Segurança Alimentar**

- Como está a segurança alimentar no seu município?
- O que já está sendo feito, e o que deveria ser feito, para garantir a segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família no seu município?
- Que políticas nessa área estão sendo implementadas no seu município?

### **Portas de saída**

- Como a gestão do PBF trabalha a perspectiva do desligamento das famílias com relação ao PBF?
- Na sua opinião, que outras políticas sociais são estratégicas para que as famílias possam encontrar “portas de saída” (deixar de precisar) do programa?

### **Opinião**

- Na sua opinião, por que o governo federal criou o Bolsa Família?
- Quais são os maiores entraves para o sucesso do programa?
- Qual é o maior mérito do programa?



**ANEXO C – Endereços, telefones, horários de funcionamento e e-mails dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Matão/SP**

- **CRAS SÃO JOSÉ**  
Avenida Aldo Nicolucci, nº 188 – Jardim São José  
Horário de Funcionamento: das 08h00 às 17h00  
**(16) 3384-7067**  
[crassaojose@matao.sp.gov.br](mailto:crassaojose@matao.sp.gov.br)
- **CRAS IV CENTENÁRIO**  
Avenida José Zanardi, nº 285 – Jardim São José  
Horário de Funcionamento: das 08h00 às 17h00  
(16) 3384-9327  
[crascentenario@matao.sp.gov.br](mailto:crascentenario@matao.sp.gov.br)
- **CRAS SANTA ROSA**  
Rua José Martinho Martins, nº 685 – Jardim Santa Rosa  
Horário de Funcionamento: das 08h00 às 17h00  
(16) 3384-1294  
[assistenciasocialpereira@matao.sp.gov.br](mailto:assistenciasocialpereira@matao.sp.gov.br)
- **CRAS PORTAL**  
Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1234 – Portal Terra da Saudade  
Horário de Funcionamento: das 08h00 às 17h00  
(16) 3394-2224  
[crasportal@matao.sp.gov.br](mailto:crasportal@matao.sp.gov.br)
- **CRAS PARAÍSO**  
Rua Adelino Bessi, nº 318 – Jardim Paraíso  
Horário de Funcionamento: das 08h00 às 17h00  
(16) 3384-1164  
[assistenciasocialparaiso@matao.sp.gov.br](mailto:assistenciasocialparaiso@matao.sp.gov.br)
- **CRAS BAIRRO ALTO**  
Avenida Paraná, nº 484 – Vivelândia  
Horário de Funcionamento: das 08h00 às 17h00  
(16) 3384-2507  
[assistenciasocialbairroalto@matao.sp.gov.br](mailto:assistenciasocialbairroalto@matao.sp.gov.br)

## ANEXO D – Abrangência dos Bairros por CRAS

CRAS SANTA ROSA		CRAS PORTAL	
AV. JOSÉ MARTINHO MARTINS, 685- JD. Sª ROSA assistenciasocialpereira@matao.sp.gov.br		AV. MATO GROSSO DO SUL, 1234 – PORTAL crasportal@matao.sp.gov.br	
VILA PEREIRA SÃO BOM JESUS MORUMBI SANTA ROSA JD. MARIA CÂNDIDA PARQUE DAS LARAJEIRAS I, II E III. CIDADE JARDIM VALE DO SOL	RES. JOÃO VITAL JD. ESPERANÇA JD. SAUDADE VILA MARIA P. FLAMBOYANT J. EUGÊNIA PEDREIRA	JD. POPULAR PORTAL TERRA DA SAUDADE I e II JD. SÃO GABRIEL BOSQUE – LIMITE – AVENIDA SÃO PAULO	
3384-1294	1	3394-2224	2
CRAS BAIRRO ALTO		CRAS IV CENTENÁRIO	
AV. PARANÁ, 484 JD. VIVELÂNDIA assistenciasocialbairroalto@matao.sp.gov.br		AV. JOSÉ ZANARDI, 285 – IV CENTENÁRIO crascentenario@matao.sp.gov.br	
BAIRRO ALTO JD. ALVORADA JD. PRIMAVERA VILA GUARANI JD. BELA VISTA VIVELÂNDIA VILA CARDIM JARDIM DO BOSQUE – LIMITE AVENIDA SÃO PAULO	NOVO MUNDO SÃO JUDAS TADEU	RES. ACÁCIAS JD. AEROPORTO BNH VILA SANTA CRUZ BOM RETIRO JD. BUSCARDI CAMBUY CENTRO IV CENTENÁRIO JD. BALISTA	LAS LOMAS NOVA MATÃO REC. DOS PINHEIROS RES. CADIOLI VILA SANTA CRUZ VILA FURINI RES. NOVA AURORA
3384-2507	3	3384-9327	4
CRAS SÃO JOSÉ		CRAS PARAÍSO	
RUA VICTORIO CHIOZZINI 123 – JD. ITÁLIA crassaojose@matao.sp.gov.br		RUA ADELINO BESSI, 318 – JD. PARAÍSO assistenciasocialparaíso@matao.sp.gov.br	
SÃO JOSÉ JD. ITÁLIA PQ. ALIANÇA JD. BRASIL SANTA MARTA VILA JANDIRA VILA MARIANI VILA BUSSOLA RES. ALTOS DOS PINHEIROS RES. TROLLI	TURVO (16) 3389-1103	PQ. IMPERADOR MONTE CARLO BOA VISTA NOVA CIDADE JD. PARAÍSO I, II e III. RES. VILA DI CAPRI PORTAL BARONESA RES. VILA ROMANA AZUL VILLE I e II. HORTO/ ASSENTAMENTO PARK DOS PÉS	TORIBA SILVÂNIA P. IMPERIAL P. MÔNACO P. PETRÓPOLIS R. VALÉRIO MORANDI RES. ORMINDA BENASSI RES. OLÍVIO BENASSI RES. EUDES BENASSI RES. LAS PALMAS
3384-7067	5	3384-1164/ 9.9704-5425	6

## ANEXO E – Autorização da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Matão/SP

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO


Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, na função de representante legal da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Matão/SP, informo que o projeto de pesquisa intitulado “Efetividades e Entraves do Programa Bolsa Família no Município de Matão/SP: Um Olhar sobre a Segurança Alimentar dos Beneficiários”, apresentado pelo (a) pesquisador (a) Lígia Maria de Aquino, e que tem como objetivo principal discorrer sobre as efetividades e os entraves institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como enfoque elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla, foi analisado e autorizada sua realização apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. Solicito a apresentação do Parecer de Aprovação do CEP-UFSCar antes de iniciar a coleta de dados nesta Instituição.

“Declaro conhecer a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Data: Matão 04 de Agosto 20 23

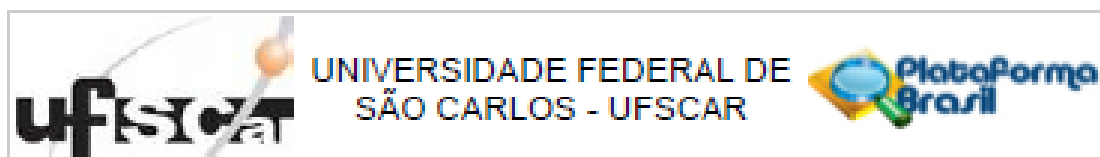
Assinatura:

  
(Enio Otávio de Souza Langhi)

Enio O. S. Langhi  
Secretário de Desenvolvimento  
Social e Cidadania

Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania  
Rua Cesário Motta, 853 – Centro – Matão/SP  
E-mail: desenvolvimento-social@matao.sp.gov.br  
Telefone: (16) 3382-4078

## ANEXO F – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Efetividades e Entraves do Programa Bolsa Família no Município de Matão/SP: Um Olhar sobre a Segurança Alimentar dos Beneficiários

**Pesquisador:** LIGIA MARIA DE AQUINO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 72848623.0.0000.5504

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.495.101

#### **Apresentação do Projeto:**

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa", "Metodologia", "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram extraídas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (de 05/10/2023) e/ou do Projeto Detalhado (de 05/10/2023)

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo discernir sobre as principais efetividades e entraves Institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como enfoque analítico elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla. Para isso, serão realizadas entrevistas com famílias beneficiárias (titulares) por meio da aplicação de formulários semiestruturados, e coletadas informações junto aos gestores e técnicos responsáveis pelo programa local. O tamanho da amostra foi definido por meio do método de amostragem probabilística estratificada proporcional ao número de famílias atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Para o desenvolvimento do trabalho, será utilizado uma combinação de análise quantitativa e qualitativa de dados provenientes das pesquisas de campo realizadas. As técnicas quantitativas serão baseadas em metodologias validadas, como a Rede Alimenta da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que inclui o método da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), utilizando um formulário aplicado às famílias beneficiárias do programa em etapa antecedente às técnicas qualitativas. Estas serão adotadas por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor local do programa e representantes da Educação e Assistência Social do município de Matão. Através da coleta e análise

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

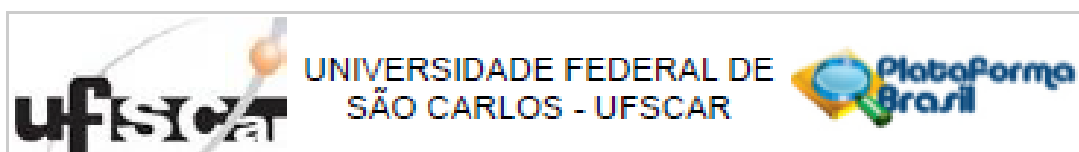
**CEP:** 13.565-005

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-0885

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br

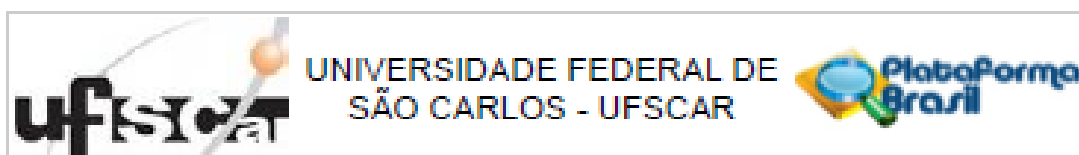


Continuação do Projeto: 0.425.101

dos dados, serão obtidos resultados tanto qualitativos quanto quantitativos sobre o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos beneficiários, bem como suas percepções e percepção dos gestores em relação ao programa e às entidades responsáveis.

**METODOLOGIA:** A pesquisa de natureza aplicada utiliza métodos descritivos, de caráter exploratório, com abordagens qualitativas e quantitativas. O objetivo exploratório da pesquisa partiu do levantamento bibliográfico de dados secundários do objeto de estudo (obras publicadas, capítulos de obras publicadas por autores organizadores, artigos de periódicos e de eventos, dissertações, teses, resumos, relatórios, palestras, notas de aulas, seminários, reportagens e outros documentos impressos e on-line) e dos sujeitos envolvidos, a fim de ampliar o mais detalhado possível seu conhecimento. O desenvolvimento do trabalho será baseado na combinação da análise quantitativa e qualitativa de dados primários provenientes das pesquisas de campo realizadas. As técnicas quantitativas serão baseadas na metodologia da Rede Alimenta da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), utilizando, neste caso, um formulário (adaptado pelo pesquisador) aplicado às famílias beneficiárias do programa (Anexo A) em etapa antecedente às técnicas qualitativas. As entrevistas serão realizadas de forma presencial, com beneficiários registrados nos seis CRAS de Matão. **OS FORMULÁRIOS SERÃO IMPRESSOS E APLICADOS PESSOALMENTE, DE FORMA DIRETA, AOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA. POSTERIORMENTE,** será utilizado aplicativo contendo previamente todas as perguntas, e o aplicador marcará as respostas do beneficiário, a fim de facilitar na avaliação dos dados. **As técnicas qualitativas serão adotadas por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor local do programa e gestores da Educação e Assistência Social do município de Matão (Anexo B). AS ENTREVISTAS SERÃO REALIZADAS PESSOALMENTE, DIRETAMENTE COM OS GESTORES, POSSIVELMENTE COM A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS PARA GRAVAÇÃO, A QUAL SERÁ TRANSCRITA POSTERIORMENTE.** Serão realizadas entrevistas adicionais com o objetivo de caracterizar os níveis de Insegurança Alimentar das famílias relacionadas, a fim de identificar o acesso à alimentação, renda, trabalho, proteção social, condições de saúde, escolaridade, moradia e o desempenho do programa local, baseado nas percepções dos gestores e dos beneficiários, dentre outros. **O PESQUISADOR SERÁ RESPONSÁVEL PELO ARMAZENAMENTO ADEQUADO DOS DADOS COLETADOS, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS PARA ASSEGURAR O SIGILO E A CONFIDENCIALIDADE DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.** As perguntas encontram-se nos Anexos A e B do projeto detalhado. **O RECRUTAMENTO DOS PARTICIPANTES SERÁ FEITO COM AUXÍLIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA E DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DA CIDADE DE MATÃO. À MEDIDA QUE AS PESSOAS PROCURAREM A SECRETARIA OU O CRAS PARA REQUISIÇÃO DE**

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 236  
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-005  
 UF: SP Município: SAO CARLOS  
 Telefone: (16)3351-0685 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 8.495.101

PASSES, LEITE, CESTAS BÁSICAS, FAZER A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, SABER INFORMAÇÕES DO BOLSA FAMÍLIA, POR BLOQUEIO DE ALGUM DOS BENEFÍCIOS, POR ALGUMA REUNIÃO AGENDADA COM OS ASSISTENTES SOCIAIS (PLANTÕES SOCIAIS) OU POR REUNIÕES SEMANAIS DOS PROGRAMAS, SERÁ PERGUNTADO SE SÃO BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA E NO CASO DE SEREM, SERÃO APRESENTADAS À PESQUISA. CASO A PESQUISADORA ESTEJA NO LOCAL, A ENTREVISTA PODERÁ SER REALIZADA DE FORMA IMEDIATA. DO CONTRÁRIO, PODERÁ SER AGENDADA UMA DATA E HORÁRIO. ASSIM, NÃO SERÁ NECESSÁRIA A CESSÃO DE DADOS PESSOAIS DOS PARTICIPANTES, NÃO VIOLANDO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:** Discorrer sobre as efetividades e os entraves Institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como enfoque elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla. **Objetivo Secundário:** - Caracterizar a situação socioeconômica e o nível de (In)segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família;- Correlacionar cada nível de (In)segurança alimentar com variáveis sociodemográficas e socioeconômicas: saúde, trabalho, renda, moradia, educação, acesso à alimentação, apolo e proteção social, entre outras;- Analisar os impactos do programa em relação às suas principais vertentes: renda, educação, saúde, assistência social, focalização, oferta de trabalho, trabalho infantil, condicionalidades, fiscalização e controle social;- Verificar as percepções do programa sob a ótica dos beneficiários e da equipe gestora local;- Avaliar a eficácia e identificar os entraves da Gestão Municipal nos elos de atuação do Programa Bolsa Família.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

**BENEFÍCIOS:** Contribuir com a análise da Gestão do Programa na cidade, podendo ser melhorada a depender dos resultados encontrados.

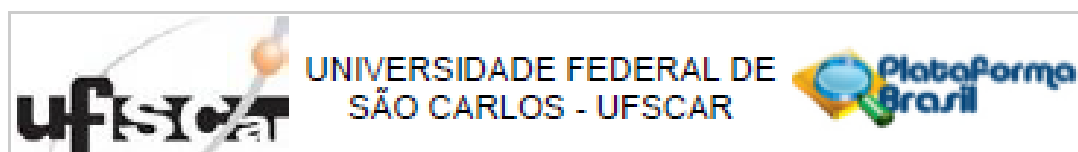
**RISCOS:** Esta pesquisa poderá eventualmente causar momentos de timidez ou receio aos participantes, no caso de supor que podem perder o benefício a depender da resposta. Neste sentido, tratam-se de riscos mínimos, já que a situação será esclarecida no início da entrevista.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510 de 2016 e suas complementares.

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-005
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-0685	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6.498.101

510 de 2016 e suas complementares. Estudo nacional, unicêntrico, caráter acadêmico, quanti-qualitativo, com previsão de um total de 102 participantes, beneficiários do Bolsa Família.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Recomendações:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Agradecemos as providências e os cuidados tomados pelos pesquisadores ao apresentarem a nova versão do protocolo de pesquisa ao CEP da UFSCar. Trata-se de análise de resposta ao parecer "pendente".

Seguem abaixo as pendências listadas no parecer anterior do CEP e seu status (atendida, não atendida, parcialmente atendida).

**PENDÊNCIA 1: NAS INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE O PROJETO É NECESSÁRIO DESCREVER MELHOR A METODOLOGIA PROPOSTA EM TERMOS: DOS PARTICIPANTES (INCLUIR O GESTOR LOCAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA), MATERIAIS UTILIZADOS E PROCEDIMENTOS, conforme Norma Operacional n.001/2013 e Resolução n.510/16.**

R: Toda a descrição da Metodologia Proposta foi inserida erroneamente no item "4. Detalhamento do Estudo – Metodologia de Análise de Dados." A correção foi realizada, colocando as informações corretas no item "Metodologia Proposta", contendo algumas atualizações, que constam em CAIXA ALTA para diferenciação. Da mesma maneira, o item "Metodologia de Análise de Dados" foi atualizado. As informações já constavam no Projeto de pesquisa, somente foi inserida equivocadamente na Plataforma Brasil (PB).

Análise: pendência atendida.

**PENDÊNCIA 2: No item "Intervenções" no grupo, não foram especificadas as Intervenções (CONTEÚDO DOS FORMULÁRIOS) a que os participantes de pesquisa serão submetidos. Também não foi incluído o gestor local do Programa Bolsa Família (citado no projeto detalhado). R: Atualizações efetuadas no item "Intervenções".**

Análise: pendência atendida.

**PENDÊNCIA 3: Considerando as pendências, solicita-se à pesquisadora atualizar o cronograma, de modo que a coleta de dados ocorra depois da aprovação deste projeto pelo CEP, conforme**

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

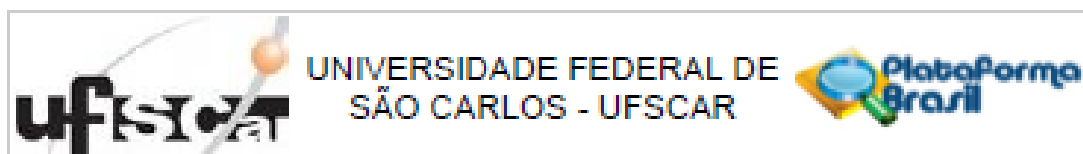
CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-0685

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer 6.492.101

Resolução n. 510/16, art. 28, Item I.

R: o cronograma foi atualizado conforme disponibilidade da pesquisadora e para haver um tempo hábil para aprovação do projeto pelo CEP, considerando o novo prazo de 02/01/2024 a 15/03/2024 (corrigido na PB).

Análise: pendência atendida.

PENDÊNCIA 4: Nas informações básicas sobre o projeto e no projeto detalhado (informação que caberia na seção metodologia), não esclarece o modo de recrutamento dos participantes, considerando a Lei Geral de Proteção de Dados, sobre acesso aos dados sensíveis e pessoais, sem consentimento prévio do participante. A instituição não poderá ceder lista de contatos dos participantes.

R: Informações inseridas no Projeto de pesquisa (destacado no texto) e na PB (a atualização encontra-se em CAIXA ALTA). O recrutamento dos participantes será feito com auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Matão. À medida que as pessoas procurarem a Secretaria ou o CRAS para requisição de passes, leite, cestas básicas, fazer a atualização cadastral, saber informações do Bolsa Família, por bloqueio de algum dos beneficiários, por alguma reunião agendada com os assistentes sociais (plantões sociais) ou por reuniões semanais dos programas, será perguntado se são beneficiárias do Bolsa Família e no caso de serem, serão apresentadas à pesquisa. Caso a pesquisadora esteja no local, a entrevista poderá ser realizada de forma imediata. Do contrário, poderá ser agendada uma data e horário. Assim, não será necessária a cessão de dados pessoais dos participantes, não violando a Lei Geral de Proteção de Dados.

Análise: pendência atendida.

PENDÊNCIA 5: o TCLE não garante o acesso dos resultados aos participantes da pesquisa. Solicita-se esclarecer e descrever, conforme Resolução n. 510/16, art.17 Item VI.

R: Informação inserida no TCLE, em destaque (novamente anexado à Plataforma).

Análise: pendência atendida.

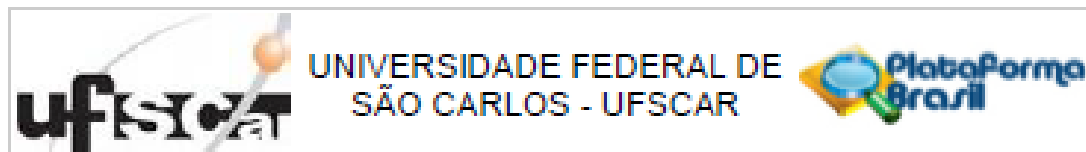
PENDÊNCIA 6: O documento PB informações não apresenta "Orçamento". Toda pesquisa requer gastos e, portanto, "orçamento", conforme Norma Operacional n.001/2013. Solicita-se inserir. R: Não foram informados gastos anteriormente por ser de orçamento próprio, porém, para atualização conforme solicitado, foram adicionados gastos com combustível e impressão de formulários, totalizando R\$350,00, que serão custeados com orçamento próprio.

Análise: pendência atendida.

PENDÊNCIA 7: Não está explicitado na metodologia do projeto de pesquisa e PB informações como

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.585-005  
 UF: SP Município: SAO CARLOS  
 Telefone: (16)3351-0665 E-mail: cephumanos@ufscar.br





Continuação do Parecer: 6.425.101

será realizada a entrevista Semiestruturada, ou seja, se será gravada em áudio. Caso seja gravada em áudio, esclarecer os cuidados com material gravado, conforme Circular n. 1/2021, Item e subitens 2 e 3. R: Informações inseridas no Projeto de pesquisa (destacado no texto) e na PB (a atualização encontra-se em CAIXA ALTA). As entrevistas (Anexo A) serão realizadas de forma presencial, com beneficiários registrados nos seis CRAS de Matão. OS FORMULÁRIOS SERÃO IMPRESSOS E APLICADOS PESSOALMENTE, DE FORMA DIRETA, AOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA. POSTERIORMENTE, será utilizado aplicativo contendo previamente todas as perguntas, e o aplicador marcará as respostas do beneficiário, a fim de facilitar na avaliação dos dados. As técnicas qualitativas serão adotadas por meio de entrevistas semiestruturadas com o gestor local do programa e gestores da Educação e Assistência Social do município de Matão (Anexo B). AS ENTREVISTAS SERÃO REALIZADAS PESSOALMENTE, DIRETAMENTE COM OS GESTORES, POSSIVELMENTE COM A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS PARA GRAVAÇÃO, A QUAL SERÁ TRANSCRITA POSTERIORMENTE. O PESQUISADOR SERÁ RESPONSÁVEL PELO ARMAZENAMENTO ADEQUADO DOS DADOS COLETADOS, BEM COMO OS PROCEDIMENTOS PARA ASSEGURAR O SIGILO E A CONFIDENCIALIDADE DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

Análise: pendência atendida.

PENDÊNCIA 8: Caso seja entrevista gravada por áudio, inserir tal informação no TCLE e os riscos no ambiente virtual e procedimentos cautelares para minimizar ou evitar tais riscos, conforme Circular n.1/2021.

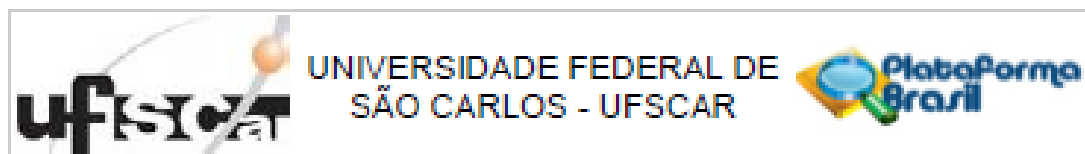
R: Informação inserida no TCLE, em destaque (novamente anexado à Plataforma).

Análise: pendência atendida.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa - CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, manifesta-se por considerar "Aprovado" o projeto. Conforme dispõe o Capítulo VI, Artigo 26, da Resolução Nº 510 de 07 de abril de 2016, a responsabilidade do pesquisador é Indelegável e Indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-005
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-0685	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 6-492, 101

término da pesquisa; V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delimitado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma "EMENDA".

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2185324.pdf	05/10/2023 16:25:07		Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao1.pdf	05/10/2023 16:24:21	LIGIA MARIA DE AQUINO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ligia.pdf	04/10/2023 14:57:23	LIGIA MARIA DE AQUINO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.pdf	04/10/2023 14:56:54	LIGIA MARIA DE AQUINO	Aceito
Outros	Autorizacao_SEDS.pdf	07/08/2023 18:36:31	LIGIA MARIA DE AQUINO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Plataforma_Brasil_Ligia assinado.pdf	07/08/2023 18:31:45	LIGIA MARIA DE AQUINO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 08 de Novembro de 2023

Assinado por:  
Sonia Regina Zerbetto  
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905  
UF: SP Município: SAO CARLOS  
Telefone: (16)3351-0665 E-mail: cephumanos@ufscar.br

## **ANEXO G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS  
PÚBLICOS

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**(Resolução CNS 466/2012)**

#### **EFETIVIDADES E ENTRAVES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE MATÃO/SP: UM OLHAR SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR DOS BENEFICIÁRIOS**

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “Efetividades e Entraves do Programa Bolsa Família no Município de Matão/SP: Um Olhar sobre a Segurança Alimentar dos Beneficiários”.

O objetivo deste estudo é discorrer sobre as efetividades e os entraves institucionais e organizacionais do Programa Bolsa Família no município de Matão/SP, tendo como enfoque elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla. O (a) senhor (a) foi selecionado (a) por ser beneficiário (a) do Programa Bolsa Família. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador ou com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

A coleta de dados será composta por um formulário contendo 8 (oito) módulos, relacionados a informações gerais do domicílio, caracterização da segurança alimentar/fome, características sociodemográficas, caracterização do padrão de consumo alimentar do beneficiário, condições de saúde e trabalho, apoio e proteção social, características do trabalho e da renda da família e inserção do programa na família.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos. E se desejar, será informado dos resultados dessa pesquisa.

O preenchimento destes questionários não oferece risco imediato ao (a) senhor (a), porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar a um leve cansaço após responder os questionários. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o senhor (a) poderá optar pela suspensão imediata da entrevista.

Os materiais empregados na coleta serão questionários semiestruturados e entrevistas abertas, com a possível utilização de câmera digital e gravador.

O senhor (a) não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo. Porém, terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Também o (a) senhor (a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta na verificação da gestão local do Programa Bolsa Família e sua relação com a segurança alimentar dos beneficiários.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

**Dados para contato:**

Pesquisador Responsável: Lígia Maria de Aquino

Endereço profissional: R. Estéfano D'avassi, 625 - Nova Cidade, Matão - SP

Contato telefônico: (16) 3506-0707 E-mail: ligia.aquino@estudante.ufscar.br

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

Local e data:

---

Lígia Maria de Aquino